

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO
E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA**

Carolina de Melo Etrusco Resende

A infrequência como fator que influencia a aprendizagem de alunos na zona rural: o caso da Escola Estadual Padre José Epifânio Gonçalves

Juiz de Fora

2025

Carolina de Melo Etrusco Resende

A infrequência como fator que influencia a aprendizagem de alunos na zona rural: o caso da Escola Estadual Padre José Epifânio Gonçalves

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito para obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Orientadora: Prof. Dra. Maria Cristina Drumond e Castro

Juiz de Fora

2025

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Resende, Carolina de Melo Etrusco .

A infrequência como fator que influencia a aprendizagem de alunos na zona rural : o caso da Escola Estadual Padre José Epifânio Gonçalves / Carolina de Melo Etrusco Resende. -- 2025.

154 p. : il.

Orientadora: Maria Cristina Drumond e Castro

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação/CAEd. Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública, 2025.

1. Educação do Campo . 2. Aprendizagem. 3. Acesso ao Conhecimento. 4. Infrequência. I. Castro, Maria Cristina Drumond e , orient. II. Título.

Carolina de Melo Etrusco Resende

A infrequência como fator que influencia a aprendizagem de alunos da zona rural: O caso da Escola Estadual Padre José Epifânio Gonçalves.

Dissertação
apresentada ao
Programa de Pós-
graduação
Profissional em
Gestão e Avaliação da
Educação
Pública da Universidade
Federal de Juiz de
Fora como requisito
parcial à obtenção do
título de Mestre em
Gestão e Avaliação da
Educação Pública.
Área de
concentração:
Educação

Aprovada em 21 de março de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof.(a) Dr.(a) Maria Cristina Drumond e Castro - Orientador

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof.(a) Dr.(a) Ayra Lovisi Oliveira

Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof.(a) Dr.(a) Sammy Cardozo Dias

Secretaria de Educação - Prefeitura de Mesquita

Juiz de Fora, 07/03/2025.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Cristina Drumond e Castro, Usuário Externo**, em 21/03/2025, às 19:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ayra Lovisi Oliveira, Professor(a)**, em 24/03/2025, às 16:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sammy Cardozo Dias, Usuário Externo**, em 24/03/2025, às 22:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **2280651** e o código CRC **C158C637**.

Dedico este trabalho à minha avó Edith, fonte eterna de força e inspiração.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, que me proporcionou força, sabedoria e paciência ao longo de toda a jornada. Sem Sua orientação, nenhum passo teria sido possível.

À minha família, por seu amor incondicional, apoio constante e compreensão nos momentos de dificuldade. A vocês, que sempre estiveram ao meu lado, sou eternamente grata.

Aos meus colegas de trabalho e aos queridos estudantes, que contribuíram com essa pesquisa compartilhando conhecimentos e vivências. A colaboração e troca de ideias com vocês foram essenciais para o meu crescimento pessoal e profissional. Obrigada por sempre estarem dispostos a ajudar e apoiar.

À minha orientadora professora Dra. Maria Cristina Drumond e Castro e aos Agentes de Suporte Acadêmico, Vanely Silva e Daniel Eveling, por todo o auxílio e orientação durante o desenvolvimento dessa dissertação. O compromisso e dedicação de vocês foram determinantes para que eu pudesse superar as dificuldades e concluir este trabalho com qualidade.

À equipe Caed/UFJF, que com excelência e empenho me ajudou a superar os obstáculos acadêmicos e administrativos. Cada um de vocês desempenhou um papel crucial nesse processo, e sou grata pela parceria e apoio constante.

A todos que de alguma forma contribuíram para a realização deste sonho, meu mais sincero agradecimento. Sem o apoio e as bênçãos de vocês, nada disso teria sido possível.

RESUMO

Esta pesquisa trata-se da dissertação desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública (PPGP), da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). O caso de gestão busca respostas para a seguinte questão: como a Escola Estadual Padre José Epifânio Gonçalves pode assegurar o acesso aos conteúdos perdidos aos alunos da zona rural?, uma vez que a infrequência, principalmente dos alunos do campo, é um desafio enfrentado pela instituição, que apesar de ter sua sede no centro urbano é uma escola do campo, por possuir mais de cinquenta por cento de seus estudantes residentes na zona rural. O objetivo geral desse trabalho é analisar de qual maneira pode ser garantido o acesso à aprendizagem aos estudantes infrequentes da referida instituição. Os objetivos específicos da pesquisa são: descrever a Escola Estadual Padre José Epifânio Gonçalves e seu contexto de Educação do Campo, bem como a infrequência dos alunos da zona rural ao longo do ano letivo; analisar quais fatores afetam a aprendizagem dos alunos da Escola Estadual Padre José Epifânio Gonçalves e propor estratégias condizentes com a Educação do Campo que colaborem para que seja feita uma recomposição da aprendizagem aos discentes infrequentes ao longo do ano letivo. A metodologia adotada é de caráter qualitativo, constituída por diferentes etapas, como pesquisa documental, pesquisa bibliográfica e levantamento de dados através da realização de entrevistas semiestruturadas. Para embasamento teórico foram abordados, entre outros, temas que tratam da aprendizagem, da luta dos camponeses pelo direito à educação e do currículo que aborda as especificidades dos povos do campo, através da contribuição dos seguintes autores: Arroyo (2006), Freire (2019), Lima (2008 e 2013), Christófoli (2006), Batista e Euclides (2020), Ribeiro (2010), Pimentel (2007), Santos (2009), Pereira e Werlang (2021), Díaz (2011), Tabile e Jacometo (2017), Godoy e Ferrari (2011), entre outros. A pesquisa aponta a infrequência como o principal fator que influencia a aprendizagem na escola pesquisada e o PAE apresenta as seguintes propostas: formação de professores, alteração do calendário escolar, projetos interdisciplinares e repositório de atividades.

Palavras-chave: Educação do Campo. Aprendizagem. Acesso ao Conhecimento. Infrequência.

ABSTRACT

This research is a dissertation developed within the scope of the Professional Master's Degree in Management and Assessment of Public Education (PPGP), at the Federal University of Juiz de Fora (UFJF). The management case seeks answers to the following question: how can the Padre José Epifânio Gonçalves State School ensure access to the missing content for students in rural areas?, since lack of attendance, especially of students from rural areas, is a challenge faced by the institution, which despite being based in the urban center is a rural school, as more than fifty percent of its students live in rural areas. The general objective of this work is to analyze how access to learning can be guaranteed to the infrequent students of the aforementioned institution. The specific objectives of the research are: to describe the Padre José Epifânio Gonçalves State School and its context of Rural Education, as well as the lack of attendance of students from rural areas throughout the school year; to analyze which factors affect the learning of students at the Padre José Epifânio Gonçalves State School and to propose strategies consistent with Rural Education that help to restore the learning of infrequent students throughout the school year. The methodology adopted is qualitative in nature, consisting of different stages, such as documentary research, bibliographic research and data collection through semi-structured interviews. For theoretical support, topics such as learning, the struggle of peasants for the right to education, and the curriculum that addresses the specificities of rural people were addressed, among others, through the contributions of the following authors: Arroyo (2006), Freire (2019), Lima (2008 and 2013), Christófoli (2006), Batista and Euclides (2020), Ribeiro (2010), Pimentel (2007), Santos (2009), Pereira and Werlang (2021), Díaz (2011), Tabile and Jacometo (2017), Godoy and Ferrari (2011), between others. The research indicates that lack of attendance is the main factor that influences learning in the school studied and the PAE presents the following proposals: teacher training, changes to the school calendar, interdisciplinary projects and a repository of activities.

Keywords: Rural Education. Learning. Access to Knowledge. Lack of attendance.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01	– Lateral da Escola Estadual Padre José Epifânio Gonçalves – novembro de 2015.....	36
Figura 02	– Biblioteca da Escola Estadual Padre José Epifânio Gonçalves – novembro de 2015.....	37
Figura 03	– Laboratório de Ciências e Sala de Leitura da Escola Estadual Padre José Epifânio Gonçalves – novembro de 2015.....	38
Figura 04	– Entrada da Escola Estadual Padre José Epifânio Gonçalves – março de 2023.....	39
Figura 05	– Entrada da Escola Estadual Padre José Epifânio Gonçalves – março de 2023.....	40
Figura 06	– Confecção Artesanal de Materiais – Escola Estadual Padre José Epifânio Gonçalves – agosto de 2023.....	45
Figura 07	– Material Produzido Artesanalmente pelo Grupo Parangolé e Alunos da Escola Estadual Padre José Epifânio Gonçalves – setembro de 2023.....	46
Figura 08	– Ensaio Geral – Praça Manoel Lino Mól – Barra Longa – setembro de 2023.....	47
Figura 09	– Ensaio Geral – Praça Manoel Lino Mól – Barra Longa – setembro de 2023.....	48
Figura 10	– Desfile Cultural – Rua Matias Barbosa – Barra Longa – setembro de 2023.....	49
Figura 11	– Congado do Dobra e Pimenta – Barra Longa – setembro de 2023.....	50
Figura 12	– Comunidades Rurais – Barra Longa – setembro de 2023.....	51
Figura 13	– Escola Estadual Padre José Epifânio Gonçalves - Escola do Campo - Barra Longa – setembro de 2023.....	52
Figura 14	– Mineração – Barra Longa – setembro de 2023.....	53
Figura 15	– Apresentação Cultural – Praça Manoel Lino Mól – Barra Longa – setembro de 2023.....	54

Quadro 01	– Rotas de transporte escolar da Escola Estadual Padre José Epifânio Gonçalves.....	56
Figura 16	– Estrada de acesso às comunidades do Dobra e Taboões.....	59
Quadro 02	– Categorização dos indivíduos da pesquisa.....	82
Quadro 03	– Dados da pesquisa e ações propositivas.....	96
Quadro 04	– Proposição das ações.....	98

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	– Alunos matriculados na Escola Estadual Padre José Epifânio Gonçalves – 2023.....	32
Tabela 2	– Funcionários da Escola Estadual Padre José Epifânio Gonçalves – 2023.....	33
Tabela 3	_ Turmas da Escola Estadual Padre José Epifânio Gonçalves – 2023.....	56
Tabela 4	– Faltas anuais em número de aulas.....	60
Tabela 5	– Faltas anuais em número de dias letivos.....	61
Tabela 6	– Faltas dos alunos do Dobra e Taboões em 2022.....	62
Tabela 7	– Faltas dos alunos do Felipe dos Santos e Matipó em 2022.....	63

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
ASB	Auxiliar de Serviços de Educação Básica
ATB	Assistente Técnico de Educação Básica
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAEd	Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNEC	Campanha Nacional de Escolas da Comunidade
CNEG	Campanha Nacional de Educandários Gratuitos
CPEC	Comissão Permanente de Educação do Campo
CRMG	Currículo Referência de Minas Gerais
Emater	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais
ENERA	Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INMET	Instituto Nacional de Meteorologia
INSE	Índice de Nível Sócio Econômico
LDB	Lei de Diretrizes e Base
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NEM	Novo Ensino Médio
NSE	Nível Sócio Econômico
PET	Plano de Estudo Tutorado
PEUB	Professor de Ensino e Uso da Biblioteca
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PPGP	Programa de Pós-graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
SEE/MG	Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais
SIMADE	Sistema Mineiro de Administração Escolar
SRE	Superintendência Regional de Ensino
SYSADP	Sistema de Controle de Quadro Pessoal

TI	Tecnologia da Informação
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UNB	Universidade de Brasília
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
2	A EDUCAÇÃO DO CAMPO E A ESCOLA ESTADUAL PADRE JOSÉ EPIFÂNIO GONÇALVES: UMA RELAÇÃO EM CONSTRUÇÃO	21
2.1	A EDUCAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL: UMA HISTÓRIA DE LUTAS	21
2.2	A EDUCAÇÃO DO CAMPO EM MINAS GERAIS.....	26
2.3	A ESCOLA ESTADUAL PADRE JOSÉ EPIFÂNIO GONÇALVES: DA CRIAÇÃO AOS DIAS ATUAIS	30
2.3.1	A História da Escola Estadual Padre José Epifânio Gonçalves	30
2.3.2	Uma história interrompida: os impactos do rompimento da barragem de Fundão na Escola Estadual Padre José Epifânio Gonçalves	34
2.3.3	Mudança de rumos: o reconhecimento da Escola Estadual Padre José Epifânio Gonçalves como Escola do Campo em 2016	41
2.3.4	A Garantia do acesso ao conhecimento aos alunos da zona rural: os entraves encontrados na Escola Estadual Padre José Epifânio Gonçalves	55
3	O CASO DA ESCOLA ESTADUAL PADRE JOSÉ EPIFÂNIO GONÇALVES À LUZ DE REFERENCIAIS TEÓRICOS	68
3.1	A EDUCAÇÃO DO CAMPO E SUA RELAÇÃO COM O CASO DA ESCOLA ESTADUAL PADRE JOSÉ EPIFÂNIO GONÇALVES	68
3.1.1	Os sujeitos do campo e o direito à aprendizagem	69
3.1.2	O currículo na Educação do Campo	75
3.2	PROPOSTA METODOLÓGICA	78
3.3	ANÁLISE DOS DADOS.....	81
3.3.1	A contextualização da Escola Estadual Padre José Epifânio Gonçalves.....	83
3.3.2	Os fatores que influenciam a aprendizagem na Escola Estadual Padre José Epifânio Gonçalves.....	86

3.3.3	A garantia de acesso à aprendizagem.....	90
4	PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL (PAE): AÇÕES PARA CONTRIBUIR COM A APRENDIZAGEM DOS ESTUDANTES INFREQUENTES DA ESCOLA ESTADUAL PADRE JOSÉ EPIFÂNIO GONÇALVES.....	95
4.1	PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO.....	97
4.2	DETALHAMENTO DA PROPOSIÇÃO.....	101
4.2.1	Formação de professores.....	102
4.2.2	Alteração do calendário escolar.....	104
4.2.3	Projetos interdisciplinares.....	106
4.2.4	Repositório de atividades.....	108
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	111
	REFERÊNCIAS	113
	APÊNDICE A – Roteiro de perguntas para a entrevista dos estudantes	119
	APÊNDICE B – Roteiro de perguntas para a entrevista dos responsáveis	122
	APÊNDICE C – Roteiro de perguntas para a entrevista dos professores.....	125
	APÊNDICE D – Roteiro de perguntas para a entrevista dos gestores.....	128
	APÊNDICE E – Transcrição da entrevista com os estudantes	131
	APÊNDICE F – Transcrição da entrevista com os responsáveis.....	137
	APÊNDICE G – Transcrição da entrevista com os professores.....	143
	APÊNDICE H – Transcrição da entrevista com os gestores	149

1 INTRODUÇÃO

A educação do campo é fruto de um processo de lutas sociais e uma conquista da população campestre. O marco da sua inserção na agenda política educacional está na Lei de Diretrizes e Base (LDB) 9394/96, que em seu artigo 28 apresentou a possibilidade de adequação do currículo e das metodologias voltados ao meio rural, além da possibilidade de flexibilização do calendário, de acordo com as especificidades da modalidade. O Parecer CNE/CEB nº 36/2001, aprovado em 4 de dezembro de 2001, definiu as Diretrizes Operacionais para a Educação do Campo em escolas de Educação Básica. A partir desse Parecer e da publicação da LDB, a população campestre iniciou a conquista, não só do direito ao acesso à educação, mas também a uma educação de qualidade, com currículo e práticas que atendam seus anseios e suas características específicas, que envolvem o respeito à diversidade do campo, o incentivo à formulação de projetos político-pedagógicos específicos para as escolas do campo, e a valorização da identidade da escola do campo, que podem variar dependendo das particularidades apresentadas por cada escola.

De acordo com o documento intitulado Diretrizes da Educação do Campo do Estado de Minas Gerais, a instituição das Diretrizes e Bases da Educação do Campo no estado de Minas Gerais foi também um processo de muitas lutas sociais e resultado de um longo período de discussão que se deu, inicialmente pela articulação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em 2011, no IV Encontro dos Movimentos Sociais, que contou com a participação de todas as secretarias do governo, incluindo a Secretaria de Educação, universidades e apoiadores.

O Grupo de Trabalho: “Educação do Campo” (2011), o “I Seminário Educação do Campo: Propostas de Diretrizes para Minas Gerais” (2012) e o trabalho da Comissão Permanente de Educação do Campo (CPEC) em 2013 e 2014 também tiveram importância fundamental para a criação e a aprovação das Diretrizes da Educação do Campo de Minas Gerais em 2015.

O campo da presente pesquisa é uma escola situada no estado de Minas Gerais, a Escola Estadual Padre José Epifânio Gonçalves, que foi reconhecida como Escola do Campo em 2016 amparada pela Resolução SEE/MG nº 2.820, de 11 de

dezembro de 2015, devido ao fato de ter mais de 50% de matrículas de alunos residentes na zona rural.

A pesquisadora exerce a função de Professora de Educação Básica – Língua Portuguesa desde 2013 e mesmo com uma rápida passagem por outra escola não deixou de atuar nessa instituição, lecionando para turmas de 7º ano integral, 8º ano integral, 9º ano integral do ensino fundamental II e 1º ano do Novo Ensino Médio (NEM), tendo passado por quase todas as turmas atendidas em algum momento. Em 2023 passou a atuar na vice-direção e assumiu a direção em 2024.

Ao longo desses anos algumas questões surgiram a respeito da aprendizagem dos estudantes e, nesse sentido, o que mais chamou a atenção foi o grande número de faltas dos alunos residentes na zona rural do município de Barra Longa, o que pode causar um prejuízo no processo ensino-aprendizagem.

O número elevado de faltas dos discentes durante o ano letivo pode impactar na aprendizagem e aprofundamento de alguns conteúdos, o que justifica a presente pesquisa a respeito de como assegurar o acesso aos conteúdos perdidos aos alunos da zona rural, uma vez que ao comparar as faltas dos alunos da zona rural com os da zona urbana percebe-se que a média de faltas dos estudante da zona urbana é de 16 dias ao ano, enquanto dos alunos da zona rural é de 60 dias ao ano, o que pode gerar uma discrepância em relação ao acesso aos conteúdos e impactar na aprendizagem desses sujeitos (EEPJEG,2022). Além disso, percebe-se que há também uma diferença em relação ao rendimento escolar desses estudantes (EEPJEG, 2022). Há também um outro aspecto importante a ser considerado para a pesquisa: o fato de que a instituição é uma Escola do Campo, mas com sede no centro da cidade, o que acaba gerando uma não identificação dos alunos com as suas características e um certo distanciamento dos profissionais da escola com as diretrizes da Educação do Campo.

Outro fator que justifica a presente pesquisa é a importância de a escola interagir com seus sujeitos, vivências e territórios, cabendo a ela o dever de assegurar a todos os estudantes o acesso à educação e à possibilidade de desenvolvimento não só no que diz respeito à educação formal, mas também na formação como sujeitos que valorizem sua cultura e construam seu próprio caminho como cidadãos atuantes na sociedade.

Ao perceber esses aspectos tem-se como questão norteadora deste trabalho: como a Escola Estadual Padre José Epifânio pode assegurar o acesso aos conteúdos perdidos aos alunos da zona rural?. O objetivo geral desse trabalho é analisar de qual maneira pode ser garantido o acesso à aprendizagem dos estudantes infrequentes. Esse objetivo desdobra-se em três objetivos específicos, que são:

- (I) descrever a Escola Estadual Padre José Epifânio Gonçalves e seu contexto de Educação do Campo, bem como a infrequência dos alunos da zona rural ao longo do ano letivo;
- (II) analisar quais fatores afetam a aprendizagem dos alunos da Escola Estadual Padre José Epifânio Gonçalves;
- (III) propor estratégias condizentes com a Educação do Campo que colaborem para que seja feita uma recomposição da aprendizagem aos alunos infrequentes ao longo do ano letivo.

O presente trabalho foi estruturado da seguinte forma: introdução, capítulo 2 (descritivo), capítulo 3 (analítico), capítulo 4 (propositivo) e considerações finais. O capítulo 2, intitulado “A Educação do Campo e a Escola Padre José Epifânio Gonçalves: uma relação em construção”, apresenta o conceito e desdobramentos da Educação do Campo no Brasil e em Minas Gerais, além da relação da instituição com a Educação do Campo e os desafios para que os alunos da zona rural, que apresentam muitas faltas ao longo do ano letivo, tenham acesso ao mesmo conteúdo ofertado aos alunos que residem na zona urbana e não faltam com a mesma frequência.

O capítulo 3, intitulado “O Caso da Escola Estadual Padre José Epifânio Gonçalves à luz de referenciais teóricos”, relaciona o caso da escola com as propostas teóricas de autores como Arroyo (2006), Freire (2019), Lima (2008 e 2013), Christófoli (2006), Batista e Euclides (2020), Ribeiro (2010), Pimentel (2007), Santos (2009), Pereira e Werlang (2021), Díaz (2011), Tabile e Jacometo (2017) e Godoy e Ferrari (2011) que possuem obras de relevância para a temática estudada e contribuem para elaboração de análises referentes à Escola do Campo.

O capítulo 3 também traz a proposta metodológica da pesquisa, que foi realizada através de um estudo de caso de natureza qualitativa, pautado em pesquisa bibliográfica a respeito do tema e recorte do campo de pesquisa, e pesquisa documental realizada através de documentos orientadores a respeito da educação do

campo, além de Atas de reuniões, Atas de Ocorrências, Projeto Político Pedagógico (PPP) e Regimento Escolar, e dados que constam em plataformas oficiais da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, como o Sistema Mineiro de Administração Escolar (SIMADE) e Sistema de Controle de Quadro Pessoal (SYSADP) para o levantamento de evidências a respeito da instituição e seus sujeitos. Além disso, na etapa de levantamento de dados, foram realizadas entrevistas semiestruturadas organizadas da seguinte maneira: duas com estudantes, duas com os pais e/ou responsáveis, duas com os professores e duas com os gestores escolares, com o objetivo de analisar a forma como cada segmento, a partir de suas experiências individuais, entende os fatores que podem afetar o direito de aprendizagem dos estudantes.

O capítulo 4, intitulado “Plano de Ação Educacional (PAE): Ações para contribuir com a aprendizagem dos estudantes infrequentes da Escola Estadual Padre José Epifânio Gonçalves”, apresenta uma proposta de ações exequíveis de acordo com o contexto escolar que podem colaborar com a aprendizagem desses discentes que apresentam muitas faltas ao longo do ano letivo.

2 A EDUCAÇÃO DO CAMPO E A ESCOLA ESTADUAL PADRE JOSÉ EPIFÂNIO GONÇALVES: UMA RELAÇÃO EM CONSTRUÇÃO

O objetivo deste capítulo é descrever a Escola Estadual Padre José Epifânio Gonçalves e seu contexto de Educação do Campo, bem como a infrequência dos alunos da zona rural ao longo do ano letivo. Para isso inicia-se pela apresentação da história da Educação do Campo no Brasil e em Minas Gerais, e a história da Escola Estadual Padre José Epifânio Gonçalves, que em 2016 foi reconhecida com uma Escola do Campo, por meio da Resolução SEE/MG nº 2.820, de 11 de dezembro de 2015, que institui as Diretrizes para a Educação Básica nas escolas do campo de Minas Gerais (SEE/MG, 2016).

Para atender ao percurso mencionado o capítulo se divide em três seções e quatro subseções: a subseção 2.1 apresenta um panorama da educação do campo no Brasil ao longo dos anos, a 2.2 trata da educação do campo em Minas Gerais e a 2.3 apresenta a história da Escola Estadual Padre José Epifânio Gonçalves, relacionando-a ao seu processo de reconhecimento como escola do campo, além de apontar o caso de gestão da escola.

2.1 A EDUCAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL: UMA HISTÓRIA DE LUTAS

De acordo com Silva (2020, p. 02) “a educação do campo, como um processo histórico, vincula-se diretamente às lutas dos trabalhadores do campo organizados na forma de movimento social”, ou seja, é o fruto de um longo processo de lutas das populações camponesas para que seus sujeitos tivessem direito ao acesso e a garantia de uma educação que estivesse pautada em seus princípios e na valorização de seus saberes, uma vez que a educação rural não abarcava todos esses anseios “ignorando os interesses dos povos do campo e promovendo uma educação a esses povos a partir de uma concepção de mundo urbanocêntrica” (Silva, 2020, p.03).

Após a redemocratização do país, nos anos 1980, os movimentos sociais ganharam força e as reivindicações a respeito da Educação do Campo foram contempladas com publicação da LDB 9394/96 que em seu Artigo 28 diz:

Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua

adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III - adequação à natureza do trabalho na zona rural (Brasil, 1996, p. 23 e 24).

Segundo o relatório do Grupo de Trabalho de Educação no Campo, em 1997, foi realizado o I Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária (I ENERA), organizado através da parceria entre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Universidade de Brasília (UnB), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Desse encontro resultou a proposta da realização da I Conferência Nacional Por uma Educação do Campo, com a participação de mais atores sociais, com universidades, instituições religiosas, professores e outros órgãos públicos. A I Conferência Nacional Por uma Educação do Campo ocorreu em 1998, em Luziânia, Goiás (SEE/MG, 2012).

Em 2002, a Resolução CNE/CEB 1 de 03 de abril de 2002, que instituiu Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, entrou em vigor e apontou que:

Parágrafo único. A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país (Brasil, 2002, p. 01).

A definição da identidade da Escola do Campo é um dos pontos importantes dessa resolução, que apresenta ainda diretrizes operacionais necessários, inclusive no que diz respeito à formação de professores, o que constitui um avanço importante para a modalidade, uma vez que orienta, em consonância Com a LDB, que “os sistemas de ensino, de acordo com o artigo 67 da LDB desenvolverão políticas de formação inicial e continuada, habilitando todos os professores leigos e promovendo o aperfeiçoamento permanente dos docentes” (Brasil, 2002, p. 03).

Definir a identidade da Escola do Campo e investir em formação de professores foram pontos importantes para que a educação do campo no Brasil começasse a se efetivar. Em 2008, o Ministério da Educação publicou a Resolução nº 2, de 28 de abril de 2008, que estabeleceu diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo, que diz a respeito do planejamento para o atendimento pedagógico que:

Art. 10 - O planejamento da Educação do Campo, oferecida em escolas da comunidade, multisseriadas ou não, e quando a nucleação rural for considerada, para os anos do Ensino Fundamental ou para o Ensino Médio ou Educação Profissional Técnica de nível médio integrada com o Ensino Médio, considerará sempre as distâncias de deslocamento, as condições de estradas e vias, o estado de conservação dos veículos utilizados e sua idade de uso, a melhor localização e as melhores possibilidades de trabalho pedagógico com padrão de qualidade (Brasil, 2008, p. 03 e 04).

O que preconiza o artigo 10 é imprescindível para que a educação do campo se efetive de maneira a atender todos os alunos de forma equânime, uma vez que orienta que a escola e seus profissionais considerem as especificidades como as condições de estrada, distância, estado de conservação de veículos e localização para elaborar o seu planejamento, o que envolve também pensar em um currículo que atenda a tais particularidades e em uma forma de fazer com que o conhecimento chegue a todos os estudantes.

Em 2010, a Educação do Campo obteve um grande avanço com a publicação do Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, que dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA e estabelece que:

Art. 1º - A política de educação do campo destina-se à ampliação e qualificação da oferta de educação básica e superior às populações do campo, e será desenvolvida pela União em regime de colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, de acordo com as diretrizes e metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação e o disposto neste Decreto (Brasil, 2010, p. 01).

O PRONERA é um importante programa para a Educação do Campo, uma vez que subsidia o funcionamento da modalidade pautado nos seguintes objetivos:

Art. 12. Os objetivos do PRONERA são: I - oferecer educação formal aos jovens e adultos beneficiários do Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA, em todos os níveis de ensino; II - melhorar as condições do acesso à educação do público do PNRA; e III - proporcionar melhorias no desenvolvimento dos assentamentos rurais por meio da qualificação do público do PNRA e dos profissionais que desenvolvem atividades educacionais e técnicas nos assentamentos (Brasil, 2010, p. 04).

Ao garantir a oferta da educação formal e melhorar as condições do acesso à educação o PRONERA se consolidou como uma das grandes conquistas para as populações do campo no campo educacional, uma vez que representou o fortalecimento de ações que já vinham sendo estabelecidas de forma mais efetiva desde 2002, como as previstas na Resolução CNE/CEB 1, de 03 de abril de 2002, que definiu a identidade da escola do campo e estabeleceu normativas administrativas e pedagógicas para o funcionamento dessas escolas, e que gradativamente foram se fortalecendo através das legislações publicadas nos anos seguintes subsidiando o avanço da modalidade.

Em 27 de março de 2014, a Lei nº 12.960 alterou a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para fazer constar a exigência de manifestação de órgão normativo do sistema de ensino para o fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas, o que se configurou como uma garantia para que as escolas do campo continuassem seu trabalho através da alteração do Artigo 28 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que passou a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

Parágrafo único. O fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar (Brasil, 2014, p. 01).

A autonomia concedida aos órgãos normativos dos sistemas de ensino das escolas do campo, indígenas e quilombolas quanto à análise e manifestação a respeito do fechamento de escolas se configurou como um avanço na garantia da oferta da educação formal às populações camponesas uma vez que assegurar que essas escolas do campo continuem funcionando com base nas reais necessidades

da população atendida é a garantia de que a educação será ofertada com base nos princípios norteadores da modalidade, que sustentam desde as primeiras legislações a importância de considerar a identidade e a cultura das populações no processo de escolarização.

Ainda que, de acordo com o IBGE (2010), tenha havido uma retração da população do campo ao longo dos anos, atingindo o índice de 15,65% da população (29.852.986 pessoas) contra 84,35% dos que viviam em situação urbana (160.879.708 pessoas), as discussões e as políticas públicas a respeito da Educação do Campo se deram não só no âmbito da educação básica, mas também da educação superior, e culminaram com a publicação do Parecer CNE/CP nº 22/2020, aprovado em 8 de dezembro de 2020, que dispõe a respeito das Diretrizes Curriculares da Pedagogia da Alternância na Educação Básica e na Educação Superior e do Parecer CNE/CEB nº 7/2022, aprovado em 9 de novembro de 2022, que trata da Revisão e atualização das normas, tendo em vista a aprovação do novo Ensino Médio.

Em 2023 foi publicada a Resolução CNE/CP nº 1, de 16 de agosto de 2023 Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares da Pedagogia da Alternância na Educação Básica e na Educação Superior. A revisão e atualização de normas para a Educação do Campo tratadas através de Parecer e Resolução, tanto na educação básica, quanto na educação superior, demonstra que há uma preocupação em garantir o funcionamento e a qualidade das Escolas do Campo.

Paralelamente às Legislações Nacionais que amparam a educação do campo, os estados da federação e seus respectivos municípios foram, ao longo dos anos, elaborando suas próprias legislações com o objetivo de assegurar o acesso à educação pelas populações camponesas.

Em Minas Gerais, houve ao longo dos anos, um processo de lutas das populações do campo e de entidades educacionais e sociais para que o estado garantisse não só o acesso, mas também a permanência e o desenvolvimento educacional de seus sujeitos (SEE/MG, 2012), o que culminou com publicação da Resolução SEE/MG nº 2.820, de 11 de dezembro de 2015, que institui as Diretrizes para a Educação Básica nas escolas do campo de Minas Gerais, o que será discutido mais detidamente na seção 2.2.

2.2 A EDUCAÇÃO DO CAMPO EM MINAS GERAIS

A educação do campo em Minas Gerais é marcada pela força dos movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), com o apoio de universidades e sindicatos, além da luta das populações rurais para terem garantidos o direito à educação (SEE/MG, 2012).

Em 2011, a partir de discussões de diferentes setores e secretarias do governo de Minas Gerais iniciou-se a formação de um Grupo de Trabalho para propor políticas públicas que amparassem a população rural no que diz respeito à educação formal de seus sujeitos. Esse grupo foi instituído por meio da Resolução SEE nº 2031, de 26 de janeiro de 2012 e contou com a participação de representantes de diversos setores da sociedade (SEE/MG, 2012).

Após as ponderações do Grupo de Trabalho surgiu a necessidade de se promover um seminário para que mais setores e representantes sociais fossem ouvidos. O “I Seminário Educação do Campo: Propostas de Diretrizes para Minas Gerais” aconteceu nos dias 29, 30 e 31 de maio de 2012 e teve como resultado a produção de três textos que subsidiaram a criação do documento intitulado I Seminário de Educação do Campo: propostas de diretrizes para Minas Gerais, que mais tarde viria colaborar com a elaboração da Resolução SEE/MG nº 2.820, de 11 de dezembro de 2015.

Em 2013, o governo de Minas Gerais instituiu por meio do Decreto Estadual nº 46.233, de 15 de abril de 2013, a Comissão Permanente de Educação no Campo em Minas Gerais, que trabalhou ao longo dos anos 2013 e 2014 na elaboração do documento que institui as Diretrizes da Educação do Campo em Minas Gerais.

Em 26 de novembro de 2015 foi aprovado o parecer do Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais, que examina expediente de interesse da Secretaria de Estado da Educação – “Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo de Minas Gerais” e aponta que:

As Diretrizes Operacionais da Educação Básica do Campo do Estado de Minas Gerais estão assentadas na legislação que orienta o contexto da educação no Brasil – a Lei nº 9394/1996, consolidada no Plano Nacional de Educação, cujas políticas são descritas no Decreto nº 7.352/2010, ratificadas pelas orientações constantes da Resolução nº 01 do Conselho Nacional de Educação, de 2002, que permitem

nova estratégia de abordagem, na construção de paradigmas para a educação escolar mineira no campo (Minas Gerais, 2015, p. 01).

Após a publicação do parecer positivo às Diretrizes para a Educação do Campo em Minas Gerais, a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais publicou a Resolução SEE/MG nº 2.820, de 11 de dezembro de 2015, que institui as Diretrizes para a Educação Básica nas escolas do campo de Minas Gerais e diz que: a escola do campo é “aquela situada em área rural, conforme definido pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE ou aquela situada em área urbana, desde que atenda, predominantemente, às populações do campo” (Minas Gerais, 2015, p. 01).

De acordo com a Resolução, as diretrizes para a Educação no Campo em Minas Gerais são:

- I- respeito à diversidade do campo em seus aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, econômicos, de gênero, geracional e de etnias;
- II- incentivo à formulação de projetos político-pedagógicos específicos para as escolas do campo, estimulando o desenvolvimento das unidades escolares como espaços públicos de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o desenvolvimento social, economicamente justo e ambientalmente sustentável, com base na agroecologia e em articulação com o mundo do trabalho;
- III- desenvolvimento de política de valorização dos profissionais da Educação do Campo, que garanta uma remuneração digna, com a inclusão e reconhecimento dos diplomas das Licenciaturas do Campo pelos editais de concurso público;
- IV- desenvolvimento de políticas de formação de profissionais de educação para o atendimento da especificidade das escolas do campo, considerando-se as condições concretas de produção e reprodução social da vida do campo;
- V- valorização da identidade da escola do campo, considerando as práticas socioculturais e suas formas específicas de organização do tempo, por meio de projetos pedagógicos com conteúdos curriculares e metodologias adequadas às reais necessidades dos estudantes do campo, bem como flexibilidade na organização escolar, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola, às condições climáticas e às características socioculturais da região;
- VI- implementação de gestão democrática das instituições escolares, por meio do controle social, sobretudo da qualidade da educação oferecida, mediante a efetiva participação das comunidades e dos movimentos sociais e sindicais do campo na definição do modelo de organização pedagógica e de gestão (Minas Gerais, 2015, p. 01 - 02).

Essas diretrizes estão em consonância com as nacionais e representam aspectos importantes para se considerar com relação à educação do campo, principalmente no que diz respeito à valorização da cultura e dos saberes dos sujeitos camponeses, o que pode gerar um impacto direto nos projetos políticos-pedagógicos das escolas do campo e estimular o desenvolvimento dos estudantes na sua integralidade. Cabe ressaltar que o respeito à diversidade do campo, o incentivo à formulação de projetos políticos-pedagógicos específicos para essas escolas e a valorização de sua identidade são pontos cruciais dessa Resolução que regulamenta a Educação do Campo em Minas Gerais, uma vez que além de valorizar a cultura camponesa incentiva o seu desenvolvimento.

Um outro ponto importante a se destacar a respeito do que prevê a Resolução SEE/MG nº 2.820 para a Educação do Campo em Minas Gerais é o fato das escolas terem a possibilidade de alterar o calendário escolar de acordo com as especificidades das comunidades que atendem, como diz o artigo 11:

Art. 11 - Caberá à Secretaria de Estado de Educação, em colaboração com os entes federados – União e os municípios mineiros -, nos seus respectivos âmbitos de atuação prioritária, sempre que o cumprimento do direito à educação assim o exigir, o desenvolvimento e manutenção da política de educação do campo, em seus respectivos sistemas de ensino:

I - organização e funcionamento de turmas formadas por estudantes de diferentes idades e graus de conhecimento de uma mesma etapa de ensino, especialmente nos anos iniciais do Ensino Fundamental;
II- oferta de educação básica, em suas diversas modalidades e considerando, quando necessário, os princípios da pedagogia da alternância nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio;
III- organização do calendário escolar, de acordo com as fases do ciclo produtivo, das condições climáticas e das características socioculturais de cada região (Minas Gerais, 2015, p. 10-11).

As escolas situadas em área urbana que apresentam mais de cinquenta por cento dos alunos matriculados residindo na zona rural são reconhecidas como Escolas do Campo. Dependendo da localização de suas comunidades, as estradas que dão acesso à cidade, condições do transporte escolar, entre outras questões, podem não conseguir assegurar o acesso dos alunos durante todo o ano letivo, principalmente em períodos de chuva, que na região sudeste do Brasil ocorre entre os meses de outubro a março (INMET, 2017).

Por esse motivo o inciso III do Artigo 11, estabelece que as escolas do campo podem organizar o calendário letivo considerando, entre outras especificidades, as condições climáticas de cada região, se configura como um avanço considerável para as escolas reconhecidas como do campo, mas que têm sede na zona urbana, uma vez que a possibilidade de flexibilizar o calendário escolar considerando os fenômenos climáticos possibilita aos alunos da zona rural, principalmente, a frequência nas aulas durante a maior parte do ano letivo.

A resolução SEE nº 4.692, de 29 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a organização e o funcionamento do ensino nas Escolas Estaduais de Educação Básica de Minas Gerais e dá outras providências, reitera as Diretrizes da Educação do Campo para Minas Gerais em seu Capítulo IV, intitulado Da Educação do Campo, e diz que:

Art. 64 - As escolas do campo devem proceder às adequações necessárias às especificidades da vida no campo e de cada região, observando os seguintes aspectos essenciais à organização da ação pedagógica: I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e aos interesses dos estudantes do campo, considerando as práticas socioculturais da população do campo e suas formas específicas de organização do tempo; II - organização escolar própria, flexível, com garantia de adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola, às condições climáticas e às características socioculturais da região; III - adequação à natureza do trabalho dos estudantes do campo (Minas Gerais, 2021, p. 12).

O Artigo 64, em seu Inciso I, traz um ponto importante para a organização e desenvolvimento da Educação do Campo, que é a questão curricular e metodológica, ressaltando a necessidade de as escolas organizarem seus currículos e adequarem as práticas metodológicas de acordo com as especificidades e interesses dos estudantes, considerando suas práticas socioculturais e formas de organização do tempo. Essa orientação reafirma a importância de se pensar a Educação do Campo a partir de seus sujeitos e aponta a necessidade de uma organização curricular específica, que considere os anseios dessa população.

A Educação do Campo em Minas Gerais apresentou avanços importantes ao longo da última década e teve seu marco com a publicação da Resolução SEE/MG nº 2.820. Essa Resolução representou o resultado de um processo de diálogo entre movimentos sociais, instituições de ensino, entidades de formação de educadores, governo estadual e instituições privadas na busca de uma educação pertinente aos

anseios do povo campestre e efetiva em todos os diversos territórios de Minas Gerais. Além disso, possibilitou o reconhecimento da Escola Estadual Padre José Epifânio Gonçalves, instituição pesquisada, como Escola do Campo, em 2016, fato que será discutido mais detidamente na próxima seção, que apresenta a escola, sua história e seus processos de transformação e resistência.

2.3 A ESCOLA ESTADUAL PADRE JOSÉ EPIFÂNIO GONÇALVES: DA CRIAÇÃO AOS DIAS ATUAIS

O objetivo dessa seção é apresentar a história da Escola Estadual Padre José Epifânio Gonçalves desde a sua fundação até 2024, percorrendo os momentos marcantes de sua história: rompimento da Barragem de Fundão, em novembro de 2015 e o seu reconhecimento como Escola do Campo, em 2016, além de apresentar o problema relacionado ao caso de gestão.

2.3.1 A História da Escola Estadual Padre José Epifânio Gonçalves

A Escola Estadual Padre José Epifânio Gonçalves está localizada em Barra Longa, um município de Minas Gerais, que de acordo com o censo de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) tem 5.666 habitantes e uma extensão territorial de 386.628 km². Em 2021 a cidade apresentou um PIB (Produto Interno Bruto) per capita de 16.702,85, sendo que as principais atividades econômicas estão relacionadas à agropecuária e ao comércio (IBGE, 2022). Nas proximidades da referida escola, a principal atividade econômica é o comércio, mas as famílias dos estudantes, principalmente os residentes na zona rural, se dedicam, em sua maioria, às atividades ligadas a agropecuária e ao artesanato.

O município tem 13 escolas municipais, duas localizadas na zona urbana e 11 localizadas na zona rural, que ofertam a educação infantil e os anos iniciais do ensino fundamental; uma escola estadual, localizada na zona urbana, que oferta os anos iniciais do ensino fundamental; e uma escola estadual, também localizada na zona urbana, que oferta os anos finais do ensino fundamental e o ensino médio.

Em 1959, a referida escola iniciou suas atividades, atendendo a um número pequeno de alunos, inicialmente funcionando em um local diferente daquele que viria

ser o prédio da escola até os dias atuais. A inauguração do seu prédio atual aconteceu em 1960, quando foi criado o Ginásio Gratuito, iniciativa da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos (CNEG). Nessa época, o Ginásio oferecia as séries iniciais do Ensino Fundamental, 1ª a 4ª série, e o Ensino Médio com formação para professores (Magistério). Posteriormente, a escola recebeu o nome de Ginásio Dr. Antônio Lana, em homenagem aos serviços prestados em prol da educação barralanguense.

O Decreto nº 10.294, de 14 de fevereiro de 1967, criou o Grupo Escolar Padre José Epifânio Gonçalves, com a oferta da Educação Infantil e das séries iniciais do ensino fundamental, 1ª a 4ª série, que passou a funcionar no mesmo prédio do Ginásio Dr. Antônio Lana. O Grupo Escolar recebeu esse nome em homenagem ao ex-pároco da comunidade, que exerceu o sacerdócio na localidade por mais de vinte anos, deixando um legado de sabedoria e humildade, além de ter contribuído para os avanços da educação no município.

A partir da criação do Grupo Escolar Padre José Epifânio Gonçalves, o Ginásio Dr. Antônio Lana passou a oferecer apenas os anos finais do ensino fundamental, 5ª a 8ª série, e o ensino médio com habilitação para o magistério. Em 1971, o Grupo Escolar recebeu outra denominação, passando a se chamar Escola Estadual Padre José Epifânio Gonçalves, ainda ofertando a Educação Infantil e de 1ª à 4ª série do Ensino Fundamental.

No ano de 1976, o Ginásio também recebeu nova denominação, passando a ser chamado de Escola da Comunidade Dr. Antônio Lana, agora apoiada pela Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC), atendendo de 5ª a 8ª séries e o ensino médio. Nesse período, os alunos passaram a contribuir financeiramente para a manutenção do ginásio.

Até o ano de 1997, a escola e o Ginásio Dr. Antônio Lana coabitaram o prédio que mais tarde viria a se tornar o espaço que onde atualmente funciona apenas a Escola Estadual Padre José Epifânio Gonçalves, fato importante a se destacar, uma vez que o resgate das memórias da instituição passa também pela existência do Ginásio e sua influência para o desenvolvimento dos jovens da cidade.

A Resolução nº 4.085, de 10 de março de 1982, estendeu o ensino fundamental II, de 5ª a 8ª série, para a Escola Estadual Padre José Epifânio Gonçalves. Em 1987, o ensino médio também passou a ser ofertado pela Escola Estadual Padre José Epifânio Gonçalves, o que colaborou para o encerramento das atividades do Ginásio

Dr. Antônio Lana. Em 18 de abril de 1997, pela Portaria nº 725/97, foi autorizado o funcionamento do Ensino Médio, sem o Magistério. Nesse mesmo ano a última turma que cursava Magistério se formou.

Em 2022, a escola ofereceu o Ensino fundamental II, contando com turmas regulares e turmas de tempo integral, Ensino Médio, em fase de transição para o NEM, a EJA, tanto fundamental quanto médio, e o Técnico em Administração. Ao todo foram vinte turmas que atenderam 456 alunos, sendo 264 do Ensino Fundamental II, 119 do Ensino Médio, 18 da EJA Fundamental, 28 da EJA Médio e 27 do Curso Técnico. A escola funciona nos três turnos, sendo o turno da manhã prioritário aos alunos da zona rural.

Em 2023 a escola atendeu 444 alunos nas modalidades expressas na tabela 01:

Tabela 01 – Alunos matriculados na Escola Estadual Padre José Epifânio Gonçalves – 2023

Modalidade de ensino	Turmas	Alunos atendidos
Ensino Fundamental II	11	245
Ensino Médio	6	127
EJA – Fundamental II	1	21
EJA - Médio	1	23
Curso Técnico - Recursos Humanos	1	28

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de SIMADE

Em análise à Tabela 01, percebe-se que a escola é de pequeno porte, que apesar de atender diversas modalidades de ensino e ser a única da cidade a ofertar o ensino fundamental II e o ensino médio, tem um número baixo de matrículas, o que está de acordo com o índice populacional da cidade, que também é baixo, em torno de 5.666 habitantes.

Para atender às demandas da escola o número de funcionários também é baixo, uma vez que o número de turmas, professores, auxiliares de secretaria, auxiliares de serviços gerais, entre outros, são definidos de acordo com o número de estudantes matriculados. Com relação aos funcionários da escola, o quadro de 2023 contava com o total de cinquenta e oito, divididos nas diversas funções necessárias

para o funcionamento da escola, como podemos perceber nos dados apresentados na Tabela 02.

Tabela 02 – Funcionários da Escola Estadual Padre José Epifânio Gonçalves – 2023

Professores Efetivos Regentes de Aulas	14
Professores Convocados Regentes de Aulas	21
PEUB Convocados	02
AEE Convocados	05
ATB Efetivo	01
ATB Contratados	03
EEB Efetivo	01
EEB Convocado	01
ASB Contratados	10
TOTAL	58

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de SIMADE

Observa-se na Tabela 2 que a maior parte dos professores e demais funcionários da escola são convocados (professores) ou contratados (administrativo). Os professores efetivos permanecem na escola por um tempo maior, três deles estão há mais de vinte anos, dez estão há mais de cinco anos e um há quatro anos. Dos convocados, três estão na escola há mais de dez anos ininterruptos, os outros, passam por uma rotatividade, não muito elevada, a depender das vagas disponíveis. Alguns desses profissionais residem em outras cidades, outros nem continuam na escola por um ano letivo completo e acabam não conseguindo se inteirar do contexto em que esses estudantes estão inseridos, o que causa um certo afastamento entre eles e os estudantes. Esse distanciamento surge como uma possibilidade para a falta de articulação de projetos que possam recompor as aprendizagens dos alunos infrequentes.

Com base no Índice de Nível Socioeconômico (INSE), apresentado no Censo Escolar de 2021, a escola foi classificada no Nível Sócio Econômico (NSE) Médio-baixo, ou seja,

neste nível, os estudantes estão entre meio e um desvio-padrão abaixo da média nacional do Inse. Considerando a maioria dos

estudantes, a mãe/responsável e o pai/responsável têm o ensino fundamental incompleto ou completo e/ou ensino médio completo. A maioria possui uma geladeira, um ou dois quartos, uma televisão, um banheiro, wi-fi e máquina de lavar roupas, mas não possui computador, carro, garagem e aspirador de pó. Parte dos estudantes passa a ter também freezer e forno de micro-ondas (INSE, 2021).

A história da escola e da sua comunidade foi drasticamente afetada, diante de um desastre ambiental ocasionado pelo rompimento da Barragem de Fundão, que se localizava a 70 Km da cidade de Barra Longa, no povoado de Bento Rodrigues, em Mariana, Minas Gerais. Esse episódio ocasionou diferentes tipos de prejuízos, desde a estrutura física da escola, até prejuízos imateriais, relacionados à memória e alteração do cotidiano da comunidade escolar, tornando necessário uma reestruturação da escola, para que os impactos no processo de ensino e aprendizagem fossem minimizados diante desse episódio fatídico. A seção 2.3.2, enfatiza os impactos sofridos pela escola, e as ações de reestruturação que foram implementadas.

2.3.2 Uma história interrompida: os impactos do rompimento da barragem de Fundão na Escola Estadual Padre José Epifânio Gonçalves

Em novembro de 2015, ocorreu o rompimento da Barragem de Fundão, localizada no Complexo Industrial de Germano, no município de Mariana, Minas Gerais. Imediatamente foram liberados 40 milhões de metros cúbicos de rejeito de minério e em seguida, mais 16 milhões, que escoaram mais lentamente, atingindo também a Barragem de Santarém, fazendo escoar todo o material depositado nela. Esse rejeito, além de atingir imediatamente o povoado de Bento Rodrigues, deixando 19 mortos e várias famílias desabrigadas, atingiu outras cidades e a Bacia do rio Gualaxo do Norte, afluente do rio do Carmo, que é afluente do rio Doce. Além de Bento Rodrigues foram atingidos os povoados de Paracatu de Baixo, Camargos, Águas Claras, Pedras, Ponte do Gama, Gesteira e os municípios de Barra Longa, Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado, em Minas Gerais. No dia 21 de novembro o rejeito de minério atingiu o distrito de Regência, no município de Linhares, Espírito Santo (MPF, 2015).

Esse desastre de grandes proporções atingiu também a Escola Estadual Padre José Epifânio Gonçalves, que teve todo o seu primeiro andar invadido pela lama de rejeito de minério. Diante desse acontecimento muito se perdeu, não só com relação ao espaço físico, mas também a documentos e outros bens para a escola. As salas de aula, banheiros, cozinha, refeitório, sala de supervisão pedagógica, secretaria, sala dos professores, diretoria e dois pátios (um coberto e um aberto) se localizam no segundo andar, por isso não foram afetados diretamente pela lama de rejeito de minério.

Constatou-se, que no desastre ambiental, a estrutura da quadra de esportes e o espaço do salão nobre, onde também funcionava a biblioteca da escola, a sala de leitura e os laboratórios de ciências e informática, haviam sofrido graves avarias e necessitavam, não apenas de uma limpeza, mas de reformas estruturais.

Além do espaço físico, contabilizou-se a perda do acervo da biblioteca, móveis, computadores, televisão, aparelho de DVD, material do laboratório de ciências, material esportivo e documentos de um arquivo que se encontrava em um cômodo anexo à biblioteca. Também foram perdidos bens considerados afetivos como, por exemplo, fotografias de alunos e de eventos promovidos pela escola, assim como outras mais antigas que faziam parte da história da escola.

Em tal contexto inúmeras discussões permearam o ambiente escolar nesse período, mas aos poucos foram deixadas em segundo plano, pois havia um ano letivo em curso e um currículo para seguir. As aulas não podiam parar e cada professor se adaptou como foi possível. Para mostrar a situação da escola as figuras a seguir apresentam a estrutura da escola após o rompimento.

Figura 01 – Lateral da Escola Estadual Padre José Epifânio Gonçalves – novembro de 2015



Fonte: Acervo da Escola Estadual Padre José Epifânio Gonçalves

A figura 01 retrata a entrada lateral da escola e parte das entradas do salão nobre e da quadra poliesportiva, na manhã seguinte ao rompimento da barragem, tomados pela lama de rejeito de minérios. Parte da entrada lateral, a quadra e o salão nobre foram invadidos pela lama, tendo seus espaços e objetos danificados, o que acarretou um período de adaptação para a escola. Os alunos ficaram um tempo sem o espaço para praticar esportes e sem a biblioteca, sala de leitura, sala de informática e laboratório de ciências, que se localizavam no salão.

A perda temporária desses espaços fez com que a escola tivesse que adaptar as atividades das aulas de educação física em um outro local provisoriamente. Além disso, as aulas de leitura e as pesquisas de ciências e biologia foram temporariamente suspensas devido ao fato da escola ter perdido, não só o espaço, mas todo o acervo da biblioteca e os materiais do laboratório de ciências.

Figura 02 – Biblioteca da Escola Estadual Padre José Epifânio Gonçalves –
novembro de 2015



Fonte: Acervo da Escola Estadual Padre José Epifânio Gonçalves

A figura 02 retrata a biblioteca e o seu acervo atingido pela lama. Percebe-se que, além da estrutura física, os livros e outros materiais, como por exemplo, trabalhos produzidos por alunos, foram afetados. Por esse motivo, as aulas foram prejudicadas, uma vez que os materiais didáticos e literários foram danificados, exigindo uma adaptação desse material, o que não ocorreu de maneira simples, pois a escola não contava com recursos financeiros para adquirir novos produtos, como livros, revistas, folhas, impressoras, tinta, entre outros.

Figura 03 – Laboratório de Ciências e Sala de Leitura da Escola Estadual Padre José Epifânio Gonçalves – novembro de 2015



Fonte: Acervo da Escola Estadual Padre José Epifânio Gonçalves

A figura 03 demonstra o laboratório de ciências e a sala de leitura atingidos pela lama. Os estudantes, além de ficar sem o espaço físico para leitura e pesquisas científicas, perderam também a sala de leitura, que era um espaço em que os alunos se reuniam para ler, assistir filmes, fazer trabalhos escolares, ensaiar para apresentações teatrais ou de danças e relaxar durante os intervalos.

Nesse período, a escola teve que ser fechada por uma semana e quando as atividades foram liberadas a adaptação foi muito difícil, pois os espaços diretamente atingidos demoraram a ser recuperados e a presença de máquinas para retirar a lama e de pessoas estranhas alteraram a rotina dos alunos e funcionários, impactando diretamente nas aulas.

Outra questão que a escola enfrentou foi o fato dos alunos do bairro Volta da Capela, da Praça Manoel Lino Mól e do povoado de Gesteira, terem sido diretamente afetados e demorarem um tempo maior para retornarem às aulas, não só pelo impacto estrutural causado no povoado, como a destruição de casas, igreja, escola e outros espaços públicos, mas também por causa do acesso à escola que foi prejudicado por um período, uma vez que as estradas e ruas foram tomadas pela lama. Esses alunos não representavam a maioria da escola, mas eram parte significativa. Estima-se que pelo menos 10% dos estudantes foram afetados diretamente e por isso demoraram mais de uma semana para retomarem as atividades escolares.

Em um primeiro momento, após o rompimento da barragem, nenhum projeto foi proposto no sentido de resgatar memórias e despertar nos alunos e funcionários o sentido de pertencimento àquele local. Nos anos seguintes a temática sobre mineração e seus impactos para a sociedade e o meio ambiente foram assuntos em sala de aula e tema de trabalhos para as feiras culturais e de ciências, seguindo até os dias atuais como foco de discussão e pesquisas dentro do ambiente escolar.

As obras de reparação do ambiente físico da escola foram iniciadas ainda em 2015 e perduram até os dias atuais, pois houve atrasos em alguns projetos e algumas intervenções precisaram ser refeitas. As figuras apresentadas a seguir retratam a entrada da escola em 2023, após as obras de reparação realizadas devido ao rompimento da Barragem de Fundão.

Figura 04 – Entrada da Escola Estadual Padre José Epifânio Gonçalves – março de 2023



Fonte: Acervo da Autora (2023).

A figura 04 retrata a entrada para as salas de aula, secretaria, supervisão e direção, além de representar o pátio aberto da escola, uma área onde são cultivadas algumas espécies de flores e outras plantas pelos funcionários da escola, com a

participação dos estudantes. Esse espaço é utilizado nos intervalos para que os alunos se encontrem nos momentos de descanso e para a realização de atividades pedagógicas ao ar livre, como aulas de leitura, atividades lúdicas, etc.

Figura 05– Entrada da Escola Estadual Padre José Epifânio Gonçalves – março de 2023



Fonte: Acervo da Autora (2023)

A figura 05 mostra a entrada que dá acesso ao salão nobre da escola, biblioteca, sala de informática, laboratório de ciências e a quadra poliesportiva. Apresenta também um jardim, cultivado pelos funcionários e estudantes da escola. Esse local, além de dar acesso à parte inferior da escola, é utilizado pelos alunos durante os intervalos para conversas e descanso. Cabe ressaltar que a área do jardim foi atingida pela lama do rompimento da barragem e passou por um processo de revitalização nos últimos anos.

As obras de reparação não mudaram a estrutura da escola, que permaneceu a mesma, ou seja, os locais aos quais os sujeitos da escola estavam acostumados a realizar as atividades continuaram sendo os mesmos, uma vez que foram feitas apenas reformas dos locais atingidos, como pintura, troca de piso e limpeza,

principalmente, o que não acarretou a necessidade de adaptação de um novo espaço para o desenvolvimento das atividades escolares.

Ainda sob o impacto do rompimento da Barragem de Fundão, a escola passou por uma outra transformação, no ano de 2016, quando foi reconhecida como Escola do Campo, por ter atingido um número de matrículas de estudantes residentes na zona rural maior que cinquenta por cento das matrículas totais. Essa mudança de paradigma foi ponto fundamental para a estruturação do trabalho com os discentes, o que será discutido mais detidamente na seção 2.2.3.

2.3.3 Mudança de rumos: o reconhecimento da Escola Estadual Padre José Epifânio Gonçalves como Escola do Campo em 2016

O ano de 2016 foi importante para a escola, pois por meio da Resolução SEE/MG nº 2.820, de 11 de dezembro de 2015, a escola foi reconhecida como Escola do Campo, devido ao fato de ter mais de cinquenta por cento de matrículas de alunos residentes na zona rural. Tal decisão foi amparada pelo que diz o artigo I, inciso II da Resolução SEE/MG nº 2.820.

A comunidade escolar (alunos, pais, professores e demais funcionários) da escola Estadual Padre José Epifânio Gonçalves desconhecia a história da Educação do Campo no Brasil, que se constitui em uma história de lutas das comunidades camponesas para que o direito à educação lhes fosse garantido, por esse motivo o processo de classificação da escola como de educação do campo apresentou dificuldades no que diz respeito ao reconhecimento de identidade da escola, uma vez que os funcionários e os próprios alunos não se reconheciam como pertencentes a uma Escola do Campo, já que a localização da escola, que é no centro da cidade, não remete, espacialmente, ao campo.

Outro fator que causou uma certa resistência por parte dos professores e funcionários foi o fato de essa ter sido uma política implementada sem nenhum aviso prévio e nenhuma preparação da comunidade escolar. Não houve, em momento algum, uma discussão a respeito do assunto com a comunidade escolar, nem tampouco houve maiores explicações sobre as implicações da implementação dessa política na escola. Professores, funcionários e comunidade escolar em geral ignoraram a informação e não modificaram a rotina nem os projetos pedagógicos.

No primeiro momento de definição da escola como de educação do campo, a informação sobre o reconhecimento da instituição nessa modalidade foi apenas repassada aos professores e funcionários como consta em Ata de número 05/2016 de 07/06/2016, que trata de Reunião Administrativa e Pedagógica. Não houve uma discussão a respeito do assunto, nem uma ampla divulgação para a comunidade escolar. Os professores e funcionários não tiveram acesso aos documentos orientadores a respeito da Educação do Campo, nem mesmo fizeram a leitura ou discutiram os princípios gerais da modalidade e suas implicações no trabalho desenvolvido pela escola (EEPJEG, 2016).

De acordo com a Ata de número 10/2016 de 12/09/2016, a supervisora da escola participou, ainda no mês de setembro, de uma reunião para capacitação a respeito da Educação do Campo na Superintendência Regional de Ponte Nova, porém nem na referida Ata, nem nas subsequentes, consta que o teor dessa capacitação tenha sido repassado aos demais funcionários da escola, o que reforça a ideia da necessidade de uma reestruturação organizacional para que as informações cheguem a todos os membros da comunidade escolar. O trabalho seguiu seu fluxo normal, na medida do possível, pois a escola ainda passava por um processo de adaptação referente aos impactos do rompimento da barragem de Fundão (EEPJEG, 2016).

Apesar de não ter acontecido um movimento de reflexão sobre a Educação do Campo a escola começou a se organizar para atender os alunos do campo de acordo com suas especificidades e necessidades. Apesar da escola iniciar um olhar mais cuidadoso para esses sujeitos, ainda há questões que necessitam um estudo mais aprofundado e uma intervenção no sentido de garantir que os alunos tenham a mesma oportunidade de aprendizagem.

Um dos exemplos desse novo olhar para a Educação do Campo foram os projetos desenvolvidos pela escola. Em 2019 houve um primeiro estudo sobre a Escola do Campo direcionado pela diretora que assumiu o cargo em agosto do mesmo ano e a partir de 2020 dois projetos foram realizados, mesmo em período de trabalho remoto devido à pandemia causada pela COVID-19.

O primeiro projeto intitulado “Segurança e soberania alimentar” foi realizado em 2020 e contou com um estudo sobre as políticas públicas que envolvem a merenda escolar, além de promover ações para que os alunos do campo se sentissem protagonistas em uma escola onde muitas vezes eram apenas coadjuvantes em

trabalhos de pesquisa e apresentações culturais. Com esse projeto, os profissionais da escola e os alunos constataram dificuldade de aplicação da Lei nº 11.947, de 16/06/2009, que diz que 30% do valor do PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar - deve ser investido na compra direta de produtos da agricultura familiar, devido ao fato de que muitas famílias não conseguiam entender o processo burocrático para se tornar fornecedora da escola.

A partir dessa constatação iniciamos ações junto à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater) para divulgar a necessidade de fornecedores da agricultura familiar e orientar os produtores no que diz respeito aos documentos necessários para participar de um processo licitatório. Além dessa questão burocrática a escola conseguiu também incentivar os alunos, do campo principalmente, a se reconhecerem como sujeitos importantes para o funcionamento e progresso da escola.

O segundo projeto, intitulado “Quintais produtivos”, foi realizado em 2021, e abordou os dois temas mais recorrentes na escola nos últimos anos: o rompimento da barragem de fundão e a escola do campo. O projeto consistia em analisar terras atingidas pela lama e comparar a produção antes e depois do solo ter sido contaminado, contando com o conhecimento de agricultores da cidade, muitos deles pais de alunos, para ajudar no entendimento do quanto o solo foi prejudicado e de como poderíamos recuperá-lo.

Esse projeto foi mais voltado à análise dos quintais atingidos pelo rompimento da Barragem de Fundão, tanto da zona rural quanto da zona urbana, e também para o incentivo de uma alimentação mais saudável. Com esse projeto constatou-se que muitas famílias da cidade tinham o hábito de plantar alimentos como feijão, milho, mandioca, frutas e hortaliças para consumo próprio antes do rompimento da Barragem de Fundão e depois de terem seu solo atingido não conseguiram mais retomar suas produções, passando assim a consumir produtos adquiridos em supermercados, os quais não se sabe a procedência, nem a forma de cultivo. Observou-se também que esses são problemas enfrentados tanto por moradores da zona rural quanto da zona urbana atingidos direta ou indiretamente pelo rompimento da Barragem de Fundão.

Um aspecto a destacar sobre esses dois projetos é que eles foram desenvolvidos durante a pandemia de forma remota, mas ainda assim foram organizados de forma a atingir o maior número de estudantes possível. Cada área do

conhecimento foi responsável pelo desenvolvimento de uma etapa do projeto, cabendo aos professores estabelecerem contato e diálogo com os alunos nesse período. Aqueles que não tinham acesso à internet recebiam em casa, junto com o Plano de Estudo Tutorado (PET), o material necessário para o desenvolvimento do projeto e realizavam as atividades em suas próprias comunidades, tomando as devidas medidas sanitárias. Os alunos que possuíam acesso à internet ficavam em constante contato com os professores e realizavam as tarefas que necessitavam da internet, como entrevistas via Google Meet, edição de vídeos, etc. Ao final de cada bimestre a comunidade escolar se reunia via Google Meet e o trabalho era socializado.

Apesar dos entraves impostos pela pandemia e pelas questões tecnológicas a escola conseguiu mobilizar grande parte dos alunos e da comunidade para desenvolver os dois projetos. As etapas de socialização dos projetos foram gravadas e disponibilizadas aos professores, alunos e comunidade escolar para que pudessem ser consultadas posteriormente. A escola mantém essas gravações salvas como registro do que foi desenvolvido durante a realização desses projetos.

Esses dois projetos apresentaram algum sucesso com relação ao que propõe a Educação do Campo através da Resolução CNE/CEB 1, de 03 de abril de 2002, que institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo que diz que a identidade da escola do campo por questões referentes à sua realidade, está pautada na temporalidade e saberes próprios dos estudantes.

Com o propósito de dar continuidade ao processo de reconhecimento e afirmação da identidade da escola e seus sujeitos, foi desenvolvido em 2023 um projeto intitulado “Nossa História tem Raízes” sobre a história de Barra Longa e suas comunidades rurais. Nesse projeto todas as turmas foram envolvidas e o trabalho foi dividido em três partes: pesquisa histórica, produção artesanal de materiais e apresentação à comunidade escolar.

Inicialmente os alunos foram divididos por áreas de interesse e os professores se responsabilizaram por cada área de acordo com as que mais interessavam a cada um. Nenhuma tarefa foi imposta nem aos alunos, nem aos professores. O projeto foi desenvolvido de forma coletiva e colaborativa. Após a fase de pesquisa histórica, em que cada grupo fez o levantamento sobre a fundação, desenvolvimento e cultura de cada localidade, a escola começou a se preparar para produzir uma apresentação

para a comunidade escolar contando a história da cidade de Barra Longa, resgatando memórias e o pertencimento a cada localidade do município.

Na fase da organização e produção da apresentação, o grupo Parangolé, contratado como parte das ações promovidas pela Fundação Renova, uma Fundação criada após o rompimento da Barragem de Fundão para intermediar a reparação aos atingidos, se juntou à escola, promovendo oficinas de produção artesanal dos materiais para a apresentação e oficinas de teatro, capoeira e música. Além das oficinas e produção de materiais, o grupo Parangolé, através de incentivo financeiro da Fundação Renova, que financiou o projeto, contribuiu também com a produção de figurinos, alimentação e transporte para o dia da apresentação.

A fase de preparação para a apresentação durou dois meses e envolveu toda a escola, como podemos ver nas figuras a seguir:

Figura 06 – Confeção Artesanal de Materiais – Escola Estadual Padre José Epifânio Gonçalves – agosto de 2023



Fonte: Acervo da Escola Estadual Padre José Epifânio Gonçalves

A figura 06 retrata o processo de produção dos figurinos a serem utilizados no desfile e nas representações teatrais e de dança, envolvendo os alunos da escola. Esse processo foi coordenado pelos professores da escola e por representantes do Grupo Parangolé, que durante toda a atividade promoveram também uma reflexão a respeito dos materiais produzidos através de conversas sobre os temas a serem retratados

por cada adereço. Os alunos envolvidos nessa etapa tiveram um momento de aprendizagem aliado à produção de acessórios e roupas que retratavam cada assunto a ser mostrado à comunidade.

Figura 07 – Material Produzido Artesanalmente pelo Grupo Parangolé e Alunos da Escola Estadual Padre José Epifânio Gonçalves – setembro de 2023



Fonte: Acervo da Escola Estadual Padre José Epifânio Gonçalves

A produção dos estandartes utilizados para abrir cada ala do desfile, retratado na figura 07, também foi manual e envolveu a participação dos estudantes, que através de uma pesquisa prévia, sugeriram imagens representativas de cada ala para serem confeccionadas e representadas nos estandartes. A pesquisa foi feita com o apoio dos professores da escola e a participação de pessoas da comunidade, que através de relatos orais contaram aos alunos a história de cada comunidade. Esse trabalho despertou o interesse dos alunos a respeito de suas comunidades e de outras, que também fazem parte da cidade.

Essa atividade permitiu que os alunos se interessassem pela história da comunidade, despertando um sentimento de pertencimento nos estudantes, principalmente no que diz respeito ao reconhecimento da instituição como Escola do Campo, que foi uma novidade para a maioria dos estudantes, e da representação da Resistência Quilombola, que ganhou maior notoriedade entre a comunidade desde

2023, quando o povoado de Gesteira iniciou o processo de seu reconhecimento como uma comunidade Quilombola.

Outras atividades foram propostas nesse projeto, dentre elas a apresentação de danças típicas da região, que resgatam memórias culturais da comunidade, e impulsionam diferentes formas de se apropriar do espaço escolar e da cidade.

Figura 08 – Ensaio Geral – Praça Manoel Lino Mól – Barra Longa – setembro de 2023



Fonte: Acervo da Escola Estadual Padre José Epifânio Gonçalves

A figura 08 demonstra um dos ensaios da dança apresentada no dia do evento, que aconteceu na praça da cidade e foi coordenado pelos coreógrafos do Grupo Parangolé. Toda a construção da coreografia foi relacionada ao tema do desfile e envolveu também momentos de pesquisa e escuta dos estudantes. Suas percepções e conhecimento a respeito das relações entre homem e terra foram a base para a criação da apresentação. Esse foi um momento que trouxe aos estudantes um contato direto com a comunidade, além de promover uma reflexão mais profunda sobre como o homem vem se relacionando com a terra ao longo do tempo.

Figura 09 – Ensaio Geral – Praça Manoel Lino Mól – Barra Longa – setembro de 2023



Fonte: Acervo da Escola Estadual Padre José Epifânio Gonçalves

A figura 09 retrata o ensaio geral da fanfarra da Escola Estadual Padre José Epifânio Gonçalves, uma tradição que havia sido preterida, mas que foi resgatada para o desfile. Os ensaios foram coordenados por um professor de música do Grupo Parangolé e todo o processo, possibilitou aos alunos, não só o conhecimento em música, mas também a possibilidade de refletir sobre a importância da fanfarra para a escola e para a comunidade. Através de conversas e relatos de ex-alunos, que haviam participado da fanfarra em anos anteriores, os estudantes entenderam o quanto a manutenção desse grupo é importante para a comunidade escolar.

A culminância do projeto se deu com um desfile e apresentações para a comunidade escolar. Essa fase foi dividida da seguinte forma: no primeiro momento, os alunos percorreram as principais ruas da cidade e terminou na Praça Manoel Lino Mól, desfilando a história do município desde sua fundação até 2023. O desfile foi organizado em alas, que representavam momentos importantes da história e da cultura do município; no segundo momento os alunos e convidados da escola fizeram apresentações culturais, tais como teatro, capoeira e danças típicas.

As figuras a seguir representam parte do desfile e das apresentações culturais:

Figura 10 – Desfile Cultural – Rua Matias Barbosa – Barra Longa – setembro de 2023



Fonte: Acervo da Escola Estadual Padre José Epifânio Gonçalves

A figura 10 representa o cortejo realizado pelas ruas da cidade. Divididos em alas, os alunos e convidados da Escola Estadual Padre José Epifânio Gonçalves desfilaram a história de Barra Longa para a população, que saiu de suas casas, ocupou esquinas, janelas e sacadas para presenciar a reconstrução de sua história diante de seus olhos. Representando os povos originários, que ocupavam a cidade no período anterior à sua colonização, a escola recebeu representantes das etnias Pataxó, Pataxó Han Han Han e Borum-Kren. Para representar a resistência do povo africano, escravizado em nossas terras, o desfile contou também com a participação do Quilombo Santa Efigênia, de Mariana, Minas Gerais.

Figura 11 – Congado do Dobra e Pimenta – Barra Longa – setembro de 2023



Fonte: Acervo da Escola Estadual Padre José Epifânio Gonçalves

Para representar a tradição cultural de duas comunidades rurais do município, o Dobra e o Pimenta, os alunos da escola trouxeram os congados, como demonstrado na figura 11. A tradição do Congado é motivo de orgulho, não só para esses alunos, que mostraram para cidade de Barra Longa o quanto suas comunidades são ricas culturalmente, mas também para Minas Gerais, já que é uma tradição do estado e representa a identificação e a ancestralidade para determinados grupos.

Figura 12 – Comunidades Rurais –Barra Longa – setembro de 2023



Fonte: Acervo da Escola Estadual Padre José Epifânio Gonçalves

A figura 12 demonstra, por meio de estandartes confeccionados com as principais referências de cada localidade, todas as comunidades rurais do município. Além dos estandartes, cada comunidade se destacou através dos produtos confeccionados por cada uma delas. Essa ala possibilitou que todos os estudantes se sentissem representados, uma vez que todas as comunidades do município foram contempladas e tiveram suas histórias relatadas durante o desfile. Esse momento despertou nos alunos o sentimento de pertencimento e o orgulho de fazer parte de cada uma daquelas comunidades.

Figura 13 – Escola Estadual Padre José Epifânio Gonçalves - Escola do Campo – Barra Longa – setembro de 2023



Fonte: Acervo da Escola Estadual Padre José Epifânio Gonçalves

A figura 13 retrata a Escola Padre José Epifânio Gonçalves por meio da representação de seu patrono e dos seus alunos. Além disso, traz para a comunidade uma importante informação, até então desconhecida para muitos, o fato da escola ser uma Escola do Campo. A escola trazer esse elemento como destaque nesse evento simbolizou não só o reconhecimento de seus sujeitos a respeito da importância de ser uma Escola do Campo, mas mostrou a toda população uma informação até então

pouco divulgada. Esse reconhecimento marca o início de uma trajetória educacional pautada nos princípios e bases da educação do campo.

Figura 14 – Mineração – Barra Longa – setembro de 2023



Fonte: Acervo da Escola Estadual Padre José Epifânio Gonçalves

A influência da mineração e suas consequências está presente na história de Barra Longa desde sua fundação até os dias atuais. A figura 14 representa o Rompimento da Barragem de Fundão e seus impactos para o município, destacando a Praça Manoel Lino Mol, localizada no centro da cidade, após o rompimento da Barragem de Fundão totalmente assolada pela lama que invadiu a cidade.

Figura 15 – Apresentação Cultural – Praça Manoel Lino Mól – Barra Longa – setembro de 2023



Fonte: Acervo da Escola Estadual Padre José Epifânio Gonçalves

A figura 15 retrata a apresentação do grupo de teatro formado pelos alunos da escola, que contaram sobre a resistência do povo negro do país e de Barra Longa. Importante destacar que os alunos que participaram dessa apresentação, à exceção de uma aluna, são todos residentes da zona rural, o que merece destaque, devido ao fato de esses alunos nem sempre terem condições de participar de eventos como esse, já que muitas vezes não têm garantido o acesso à cidade em dias que não são letivos.

Esse projeto, que surgiu de uma atividade proposta pela professora de Artes, tomou maiores proporções e gerou nos estudantes, principalmente, uma identificação com o local ao qual eles pertencem. Ao utilizar pesquisas, estudos e apresentações, aos poucos, todos foram se envolvendo e ao final o sentimento de pertencimento foi notado pelas atitudes e postura dos alunos, não só nas apresentações, mas também nos dias posteriores no espaço e no cotidiano escolar.

Até esse momento, notava-se que os alunos da zona rural não tinham esse sentimento de pertencimento, o que os distanciava das atividades escolares e fazia com que assumissem uma postura mais arredia, o que foi se desfazendo ao final de

2023. A escola sempre teve um ambiente tranquilo, sem muitos conflitos entre os alunos, mas havia uma falta de conexão entre os alunos da zona rural e os da zona urbana. Atualmente, nota-se uma mudança nessa relação, impulsionada pelos projetos desenvolvidos, que promoveram maior integração entre os alunos.

Apesar dos projetos realizados, principalmente nos últimos anos, terem apresentado um resultado positivo, não há uma adequação do PPP relativa à educação do campo. O que o PPP traz é a informação de que a escola passou a ser considerada do campo e as diretrizes básicas da modalidade (EEPJEG, 2022). Não houve também uma integração das premissas básicas da educação do campo, nem uma reformulação curricular entre 2022 e 2024, período que a presente pesquisa abrange.

Na prática, observa-se, que o reconhecimento da escola como Escola do Campo não trouxe nenhuma mudança significativa no cotidiano do trabalho escolar, pois não houve mudanças estruturais na escola, ou incentivos para formação continuada de professores, além de não terem sido disponibilizadas verbas específicas para a modalidade, que pudessem contribuir para ações efetivas de adequação da escola de acordo com suas especificidades.

2.3.4 A garantia do acesso ao conhecimento aos alunos da zona rural: os entraves encontrados na Escola Estadual Padre José Epifânio Gonçalves

Um aspecto importante a se observar na escola é o número elevado de faltas dos alunos de alguns povoados, principalmente no período de chuvas, o que pode acarretar um déficit na aprendizagem desses alunos quando comparados aos alunos que residem na zona urbana e não precisam faltar nos períodos chuvosos, que são os dias em que os estudantes da zona rural apresentam o maior número de faltas. O PPP da Escola aborda essa questão como um dos desafios a serem enfrentados pela escola:

Os problemas enfrentados pela escola estão relacionados ao transporte escolar, uma vez que, a maioria dos alunos residem na zona rural e, em épocas de chuva, o acesso à escola é dificultado, o que, muitas vezes, impedem a participação e inclusão destes estudantes em projetos ou atividades que dependem do uso do transporte escolar (Escola Estadual Padre José Epifânio Gonçalves, 2022e, p. 15).

Os alunos da zona rural, em sua maioria, estudam no turno da manhã e estão divididos pelas turmas que a escola oferta, que se dividem da seguinte forma:

Tabela 03 – Turmas da Escola Estadual Padre José Epifânio Gonçalves – 2023

TURNO	ENSINO FUNDAMENTAL II - REGULAR	ENSINO FUNDAMENTAL II - INTEGRAL	ENSINO MÉDIO	EJA E PROFISSIONALIZANTE
MATUTINO	6º 1, 7º1, 8º1 e 9º1	7º, 8º e 9º	1º A, 2º A e 3º A	
VESPERTINO	6º2, 7º2, 8º2 e 9º2	7º, 8º e 9º	1º B, 2º B e 3ºB	
NOTURNO				4º período - EJA fundamental, 3º período - EJA médio e Técnico em Recursos Humanos

Fonte: Elaborado pela autora a partir de SIMADE, 2023

Apesar de algumas comunidades serem mais afastadas do centro da cidade, onde se localiza a escola, não há problemas com atrasos nem há a necessidade de os alunos saírem mais cedo da escola ao final das aulas, uma vez que o transporte escolar tem rotas bem definidas e horários fixos, o que não gera mudanças ou qualquer tipo de transtorno na rotina escolar. No que diz respeito à distância entre as comunidades rurais e a escola podemos analisá-las a partir do quadro 01 com as rotas de transporte escolar:

Quadro 01 – Rotas de transporte escolar da Escola Estadual Padre José Epifânio Gonçalves.

ROTA VINCULADA	TURNO	KM POR DIA	EMBARQUE E DESEMBARQUE
Comunidade de Gesteira passando pelo Bonito – Centro Barra Longa	Manhã	50	Ida: início do embarque às 06:00 na comunidade do Gesteira; 06:25 na comunidade do Bonito; desembarque às 06:55 na E.E. Padre José Epifânio Gonçalves. Retorno: embarque às 11:25 na E. E. Padre José Epifânio Gonçalves e desembarque na comunidade do Bonito às 11:55 e na comunidade do Gesteira às 12:20
Comunidade do Dobra e Taboões – Centro Barra Longa	Manhã	72	Ida: início do embarque às 05:00 na comunidade do Dobra; 05:30 na comunidade do Taboões; desembarque às 06:50 na E.E. Padre José Epifânio Gonçalves.

			Retorno: embarque às 11:25 na E. E. Padre José Epifânio Gonçalves e desembarque na comunidade do Taboões às 12:45 e na comunidade do Dobra às 13:15
Comunidade do Paiol do Cunha e Sítio Buieie – Centro Barra Longa	Manhã	72	Ida: início do embarque às 05:45 na comunidade do Paiol do Cunha; 06:25 na comunidade do Buieie; desembarque às 06:55 na E.E. Padre José Epifânio Gonçalves. Retorno: embarque às 11:25 na E. E. Padre José Epifânio Gonçalves e desembarque na comunidade do Buieie às 11:55 e na comunidade do Paiol do Cunha às 12:30
Comunidade da Rocinha e Capela Velha	Manhã	72	Ida: início do embarque às 05:45 na comunidade da Rocinha; 06:35 na comunidade da Capela Velha; desembarque às 06:50 na E.E. Padre José Epifânio Gonçalves. Retorno: embarque às 11:25 na E. E. Padre José Epifânio Gonçalves e desembarque na comunidade da Capela Velha às 11:40 e na comunidade do Rocinha às 12:30
Comunidade do Pimenta, Bonfim da Barra e Covanca – Centro Barra Longa	Manhã	58	Ida: início do embarque às 05:50 na comunidade do Pimenta; 06:20 na comunidade do Bonfim da Barra; desembarque às 06:55 na E.E. Padre José Epifânio Gonçalves. Retorno: embarque às 11:25 na E. E. Padre José Epifânio Gonçalves e desembarque na comunidade do Bonfim da Barra às 12:15 e na comunidade do Pimenta às 12:45
Comunidade da Caiana e Bananal – Centro Barra Longa	Manhã	28	Ida: início do embarque às 05:30 na comunidade da Caiana; 06:20 na comunidade do Bananal; desembarque às 06:50 na E.E. Padre José Epifânio Gonçalves. Retorno: embarque às 11:25 na E. E. Padre José Epifânio Gonçalves e desembarque na comunidade do Bananal às 11:55 e na comunidade da Caiana às 12:45
Comunidade do Matipó e Felipe dos Santos – Centro Barra Longa	Manhã	54	Ida: início do embarque às 05:45 na comunidade do Matipó; 06:00 na comunidade do Felipe dos Santos; desembarque às 06:55 na E.E. Padre José Epifânio Gonçalves. Retorno: embarque às 11:25 na E. E. Padre José Epifânio Gonçalves e desembarque na comunidade do Felipe dos santos às 12:15 e na comunidade do Matipó às 12:45
Comunidade do Cunha e Alto do Bonsucesso -Centro Barra Longa	Manhã	64	Ida: início do embarque às 06:00 na comunidade do Cunha; 06:30 na comunidade do Alto do Bonsucesso; desembarque às

			06:50 na E.E. Padre José Epifânio Gonçalves. Retorno: embarque às 11:25 na E. E. Padre José Epifânio Gonçalves e desembarque na comunidade do Alto do Bonsucesso às 12:00 e na comunidade do Gesteira às 12:50
Comunidade do Alto do Bonsucesso e Bonsucesso – Centro Barra Longa	Tarde	42	Ida: início do embarque às 11:25 na comunidade do Alto do Bonsucesso; 11:45 na comunidade do Bonsucesso; desembarque às 12:00 na E.E. Padre José Epifânio Gonçalves. Retorno: embarque às 16:55 na E. E. Padre José Epifânio Gonçalves e desembarque na comunidade do Bonsucesso às 17:15 e na comunidade do Alto do Bonsucesso às 17:35
Comunidade de Fragoso e Pouso Alto – Centro Barra Longa	Manhã	80	Ida: início do embarque às 05:45 na comunidade do Fragoso; 06:25 na comunidade do Pouso Alto; desembarque às 06:50 na E.E. Padre José Epifânio Gonçalves. Retorno: embarque às 11:25 na E. E. Padre José Epifânio Gonçalves e desembarque na comunidade do Pouso Alto às 11:50 e na comunidade do Fragoso às 12:40

Fonte: Mapa do Transporte Escolar do Município de Barra Longa – 2020, Prefeitura Municipal de Barra Longa.

De acordo com o quadro 01, que diz respeito às rotas de transporte escolar percebe-se que os alunos saem de casa muito cedo. Alguns deles saem de suas comunidades às 05:00 da manhã para conseguirem chegar à escola às 07:00, o que também pode acarretar uma dificuldade maior de concentração durante as aulas, gerando problemas na aprendizagem, uma vez que, segundo Ribeiro (2019) a privação de sono pode afetar a atenção, a memória de curto e longo prazo, o humor e outros aspectos importantes que prejudicam a capacidade de aprendizado. Importante ressaltar que a Escola Estadual Padre José Epifânio Gonçalves é a única da cidade que oferta o Ensino Fundamental II e o Ensino Médio no município.

O maior problema está nos períodos de chuvas, quando alguns desses alunos chegam a perder até duas semanas seguidas de aulas. Contabilizando as aulas totais, alguns desses alunos chegam a ter entre um ou dois meses de faltas. Em determinados grupos de alunos, como os das Comunidades do Dobra e Taboões, essas faltas são mais frequentes, pois a distância e a qualidade das estradas também influenciam no transporte deles. A questão das faltas dos alunos da zona rural constitui um fator importante e de impacto no seu desenvolvimento escolar e pode ser

entendida através da análise da situação de alguns desses estudantes do oitavo ano do Ensino Fundamental II no ano de 2022. Importante ressaltar que para a maioria das comunidades rurais o único acesso é via estrada de terra, como se pode observar na figura 16:

Figura 16 – Estrada de acesso às comunidades do Dobra e Taboões



Fonte: Acervo da autora

Apenas a comunidade rural Pouso Alto possui acesso via asfalto, as outras apenas via estrada de terra, o que dificulta o acesso dos alunos à escola, uma vez que em períodos chuvosos, principalmente, a passagem fica prejudicada pela lama que se forma.

Para efeito de comparação foram analisados os Boletins Escolares de quatro alunos matriculados no oitavo ano do Ensino Fundamental II em 2022, dois residentes na zona rural e dois residentes na zona urbana. O número de aulas perdidas por cada um desses alunos pode ser analisado através da Tabela 04:

Tabela 04 – Faltas anuais em número de aulas

Aluno(a)	Localidade	1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre	4º Bimestre	Total
A.J.D.	Dobla	100 aulas	35 aulas	50 aulas	90 aulas	275 aulas
M.D.F.	Felipe dos Santos	60 aulas	80 aulas	70 aulas	90 aulas	300 aulas
L.M.B.C.F	Centro	20 aulas	20 aulas	20 aulas	20 aulas	80 aulas
C.M.X.C	Centro	10 aulas	30 aulas	10 aulas	30 aulas	80 aulas

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Escola Estadual Padre José Epifânio Gonçalves, Boletim escolar, 2022c.

Considerando que os alunos têm cinco aulas por dia é necessário analisar também a Tabela 05 que apresenta o número de dias letivos perdidos por cada aluno durante o ano de 2022:

Tabela 05 – Faltas anuais em número de dias letivos

Aluno(a)	Localidade	1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre	4º Bimestre	Total
A.J.D.	Dobla	20 dias	7 dias	10 dias	18 dias	55 dias
M.D.F.	Felipe dos Santos	12 dias	16 dias	14 dias	18 dias	60 dias
L.M.B.C.F.	Centro	4 dias	4 dias	4 dias	4 dias	16 dias
C.M.X.C	Centro	2 dias	6 dias	2 dias	6 dias	16 dias

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Escola Estadual Padre José Epifânio Gonçalves, Boletim escolar, 2022c.

Ao final do quarto bimestre, ou seja, no encerramento do ano letivo, o aluno A.J.D., residente na comunidade do Dobla, a 36 Km do Centro, perdeu 55 dias de aula ao ano, enquanto o aluno L.M.B.C.F., residente no Centro da cidade, perdeu 16 dias de aula. Já a aluna M.D.F., residente na comunidade do Felipe dos Santos, a 27 Km do Centro, perdeu 60 dias de aula, enquanto a aluna C.M.X.C., residente no Centro da cidade, perdeu 16 dias de aula.

Ao considerar que o calendário do ano letivo prevê 200 dias letivos, observa-se que o aluno A.J.D. perdeu 27,5% das aulas, enquanto o aluno L.M.B.C.F. perdeu 8% dos dias letivos. A aluna M.D.F. perdeu 30% das aulas e a aluna C.M.X.C. perdeu 8% dos dias letivos do ano de 2022. Ressalta-se que apesar da porcentagem de dias letivos perdidos pelos alunos residentes na zona rural o número de faltas por si só não gerou uma reprovação para todos os estudantes, uma vez que para serem reprovados em algum conteúdo precisariam ter 25% de faltas nesse conteúdo de acordo com a carga horária prevista para tal disciplina e não 25% de faltas nos dias letivos. Por exemplo, para ser reprovado em Língua Portuguesa, o aluno precisaria ter no mínimo 50 faltas desse conteúdo, já que a carga horária prevista é de 200 aulas anuais.

Outro ponto a se observar é que o número de faltas do aluno A.J.D. se concentrou mais no primeiro e no quarto bimestre, o que coincide com o período de

chuva. Já a aluna M.D.F. manteve uma certa regularidade nas faltas, mas também apresentou um número alto de faltas no primeiro e no quarto bimestre.

No que diz respeito ao rendimento escolar desses alunos, verificou-se, através dos boletins escolares, que aqueles que apresentaram um número menor de faltas tiveram um desempenho melhor, sendo os dois aprovados. Enquanto os estudantes que apresentaram um número maior de faltas tiveram maiores dificuldades, como por exemplo a aluna M.D.F, que apesar de ter sido aprovada, fez recuperações finais de quase todas as matérias, à exceção de artes, educação física e ensino religioso. O aluno A.J.D. foi reprovado pelo seu baixo rendimento, pois ao final do 4º bimestre, a maioria de suas notas estavam abaixo da média, com exceção às disciplinas de artes, educação física e ensino religioso (SIMADE, 2022).

A Tabela 06 demonstra o quantitativo de faltas de todos os alunos residentes na comunidade do Dobra e do Taboões dadas em horas/aula em 2022.

Tabela 06 – Faltas dos alunos do Dobra e Taboões em 2022

Alunos	Localidade	Distância	Faltas em 2022
01	TABOÕES	20 Km	232:30
02	DOBLA	36 Km	155:00
03	DOBLA	36 Km	247:30
04	DOBLA	36 Km	200:50
05	DOBLA	36 Km	187:30
06	DOBLA	36 Km	512:30
07	DOBLA	36 Km	197:30
08	DOBLA	36 Km	140:00
09	DOBLA	36 Km	182:30
10	TABOÕES	20 Km	218:20
11	DOBLA	36 Km	253:20
12	DOBLA	36 Km	200:00
13	DOBLA	36 Km	269:10
14	DOBLA	36 Km	225:50

15	DOBLA	36 Km	238:20
16	DOBLA	36 Km	211:40
17	DOBLA	36 Km	230:50
18	DOBLA	36 Km	172:30

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Escola Estadual Padre José Epifânio Gonçalves, Ficha Individual, 2022d.

Esses alunos residem em comunidades bem próximas, utilizam o mesmo transporte escolar e trafegam pela mesma estrada de terra, como demonstrado no Quadro 01 – Rotas de Transporte Escolar da Escola Estadual Padre José Epifânio Gonçalves e na Figura 16.

A Tabela 07 demonstra o quantitativo de faltas dos alunos da comunidade de Felipe dos Santos e Matipó, que utilizam o mesmo transporte escolar e transitam por parte da mesma estrada:

Tabela 07 – Faltas dos alunos do Felipe dos Santos e Matipó em 2022

Alunos	Localidade	Distância	Faltas em 2022
01	MATIPÓ	21 Km	35:00
02	FELIPE DOS SANTOS	27Km	48:20
03	MATIPÓ	21Km	93:20
04	MATIPÓ	21 Km	35:50
05	FELIPE DOS SANTOS	27Km	60:00
06	FELIPE DOS SANTOS	27Km	165:00
07	FELIPE DOS SANTOS	27Km	60:50
08	FELIPE DOS SANTOS	27Km	57:30
09	FELIPE DOS SANTOS	27Km	270:50
10	FELIPE DOS SANTOS	27Km	106:40
11	FELIPE DOS SANTOS	27Km	107:30

12	FELIPE DOS SANTOS	27Km	196:40
13	FELIPE DOS SANTOS	27Km	32:30
14	FELIPE DOS SANTOS	27Km	129:10
15	MATIPÓ	21 Km	100:50
16	FELIPE DOS SANTOS	27Km	45:00
17	MATIPÓ	21 Km	43:20
18	FELIPE DOS SANTOS	27Km	68:20
19	MATIPÓ	21 Km	78:20

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Escola Estadual Padre José Epifânio Gonçalves, Ficha Individual, 2022d.

Por meio de uma análise do quantitativo de faltas dos alunos das comunidades do Dobra, Taboões, Felipe dos Santos e Matipó percebe-se que a situação mais grave é a dos alunos das comunidades do Dobra e Taboões, uma vez que eles foram os que mais perderam aulas ao longo do ano letivo. A carga-horária anual é de 833:00 e esses estudantes perderam, no mínimo 140:00 horas de aulas em 2022, o que não gerou uma reprovação, já que não atingiram o limite de faltas permitido que é de 25% por conteúdo, mas acarretou a perda de matérias ministradas durante o ano, o que pode gerar uma defasagem qualitativa na aprendizagem.

Outro aspecto que merece atenção é a discrepância de faltas de alguns alunos, o que não tem relação com o transporte escolar e se explica por fatores pessoais, uma vez que os estudantes das comunidades do Dobra e Taboões, por exemplo, apresentam sempre uma média de faltas.

Há também casos dos que apresentam um número de faltas bem inferior à média daqueles de uma mesma comunidade, o que pode ser explicado pelo fato de que alguns deles têm familiares residentes no centro da cidade e nos períodos chuvosos, principalmente, se hospedam em suas casas para não perder aula, porém eles não representam grande parte dos que residem em comunidades rurais e são uma minoria quando comparados aos outros.

Outra situação que explica a discrepância entre as faltas de alguns estudantes é o fato de que existem alguns que precisam caminhar até o ponto em que passa o

transporte e em dias chuvosos essa caminhada fica difícil. Há ainda situações dos que residem em fazendas ou sítios mais afastados dos povoados e as estradas ficam intransitáveis em dias em que chove muito. Por isso, algumas vezes, o transporte de determinada comunidade não atende a todos, o que gera uma diferença entre as faltas dos alunos que usam o mesmo transporte.

A enturmação desses alunos na escola é feita seguindo a Rota de Transporte Escolar, apresentada no Quadro 01 – Rotas de Transporte Escolar, uma vez que o transporte só é oferecido em dois turnos para a Comunidade de Bonsucesso e os outros alunos só podem estudar no turno da manhã. Como não há uma turma específica para esses alunos eles acabam perdendo muitos conteúdos ministrados pelos professores, uma vez que nos dias que eles faltam outros alunos comparecem e as aulas seguem normalmente. Os professores não retomam as atividades do ponto em que eles pararam, mas seguem no ritmo dos que não perderam as aulas. Apesar de eles terem direito a refazer as atividades avaliativas não há uma retomada qualitativa da aprendizagem.

A escola não oferece nenhum projeto nesse sentido e a grande preocupação gira em torno da não reprovação desses alunos, mas sem a preocupação com o que de fato eles estão aprendendo, o que pode ser comprovado através do planejamento dos professores, que não contemplam essa questão, nem apresentam uma tentativa de sanar o problema. Esses planejamentos estão de acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e com o Currículo Referência de Minas (CRMG), mas não são pensados de acordo com as especificidades da Educação do Campo. A coordenação pedagógica, que é a mesma desde 2017, também não apresentou, até 2024, nenhuma proposta no sentido de minimizar o impacto do grande número de faltas na aprendizagem dos estudantes, uma vez que não há registro de projeto ou ações em Atas de Reuniões Pedagógicas ou de Conselho de Classe que se refiram ao assunto.

Mediante levantamento feito através das Atas de Conselho de Classe, foi detectado que as reuniões de Conselho de Classe do ano de 2022 não contemplaram o problema do número elevado de faltas dos alunos que residem em localidades mais afastadas e com o acesso mais dificultado, o que se discutiu a respeito de faltas ficou no campo da evasão escolar, uma vez que há a preocupação apenas em evitar o abandono escolar, para que o número de estudantes da escola não diminua, uma vez

que isso pode impactar negativamente no número de turmas, professores e demais funcionários da escola. Há uma preocupação em não perder funcionários, por isso o esforço a respeito da evasão (EEPJEG, 2022).

A questão da recomposição das aprendizagens dos alunos que apresentaram grande número de faltas não foi abordada priorizando a discussão sobre o direito dos alunos em refazerem as avaliações e não serem penalizados com uma reprovação, já que as faltas são justificadas pelo fato de não ter havido transporte escolar em determinados dias. Os professores apenas ressaltaram, tanto em 2022, quanto em 2023, que deveriam ter um olhar diferenciado para esses alunos, uma vez que não são culpados pelas faltas. Na prática, apontaram a necessidade de repetir as atividades avaliativas, mas não se falou sobre a recomposição da aprendizagem. (EEPJEG, 2023)

O único registro que a escola possui a respeito de uma preocupação sobre as aulas que os alunos perdem no período das chuvas se encontra na Ata intitulada Ocorrência, de 16/12/2010, que consta o relato de um professor que, ao ser advertido por não ter comparecido para aplicar as avaliações do 4º bimestre, alegou que conversou com outros professores a respeito do calendário escolar e pediu ao diretor que alterasse o calendário de avaliações do 4º bimestre por causa do período de chuvas, mas não foi atendido (EEPJEG, 2010). Importante ressaltar que em 2010 não havia a possibilidade de flexionar o calendário aprovado pela Superintendência Regional de Ensino, mas a partir de 2016 a escola tem essa possibilidade por ser uma Escola do Campo e ter esse direito pautado pelo inciso III do artigo 11 da Resolução SEE/MG nº 2.820 de 11 de dezembro de 2015.

No que diz respeito à garantia ao acesso e permanência dos alunos do campo na escola não existiu nenhum movimento por parte da gestão, no período analisado, que compreende os anos de 2022 e 2024, que garantisse o direito ao acesso aos conteúdos perdidos pelos alunos que, devido à distância, fatores climáticos, etc., apresentam muitas faltas ao longo do ano letivo e ficam defasados em relação aos outros estudantes, o que é uma questão a se analisar e tomar como um problema, não só da escola, mas de toda comunidade, que não consegue garantir o acesso a uma aprendizagem baseada na equidade, já que não oferece nenhuma forma de compensação, no que diz respeito a aprendizagem, aos alunos que, por diversos fatores, não conseguem chegar até a escola todos os dias.

A partir da análise das faltas e do rendimento escolar, feita através de dados retirados do SIMADE, dos alunos de algumas comunidades e a comparação dessas com as distâncias entre os povoados que esses estudantes residem, percebe-se que os alunos do campo, em um aspecto geral, ficam prejudicados no que diz respeito a garantia do acesso à aprendizagem, uma vez que, devido ao fato deles perderem muitas aulas, acabam perdendo muitos conteúdos ministrados pelos professores. A grande questão reside no fato de que não há, até o momento, uma forma de recompor a aprendizagem desses alunos, que mesmo estudando em uma escola do campo não têm suas necessidades e especificidades atendidas.

3 O CASO DA ESCOLA ESTADUAL PADRE JOSÉ EPIFÂNIO GONÇALVES À LUZ DE REFERENCIAIS TEÓRICOS

O objetivo deste capítulo é relacionar o caso da Escola Estadual Padre José Epifânio Gonçalves, que como mencionado anteriormente, foi reconhecida em 2016 como Escola do Campo por ter mais de cinquenta por cento de seus alunos residentes na zona rural do município onde a escola se localiza, com os referenciais teóricos a respeito da Educação do Campo. Pretende-se também, neste capítulo, apresentar a proposta metodológica para a realização da pesquisa, que será qualitativa.

O capítulo se divide em três seções: a seção 3.1, que apresenta o caso da Escola Estadual Padre José Epifânio Gonçalves relacionado aos referenciais teóricos que embasam a Educação do Campo; a seção 3.2, que apresenta a proposta metodológica para a realização da pesquisa e a seção 3.3, que traz a análise dos dados obtidos. Cada seção, à exceção da 3.2, apresenta subseções relacionadas ao assunto tratado.

3.1 A EDUCAÇÃO DO CAMPO E SUA RELAÇÃO COM O CASO DA ESCOLA ESTADUAL PADRE JOSÉ EPIFÂNIO GONÇALVES

A Escola Estadual Padre José Epifânio Gonçalves foi reconhecida como Escola do Campo em 2016 amparada pela Resolução SEE/MG nº 2.820, de 11 de dezembro de 2015, o que justifica a necessidade de um entendimento a respeito da modalidade e suas diretrizes para que se possa encontrar meios de garantir não só o acesso, mas também a qualidade da aprendizagem a todos os estudantes. A Educação do Campo é resultado de um processo de lutas dos movimentos sociais e de outros setores da sociedade, o que fez com que a modalidade entrasse para a agenda política e começasse a ser pauta nas discussões educacionais brasileiras.

Arroyo (2006) aponta que a escola traz marcas da desigualdade sofridas pelos sujeitos que passam por ela e a respeito da Escola do Campo ressalta:

[...] A escola do campo traz as marcas fundamentalmente dos sujeitos marcados pelas diferenças convertidas em desigualdades. Essa vergonha da desigualdade baseada nas diferenças sociais, raciais, étnicas, do campo acompanha toda nossa história da construção da

escola do campo. Sabemos que a modernidade não alterou as desigualdades, mas aprofundou-as e está aprofundando-as (Arroyo, 2006, p. 104).

Entender que as Escolas do Campo apresentam marcas das desigualdades e que a modernidade não as atenuou é primordial para analisar o caso dessas instituições, uma vez que o contraste relacionado ao acesso dos alunos da zona rural aos conteúdos estudados ao longo do ano letivo é visível quando comparadas ao acesso dos alunos da zona urbana, como é o caso da Escola Estadual Padre José Epifânio Gonçalves, que apresenta estudantes da zona rural com um número elevado de faltas quando comparado aos alunos da zona urbana.

É preciso compreender que essas desigualdades são históricas e marcadas por um processo de desvalorização dos saberes camponeses e uma tentativa de apagamento do campo enquanto espaço de produção cultural, como nos diz Lima (2013):

Historicamente as escolas do campo foram pensadas a partir do modelo de educação implementado na cidade, desconsiderando as especificidades sociais, culturais, econômicas, políticas e ambientais do mundo rural. Parte desse processo está associada à perspectiva de negação do campo enquanto espaço de produção cultural, econômica e política, influenciado pelo capitalismo que insiste em compreender as comunidades rurais como espaço do atraso, subdesenvolvimento e de improdutividade (Lima, 2013, p. 610).

Diante desse contexto é necessário entender que para a Educação do Campo se efetivar é preciso que os sujeitos do campo sejam colocados como elemento central do processo de ensino-aprendizagem. Para isso, é fundamental que as Escolas do Campo organizem seus currículos considerando as especificidades de tais escolas.

3.1.1 Os sujeitos do campo e o direito à aprendizagem

Para relacionar os sujeitos do campo e seu direito à aprendizagem é necessário que se delimite o que é aprendizagem, quais são os fatores que podem influenciá-la e como seus processos se relacionam a esses povos. A aprendizagem pode ser entendida como um processo complexo que envolve vários fatores para que seja realmente efetiva. Segundo Díaz (2011) a aprendizagem é:

um processo mediante o qual o indivíduo adquire informações, conhecimentos, habilidades, atitudes, valores, para construir de modo progressivo e interminável suas representações do interno (o que pertence a ele) e do externo (o que está “fora” dele) numa constante interrelação biopsicossocial com seu meio e fundamentalmente na infância, através da ajuda proporcionada pelos outros (Díaz, 2011, p.83).

A garantia do acesso à aprendizagem, como um processo constante de interrelação entre o que pertence ao indivíduo e o que é externo a ele, reforça a importância da presença dos sujeitos do campo e da valorização de suas vivências e saberes no processo de ensino-aprendizagem, o que se tornou pauta das discussões em torno da Educação do Campo e refletiu nas legislações que asseguram o pleno desenvolvido dessa modalidade, de acordo com as necessidades de seus sujeitos.

A aprendizagem, segundo Tabile e Jacometo (2017, p. 76), “se caracteriza como resultado de construção e experiências passadas que influenciam as aprendizagens futuras”, o que corrobora para que a valorização dos sujeitos camponeses e seus saberes sejam colocados como elementos centrais nesse processo quando se trata de Educação do Campo. As autoras apontam também que

A aprendizagem é como uma construção pessoal resultante de um processo experimental, inerente à pessoa e que se manifesta por uma modificação de comportamento. Sabe-se que a aprendizagem é um fenômeno extremamente complexo, envolvendo aspectos cognitivos, emocionais, orgânicos, psicossociais e culturais (Tabile e Jacometo, 2017, p. 76)

Entender a aprendizagem como um fenômeno complexo e passível de várias influências, que se estendem desde aspectos cognitivos até os culturais, justifica a importância de entender as especificidades da Educação do Campo e de seus sujeitos, bem como os fatores que podem, em alguma instância, prejudicar o acesso ao conhecimento pelos estudantes, como no caso da Escola Estadual Padre José Epifânio Gonçalves.

As autoras ainda salientam que:

O processo de aprendizagem acontece a partir da aquisição de conhecimentos, habilidades, valores e atitudes através do estudo, do ensino ou da experiência. A construção de conhecimentos em sala de aula deve se constituir de forma gradativa adequando-se a cada

estágio do desenvolvimento da criança (Tabile e Jacometo, 2017, p. 79)

Ao apontar que o processo de aprendizagem deve ocorrer de forma gradativa, adequada a cada fase de desenvolvimento da criança e através do estudo as autoras reforçam a ideia de que a oferta de uma educação equânime é essencial para o pleno desenvolvimento dos estudantes. No caso da Educação do Campo isso se torna imprescindível, visto que os sujeitos campesinos apresentam necessidades específicas que devem ser levadas em consideração ao se conceber a ideia de uma escola que atenda aos seus anseios e garanta a efetiva aprendizagem aos seus estudantes.

Para Skinner (1972) a aprendizagem se efetiva quando um sujeito produz modificações no ambiente em que vive. Essa definição corrobora para a valorização dos sujeitos do campo, suas histórias de vida e a necessidade da garantia de uma escola lhes seja eficiente no sentido de dar-lhes a oportunidade de interferir e modificar o ambiente em que vivem de acordo com o aprendizado que lhes for proporcionado.

No que diz respeito à educação do campo as autoras Godoy e Ferrari ressaltam que:

O campo é um local de trabalho, estudo e desenvolvimento de conhecimentos, de viver a cada dia e descobrir algo diferente através do contato com o ambiente e com as pessoas ao seu redor. A aprendizagem se dá em contato com outras pessoas, ocorrendo processo de socialização. O campo está composto por diversas pessoas como os assalariados rurais temporários, posseiros, meeiros, arrendatários, acampados, assentados, reassentados atingidos por barragens, agricultores familiares, vileiros, rurais, povos das florestas, indígenas, descendentes negros provenientes de quilombos, pescadores, ribeirinhos, e outros mais, o que evidencia sua diversidade (Godoy e Ferrari, 2011, p. 04 e 05).

Ao ressaltar que a aprendizagem se dá através do processo de socialização e salientar a grande diversidade que há no campo as autoras reforçam a importância de se valorizar as muitas possibilidades apresentadas pelos campesinos, uma vez que eles trazem experiências diferentes e que podem contribuir com a aprendizagem uns dos outros através da socialização. Entender a importância da socialização na educação do campo contribui para que se reflita sobre como esse processo se dá na Escola Estadual Padre José Epifânio Gonçalves e como pode influenciar na aprendizagem de seus estudantes, uma vez que além da socialização entre os

campesinos, nesse caso há também a convivência e a troca de experiências com os pares da zona urbana.

A aprendizagem pode ser influenciada por diversos fatores que precisam ser considerados durante o seu processo. Um desses fatores é o emocional, apontado por Goleman (1995) que diz que “as emoções podem ajudar ou atrapalhar a aprendizagem, dependendo da forma como são gerenciadas”. Por isso, a observação a respeito das emoções do aprendiz se torna primordial para que o processo de ensino-aprendizagem ocorra de forma satisfatória.

Fatores sociais e culturais também são elementos que influenciam diretamente a aprendizagem. Vygotsky (1984) aponta que “o aprendizado desperta diversos processos internos de desenvolvimento que operam somente quando a criança está em interação com pessoas em seu ambiente e em cooperação com seus pares”, o que corrobora com a ideia de que é necessário entender a história e o ambiente em que os estudantes estão inseridos para que haja, na escola, a possibilidade de interação e colaboração entre os discentes envolvidos nesse processo.

Montessori (1967) observa que “o ambiente deve ser rico em motivos de interesse, cuidadosamente organizado e convidativo, pois é nele que a criança se move livremente e aprende com liberdade”, o que reforça a ideia de que o ambiente, não só o que o estudante vive, mas também o da escola, é um outro fator que pode influenciar a aprendizagem, reforçando a importância de se criar um local em que o estudante se sinta acolhido, representado e sinta vontade de frequentar.

Os fatores biológicos também influenciam a aprendizagem, uma vez que os indivíduos são únicos e apresentam formas diferentes de processar, aprender e compreender o mundo, como nos diz Gardner (1995) ao observar que “as pessoas têm diferentes tipos de inteligência, cada uma com sua própria forma de aprender, lembrar, executar e compreender o mundo.”

Outro fator importante para analisar os sujeitos do campo e seu direito à aprendizagem é entender a história da Educação do Campo, que está diretamente ligada aos movimentos sociais e à organização de seus sujeitos. A esse respeito Christófolli (2006) diz que “quem faz a escola do campo são os movimentos sociais e os povos do campo, organizados e em movimento”, o que se configura um importante elemento para pensarmos em formas de fazer com que todos esses sujeitos tenham acesso à aprendizagem que lhes é de direito.

Corroborando com Christófolli, Batista e Euclides (2020) apontam que:

A história da Educação do Campo no Brasil envolve diversos sujeitos que atuaram e atuam nas várias dimensões da vida: política, social, cultural, estética, ética, científica – se configurando como um movimento de busca por reconhecimento e valorização dos seus saberes (Batista e Euclides, 2020, p.17).

Nesse sentido, os autores concordam que os sujeitos do campo são seres atuantes em várias esferas sociais e que buscam uma educação que valorize seus saberes, o que deve ser considerado quando as escolas que atendem a esse público constroem seus currículos e práticas pedagógicas.

Os povos camponeses são produtores de cultura e saberes próprios inspirados no lugar onde moram e livres de preconceitos, como nos diz Kunz, Costa e Queiroz (2020, p.05) que afirmam que “nos dias de hoje, a Educação do Campo apresenta um sujeito empoderado, que pensa, produtor de cultura, de saberes e com identidade com o lugar onde mora; ausente de preconceito”.

Tal afirmação, além de reafirmar o posicionamento dos autores Christófolli e Batista e Euclides, aponta para a necessidade de entendermos os sujeitos do campo como detentores de saberes importantes, que transparecem através da afirmação de sua identidade e da sua produção cultural.

Diante desses sujeitos que são atendidos pela Educação do Campo é necessário entendermos quais são as funções e objetivos da escola do campo e o que elas devem propor a respeito da aprendizagem para esses povos. Sobre essa questão Christófolli nos diz que:

A escola deve ajudar a formar sujeitos de mudança (lutadores do povo). São pessoas que estão em permanente movimento pela transformação do mundo, que se movem por sentimentos de dignidade, de indignação contra as injustiças e de solidariedade com as causas do seu povo e de outros povos (Christófolli, 2006, p.98).

Christófolli aponta para a necessidade de as escolas do campo considerarem o caráter de lutas do povo camponês ao oferecer uma educação que ajude a formar esses sujeitos atuantes pelas causas de seu povo, porém as escolas nem sempre consideram esse princípio. As escolas localizadas em áreas urbanas não costumam considerar os filhos de camponeses que nelas estudam, e mesmo aquelas situadas

em áreas rurais, muitas vezes oferecem uma educação pautada nos princípios urbanos e nas necessidades dos povos das cidades.

Para estes sujeitos, quando existe uma escola na área aonde vivem é, em sua maioria, oferecida uma educação no mesmo padrão da que é oferecida às populações que residem e trabalham nas áreas urbanas, não havendo nenhuma preocupação de adequar a escola rural as características dos camponeses ou dos seus filhos, quando estes a frequentam (Ribeiro, 2010, Apud Silva e Silva, 2020, p. 65-66).

Apesar dos autores apontarem para a necessidade de valorização dos saberes dos povos do campo, percebemos pelo apontamento acima uma certa dificuldade das escolas em ofertar uma educação de acordo com as especificidades do campo. Para sanar essa dificuldade Christófolli (2006) nos diz que “isso é possível quando se trabalha com dois elementos básicos: raiz e projeto. Raiz que liga com identidade, história, e passado, mas que dá sustentação a projetos de futuro”.

Kunz, Costa e Queiroz (2020) corroboram com a ideia apresentada por Christófolli apontando que “outro ponto que não pode deixar de estar na pauta dessa Educação é o foco na preservação das singularidades culturais, religiosas, artísticas e econômicas dos sujeitos do campo”. Resgatar essas singularidades pressupõe considerar e valorizar as raízes e a identidade dos camponeses ao ofertar a eles um aprendizado que atenda seus anseios. A esse respeito Batista e Euclides também nos dizem que:

Os princípios da Educação do Campo, calcados na contextualização cultural, no respeito aos saberes e no reconhecimento das identidades, permitem uma compreensão atenta sobre as relações desiguais e de poder presentes no meio social. Possibilitando lançar um olhar para outras configurações, por exemplo: da relação cidade-campo, agricultura familiar-agronegócio, infância-camponesa infância- urbana (Batista e Euclides, 2020, p.21).

O foco no resgate e valorização da cultura dos povos camponeses é o elemento central para que a Educação do Campo se estabeleça e atenda a esses sujeitos de acordo com as suas especificidades, considerando elementos distintos como as relações que se estabelecem entre campo e cidade, infância no campo e na cidade, entre outros, que surgem ao longo do tempo, e que são igualmente importantes ao se pensar em um currículo e nas práticas pedagógicas a serem aplicados tanto nas

escolas das zonas rurais, quanto nas urbanas, mas que atendem estudantes vindos do campo.

3.1.2 O currículo na Educação do Campo

O currículo para a Educação do Campo deve ser construído levando-se em consideração o território e os sujeitos para os quais será aplicado, uma vez que o currículo se configura como um instrumento que reflete os modos de vida, o pensar e o agir humanos. A esse respeito Pimentel (2007) nos diz que “o currículo é, antes de tudo, uma configuração dos modos de vida de habitar o mundo, por isso mesmo não pode ser pensado fora dos limites e possibilidades de sentir, agir e pensar a humanidade[...]”

Corroborando com a ideia apresentada por Pimentel (2007), Lima (2013) aponta que “no processo de construção do currículo é necessário levar em consideração as especificidades dos sujeitos do campo, compreendendo-os como plurais”. Dessa forma, ao se pensar em um currículo para uma Escola do Campo é necessário levar em consideração a vivência dos sujeitos que habitam essa escola e os saberes que eles trazem para o ambiente escolar.

Outro fator importante a se levar em consideração é que tanto os territórios quanto os sujeitos do campo têm passado por uma transformação nos últimos anos, que acompanha os avanços tecnológicos e interferem nos modos de pensar e agir dessas populações, apesar de não atenuar as desigualdades que podem, em certo momento refletir nas escolas.

Entender que as transformações tecnológicas influenciam a vida no campo é primordial para a compreensão de que as necessidades dessas populações estão também sendo transformadas e que o currículo deve ser construído pautado em uma redefinição do papel da escola, que precisa considerar não só a organização dos conteúdos, mas também a valorização da cultura campestre.

Lima (2013) nos diz que:

O processo de construção do currículo deve estar para além da dinâmica de seleção e organização dos conteúdos, voltando-se principalmente para redefinição do papel da escola. Nesse processo, os conteúdos precisam ser pensados, não como

verdades absolutas e neutras, mas como saberes históricos e culturais construídos socialmente a serem questionados e confrontados com as experiências dos alunos [...] (Lima, 2013, p. 611).

Reforçando o que nos diz Lima (2013), Santos (2009) aponta que:

[...] é fundamental que o currículo trabalhe com habilidades que vão além do desenvolvimento cognitivo e envolvam diferentes campos da cultura, garantindo a presença de produções culturais dos mais diferentes grupos sociais e culturais, de tal modo que os estudantes sejam capazes de lidar com a diferença, valorizando e respeitando a cultura do outro, condição necessária para a vida em uma sociedade realmente democrática (Santos, 2009, p.13 – 14).

Pereira e Werlang (2021) apontam também para a importância de um direcionamento curricular voltado às implicações dos avanços tecnológicos na vida dos sujeitos do campo:

Parece fundamental, então, em uma escola localizada no Campo, um direcionamento curricular e uma prática pedagógica que tenham como perspectiva trabalhar nas aulas de ciências, mas não só nessas, as implicações do desenvolvimento científico e tecnológico na vida das pessoas, nas transformações do trabalho, na forma de se alimentarem e de produzirem. Um trabalho que coloque em pauta os riscos e benefícios dos avanços científicos e tecnológicos, que não devem ser camuflados, mas cada vez mais problematizados. (Pereira; Werlang, 2021, p. 08).

O papel da escola e do professor como elemento central do processo-aprendizagem é outro ponto a ser considerado ao se elaborar o currículo e as práticas pedagógicas das Escolas do Campo, pois de acordo com Freire (2017) "[...] a educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é a transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores [...]".

O que Freire diz é que a educação não se faz sem o encontro de sujeitos e por isso, pressupõe a interação e o diálogo entre os pares, o que reflete no modo de elaboração do currículo, uma vez que para a sua concepção "[...] é na realidade mediatizadora, na consciência que dela tenhamos, educadores e povo, que iremos buscar o conteúdo programático da educação" (Freire, 2019, p. 121).

Corroborando com os autores supracitados, Lima (2013) aponta para outros pontos importantes do currículo para as Escolas do Campo, o primeiro deles é a pedagogia de projetos, a respeito da qual Lima (2008) aponta:

A pedagogia de projeto é uma opção político-metodológica utilizada com o intuito de aproximar os temas discutidos na sala de aula com a realidade concreta dos alunos, possibilitando a identificação e a reflexão crítica dos principais problemas sociais. Através desse trabalho com a pedagogia de projeto, a escola estabelece novas relações de parceria com as famílias e com as organizações sociais no desenvolvimento de ações concretas que ampliem a visão dos alunos sobre a realidade, como também, possibilite a construção de alternativas que solucionem os problemas identificados (Lima, 2008 Apud Lima, 2013, p. 613).

A pedagogia de projetos é uma prática pedagógica que aproxima os conteúdos escolares da realidade concreta dos alunos e possibilita a interação entre alunos, professores e famílias, o que conseqüentemente pode promover o “encontro de sujeitos”, citado por Freire (2019), como fundamental para o desenvolvimento da Educação do Campo.

O segundo ponto é a organização do currículo por meio de temas geradores, que de acordo com Lima (2013):

[...] não está limitada ao simples processo de identificação do tema a ser abordado na sala de aula. Envolve um processo político e pedagógico mais amplo de articulação e diálogo com a comunidade, já que o tema gerador é parte de um problema ou de um elemento motivador de estudo e pesquisa na escola (Lima, 2013, p. 616).

A concretização da utilização dos temas geradores como ponto fundamental nos currículos das Escolas do Campo passa por uma organização da escola, que deverá envolver nesse processo toda a comunidade escolar, para então refletirem juntos sobre os temas geradores.

Dessa forma, é necessário que a escola crie uma nova dinâmica de planejamento participativo que envolva a comunidade, tanto na identificação dos temas geradores quanto no desenvolvimento das ações educativas. Neste caso, os temas geradores são identificados a partir dos processos de reflexão crítica e da problematização estabelecidas de forma coletiva entre professores, alunos e os demais membros da comunidade sobre os aspectos sociais, políticos, econômicos, culturais vivenciados no contexto dos grupos sociais (Lima, 2013, p. 616).

Os dois instrumentos pedagógicos apresentados por Lima (2013) contribuem para a elaboração de um currículo nas Escolas do Campo que corrobore, não só com as diretrizes da modalidade, mas também com o pleno desenvolvimento dos seus sujeitos, através da valorização de sua cultura e seus saberes.

3.2 O PERCURSO METODOLÓGICO

A metodologia aplicada buscou responder a questão: como a Escola Estadual Padre José Epifânio Gonçalves pode assegurar o acesso aos conteúdos perdidos aos alunos da zona rural?. Para isso, optou-se por um estudo de caso com abordagem qualitativa, amparado por entrevistas semiestruturadas com a participação de gestores escolares, professores, pais e/ou responsáveis e alunos da instituição. Importante ressaltar que informações encontradas em períodos anteriores ao recorte temporal da pesquisa foram citadas para fins de contextualização da escola e do problema pesquisado.

O estudo de caso qualitativo, segundo Melo Junior e Morais (2018, p.32) “é uma estratégia eficiente de pesquisa qualitativa para se compreender um problema de natureza contemporânea em um contexto da vida real, diferenciando-se da pesquisa histórica convencional sobretudo devido ao fato de lidar com ampla variedade de evidências”, o que possibilita um entendimento mais amplo da realidade pesquisada.

De acordo com André (2023, p. 96) “estudos de caso vêm sendo usados há muito tempo em diferentes áreas de conhecimento, tais como: sociologia, antropologia, medicina, psicologia, serviço social, direito, administração, com métodos e finalidades variadas”.

Na área da educação, apareceram pela primeira vez nas décadas de 1960 e 1970, mas de forma limitada, abrangendo estudos descritivos de algumas unidades. Na década de 1980, o estudo de caso ressurgiu nas pesquisas de uma forma mais ampla, considerando o contexto e suas múltiplas dimensões, o que é um ponto importante para essa pesquisa, uma vez que as especificidades da escola analisada podem influenciar na forma como os conteúdos curriculares chegam até os professores e como é repassado aos estudantes.

Outras metodologias como pesquisa documental, por exemplo, foram utilizadas nesse estudo. Utilizou-se os documentos disponíveis na escola e em seus respectivos sistemas de armazenamento de dados, como SIMADE, por exemplo: Atas de Reuniões Pedagógicas, Atas de Conselho de Classe, Atas de Ocorrências, Boletins escolares, Ficha Individual de alguns alunos, PPP e Regimento Escolar para fins de análise e levantamento de evidências.

A pesquisa bibliográfica também foi adotada, e como aporte teórico foram utilizados autores que abordam os temas da educação do campo, da aprendizagem e do currículo, apresentados no Capítulo 3. Algumas obras dos autores Arroyo (2006), Freire (2019), Lima (2008 e 2013), Christófoli (2006), Batista e Euclides (2020), Ribeiro (2010), Pimentel (2007), Santos (2009), Pereira e Werlang (2021), Díaz (2011), Tabile e Jacometo (2017), Godoy e Ferrari (2011), entre outros, foram pesquisadas através de livros e de plataformas como SciELO e Google Acadêmico.

Os autores pesquisados convergiram ao entendimento de que a aprendizagem é um processo complexo que envolve aspectos cognitivos, emocionais, psicossociais e culturais, e por isso é fundamental que o ensino nas escolas do campo leve em consideração essas dimensões. A educação deve ser pensada de forma gradativa, respeitando os estágios de desenvolvimento dos discentes, e no caso da educação do campo, considerando a experiência de vida dos camponeses.

Como instrumentos de coleta de dados foram utilizadas as entrevistas semiestruturadas.

De acordo com Minayo (2017):

A entrevista semiestruturada é uma das técnicas mais utilizadas na pesquisa qualitativa, pois permite ao pesquisador explorar com mais profundidade as percepções e vivências do entrevistado, ao mesmo tempo em que mantém uma certa organização e foco nas questões a serem tratadas (Minayo, 2017, p. 47).

A utilização das entrevistas semiestruturadas permitiram um aprofundamento nas vivências dos entrevistados em relação ao ambiente pesquisado, ao mesmo tempo que proporcionaram uma discussão focada na questão central desse caso de gestão e das possíveis formas de interferências pedagógicas que contribuam para solução dos problemas encontrados.

As entrevistas foram realizadas com quatro segmentos diferentes: estudantes, pais, mães e/ou responsáveis, professores e gestores. Cada entrevista foi conduzida

de acordo com um roteiro pré-definido, mas ao longo das interações, outras questões foram levantadas pela entrevistadora. O foco principal das discussões foi a infrequência de alguns estudantes, principalmente no período das chuvas, e o que isso pode acarretar na aprendizagem deles, bem como a possibilidade de se adotar medidas para minimizar os possíveis impactos causados pelo elevado número de faltas.

As entrevistas foram organizados da seguinte maneira: 02 (dois) estudantes, sendo 01 (um) da zona rural e 01 (um) da zona urbana, com idade entre 15 e 18 anos, matriculados no ensino médio para a realização das entrevistas com os estudantes; 02 (dois) pais, mães e/ou responsáveis, sendo 01 (um) da zona rural e 01 (um) da zona urbana para participarem da entrevista com os pais e/ou responsáveis; para o segmento de professores, foram selecionados 02 (dois) professores com pelo menos cinco anos de experiência de trabalho na escola pesquisada. Os participantes foram escolhidos através da amostragem por conveniência e as entrevistas foram realizadas individualmente em dois dias distintos.

As entrevistas realizadas com os gestores tiveram a participação tanto de um representante da administração, como de um representante da parte pedagógica do turno da manhã, que é o turno preferencial para os alunos da zona rural. Todos os participantes foram convidados através de convite escrito, com as devidas informações sobre a pesquisa, enviado por e-mail, pelo whatsapp e entregues pessoalmente forma impressa, pela pesquisadora.

A aplicação desse instrumento proporcionou o entendimento de quais elementos afetam o desenvolvimento escolar dos estudantes da Escola Estadual Padre José Epifânio Gonçalves, bem como a compreensão da visão dos quatro segmentos que representam a comunidade escolar sobre o que poderia ser feito para minimizar os impactos causados pelo elevado número de faltas de alguns estudantes.

A análise dos dados obtidos foi feita por meio da técnica de Análise de Conteúdo, que é uma técnica amplamente utilizada na pesquisa qualitativa, especialmente em estudos que envolvem entrevistas semiestruturadas. Essa abordagem permite extrair significados e padrões a partir de dados textuais, como as transcrições das entrevistas. Segundo Franco (2008, p. 45) "A análise de conteúdo permite que o pesquisador faça um mergulho profundo no significado dos dados, extraindo categorias que revelam o pensamento subjacente dos indivíduos e das

coletividades." Dessa forma, foi possível conhecer não só o ambiente pesquisado, mas a percepção da comunidade escolar a respeito de questões relevantes para o aprendizado dos estudantes da referida escola.

Na seção seguinte, serão demonstrados os dados obtidos através das entrevistas e sua análise.

3.3 ANÁLISE DOS DADOS

Nesta seção, serão apresentados e analisados os dados obtidos através das entrevistas semiestruturadas, que foram gravadas e transcritas pela pesquisadora, com a devida permissão dos entrevistados, envolvendo os quatro segmentos que representam a comunidade escolar. O conteúdo das entrevistas voltou-se à busca de respostas para os objetivos específicos da pesquisa e foi organizado em três blocos: no primeiro, procurou-se traçar o perfil dos participantes e entender o que os cada um deles conhecia sobre a escola e a educação do campo; no segundo, buscou-se respostas para o impacto da infrequência na aprendizagem dos estudantes; e no terceiro, tentou-se encontrar possíveis caminhos para a resolução do caso de gestão.

A análise de entrevistas é uma ferramenta fundamental na pesquisa qualitativa, permitindo explorar a profundidade das experiências e percepções dos indivíduos em relação a temas específicos. Ao utilizar a técnica de análise de conteúdo, houve a possibilidade de desmembrar as informações coletadas em categorias e temas, o que proporcionou uma compreensão mais sistemática e profunda do material investigado. Retomando Franco (2008) destaca-se a análise de conteúdo como uma ferramenta que proporciona não apenas uma organização dos dados, mas também uma interpretação que respeita o contexto em que as informações foram geradas, enfatizando a relevância das vozes entrevistadas.

Entende-se, então, que essa técnica permite não apenas uma simples descrição dos dados, mas também uma reflexão crítica sobre os significados atribuídos pelos participantes, suas narrativas e as implicações sociais e culturais que ficam claras a partir dessas interações. Dessa forma, a análise de conteúdo se mostrou um método rigoroso e eficaz para a elucidação do problema do caso de gestão.

A análise de conteúdo das entrevistas foi feita através de um processo estruturado e reflexivo, que visou extrair, organizar e interpretar significados a partir dos dados coletados. Os principais passos para realizar essa análise, foram pautados nas diretrizes de Bardin (2011) que defende a premissa de que a análise de dados se constitui em uma forma de pesquisa que permite descrever e interpretar a comunicação e tem o propósito de identificar o conteúdo e suas relações.

O conteúdo extraído das entrevista foi analisado através dos seguintes passos, propostos por Bardin (2011): (i) planejamento da análise, (ii) leitura flutuante, que permite uma primeira aproximação do conteúdo sem interferência da codificação, (iii) codificação e categorização, um processo de imersão nos dados para entender suas nuances, (iv) interpretação dos dados, que busca dar sentido ao que foi categorizado e contextualizar com a pesquisa, (v) validação da análise, essencial para garantir a consistência e coerência entre dados e interpretações, e (vi) elaboração do relatório final, que deve ser claro e transparente, permitindo que o leitor compreenda a lógica da análise e as conclusões.

Através dos conceitos apresentados percebeu-se questões relevantes para a aprendizagem dos estudantes da Escola Padre José Epifânio Gonçalves, que vão desde um desconhecimento da história da própria escola pelos seus sujeitos até as dificuldades enfrentadas pelos discentes que residem na zona rural e apresentam muitas faltas ao longo do ano letivo, principalmente em períodos chuvosos.

Para facilitar o entendimento do conteúdo extraído das falas durante a entrevista e manter o sigilo da pesquisa, os indivíduos que concederam as entrevistas foram categorizados de acordo com o Quadro 02.

Quadro 02 – Categorização de indivíduos da pesquisa

Segmento	Sigla	Significado
Estudante	EZR	Estudante Zona Rural
Estudante	EZU	Estudante Zona Urbana
Pai, mãe e/ou responsável	RZR	Responsável Zona Rural
Pai, mãe e/ou responsável	RZU	Responsável Zona Urbana
Professor	P1	Professor 1
Professor	P2	Professor 2
Gestor	G1	Gestor 1
Gestor	G2	Gestor 2

Fonte: elaborado pela autora, 2025

Foram entrevistadas oito pessoas, divididas pelos segmentos que compõem a comunidade escolar: dois estudantes, dois pais, mães e/ou responsáveis, dois professores e dois gestores. A seguir serão apresentados e tratados mais detalhadamente os conteúdos e informações extraídas das entrevistas.

3.3.1 A contextualização da Escola Estadual Padre José Epifânio Gonçalves

Nesta subseção, será apresentado o perfil dos entrevistados e será analisado o conhecimento e as percepções dos sujeitos a respeito da escola e da modalidade Educação do Campo. Para isso, foram feitas entrevistas com estudantes, responsáveis, professores e gestores. Através das falas, percebeu-se uma fragilidade na apropriação da história do território escolar e um desencontro entre o que os entrevistados entendem a respeito da educação do campo.

Dos estudantes entrevistados, um reside na zona rural e outro na zona urbana, ambos concluíram o 2º ano do ensino médio e estudam na escola desde o 6º ano. Atualmente estão na mesma turma, mas já estudaram em turmas e turnos diferentes.

Os responsáveis têm filhos regularmente matriculados e frequentes na escola, um reside na zona rural e tem dois filhos na escola; o outro, reside na zona urbana e tem uma filha na escola.

A entrevista com os professores foi feita com dois docentes que trabalham na escola há mais de cinco anos, com experiência em turmas, disciplinas e turnos diversos.

Quanto aos gestores, foram entrevistados um representante da parte administrativa e um da parte pedagógica. Ambos já trabalham na escola há mais de cinco anos e acumulam experiências nos dois turnos que a escola atende.

Entre os entrevistados, através de suas falas, percebeu-se que todos desconhecem a história da escola e seu contexto de formação, o que pode ser comprovado através das respostas obtidas quando perguntados a respeito da história da escola:

Não conheço bem, só sei que...o nome é por causa do padre, né? Tem a pintura dele na parede...todo ano tem comemoração por causa dele...mas só sei isso... (EZR, entrevista concedida em 19/12/2024).

Mais ou menos...só sei que o padre Epifânio é patrono da escola, que ele era muito caridoso e ajudou muito a escola...acho que é por causa

disso que tem o nome dele (EZU, entrevista concedida em 19/12/2024).

Então eu sei que quando ela começou, parece que foi um grupo de professor da cidade que é, sim, resolveu montar essa escola e aí até então, acho que tinha até mensalidade, né? Pagava um valor considerável, aí depois não sei se passou por município, depois o estado e aí foram surgindo. Eu sei pouco mesmo da história (RZR, entrevista concedida em 18/12/2024).

Eu estudei nessa escola, né? Hoje a minha filha estuda e assim, sobre a história mesmo da escola, não conheço (RZU, entrevista concedida em 18/12/2024).

[...] conheço assim pouco, não é? Sei que é uma escola do campo que atende 27 povoados hoje, não é? E uma parte dos alunos que estudam são do centro da cidade, mas a maior parte dos alunos, eles vem da zona rural e sei que a escola nossa, que tem como patrono Padre Epifânio porque foi ele que deu início aqui à escola (P1, entrevista concedida em 18/12/2024).

Conheço bem pouco, mas é o nome da escola, né? Foi por conta de um padre é que veio para nossa cidade de Barra Longa. Ele era de Ouro Preto e era um padre é muito humano, muito íntegro, gostava muito de brincar, principalmente com as crianças. E ele acabou vivendo, não é? Até perder a vida aqui em Barra Longa mesmo e foi muito atuante, né? Na nossa, na nossa cidade (P2, entrevista concedida em 18/12/2024).

O que eu já ouvi falar que foi um padre, né? Tanto é que a gente carrega o nome do Padre José Epifânio Gonçalves, que com o intuito de ajudar algumas pessoas criou a escola e que traziam pessoas nem para ensinar o que ele sabia. E aí, ao decorrer dos anos, é que recebeu o nome dele, instituiu a escola (G1, entrevista concedida em 18/12/2024).

Conheço sim, né? É a escola, é uma escola, é estadual, né? E ela também é uma escola do campo. Que atende o do sexto ao ensino médio, EJA é educação profissionalizante. Educação especial (G2, entrevista concedida em 18/12/2024).

Percebeu-se que os entrevistados conhecem fragmentos da história da escola, e conhecer o ambiente e seu contexto é essencial para realização de um trabalho educacional satisfatório, conforme nos diz (Luck, 2000, p.88) ao afirmar que "O conhecimento do contexto social e cultural dos alunos é fundamental para que o educador possa planejar e aplicar metodologias adequadas, valorizando a cultura local e criando pontes com o conteúdo acadêmico." Acredita-se que conhecer a história da escola, a sua fundação e sua modalidade é essencial para o bom

entendimento do contexto em que os discentes serão inseridos. Partindo desse princípio, entende-se que o conhecimento a respeito da educação do campo e suas premissas também é importante para a contextualização do ambiente e dos aspectos culturais dos estudantes, uma vez que se trata de uma escola que foi reconhecida como Escola do Campo.

Quando indagados sobre escola do campo os entrevistados afirmaram já terem ouvido falar a respeito e saberem do que se tratava, mas demonstraram não ter muito conhecimento sobre o tema uma vez que não conheciam sobre os fundamentos da educação do campo. Os entrevistados demonstraram conhecer apenas o motivo que levou a escola a ser reconhecida como uma escola do campo, o que pode ser comprovado através das seguintes falas:

Porque tem muito aluno da roça...que mora longe (EZR, entrevista concedida em 19/12/2024).

Hum...acho que é porque tem muitos alunos das comunidades rurais, uma vez a gente fez um projeto, na pandemia, e lembro de falarem isso...mas não sei com certeza (EZO, entrevista concedida em 19/12/2024)

Eu acredito que seja reconhecida como escola do campo, porque temos muitos alunos que vem da zona rural (G1, entrevista concedida em 18/12/2024).

Então é nosso...Nossos estudantes... é... a maioria deles. É, vem da zona rural, então mais ou menos 80% dos nossos estudantes eles residem na zona rural (G2, entrevista concedida em 18/12/2024).

Sim, já ouvi falar na escola do campo. É uma escola que prioriza, né? Principalmente os meninos da zona rural. E nós aqui de Barra Longa, nossa escola é uma escola do campo, justamente porque nós temos uma demanda muito grande de estudante, que é da zona rural (P2, entrevista concedida em 18/12/2024).

Porque é uma escola que o maior número de alunos é da zona rural, né? E porque nossa cidade é do interior, bem do interior, né? (RZR, entrevista concedida em 18/12/2024).

Reiterando o entendimento sobre a importância do conhecimento a respeito das premissas da educação do campo como fator essencial para que seja feito um trabalho relevante voltado à aprendizagem dos estudantes, apoia-se no que Batista e Euclides (2020) dizem, quando apontam que a educação do campo precisa considerar o contexto cultural, a identidade e os saberes dos camponeses para que possa se

desenvolver de forma a identificar e minimizar as desigualdades. Ao analisar o primeiro bloco de questões das entrevistas, ficou evidente que há um desconhecimento por parte da comunidade escolar, representada pelos segmentos que concederam as entrevistas, a respeito da história da escola. Observou-se também que os entrevistados sabem o motivo pelo qual a escola é reconhecida como uma escola do campo, mas conhecem pouco sobre as premissas e possibilidades que a modalidade oferece. A partir dos dados analisados entende-se que há uma necessidade de se trabalhar a história da escola e da educação do campo dentro do ambiente escolar, uma vez que a contextualização do ambiente e o conhecimento a respeito de seus sujeitos é de suma importância para a realização de um trabalho que torne a aprendizagem equânime de fato.

3.3.2 Os fatores que influenciam a aprendizagem na Escola Estadual Padre José Epifânio Gonçalves

Nesta subseção procura-se evidenciar como a infrequência escolar pode influenciar negativamente na aprendizagem dos estudantes. Além disso busca-se identificar se há outros fatores presentes na escola que sejam relevantes a ponto de causar um impacto negativo no desenvolvimento escolar dos discentes.

A respeito da infrequência, a maioria dos entrevistados destacaram o impacto negativo que esta, especialmente durante o período de chuvas, traz para o aprendizado dos alunos. Eles apontaram que os alunos perdem conteúdo e que, mesmo com as estratégias adotadas, a recomposição da aprendizagem não é sempre suficiente para sanar as lacunas, o que torna mais satisfatório o rendimento dos estudantes que não apresentam infrequência em relação àqueles que têm mais faltas. As falas a seguir, extraídas das entrevistas com os gestores e professores comprovam, a hipótese de que a infrequência afeta o aprendizado dos estudantes da zona rural:

Afeta porque perdem muitos conteúdos e explicação dos professores. E assim eles deixam de aprender (G1, entrevista concedida em 18/12/2024).

Eles são prejudicados na frequência e na aprendizagem... os professores recompõem aprendizagem, mas talvez não seria o suficiente (G2, entrevista concedida em 18/12/2024).

É, infelizmente a maioria dos nossos estudantes são da zona rural e principalmente nos dias chuvosos, esses estudantes, eles perdem muito, perdem prova porque não tem acesso, né? As estradas ficam muito ruim e muitos eles até, coitados, eles tentam vim de moto é de moto, de carro, de algum outro transporte, um pouco a cavalo, mas é muito, muito difícil para eles. E eles perdem demais, perdem muitas aulas, né? Ficam bastante prejudicados. Às vezes é um momento que a gente prepara aí um trabalho de uma forma mais dinâmica na escola e eles acabam perdendo tudo porque não conseguem, não tem acesso, né? (P2, entrevista concedida em 18/12/2024).

Apenas um professor, identificado como P1, discordou do posicionamento dos gestores e do professor identificado como P2, e apontou que o principal fator que afeta a aprendizagem dos estudantes é a falta de acompanhamento familiar. Ele ressaltou que:

Eu acho que isso vem de cada aluno da família, né? Acompanhamento familiar sabe porque nós temos muita alunos que são do campo, não é que tem um desempenho ótimo, entendeu? Mas tem notas boas. Como tem muitos alunos aqui dentro da zona urbana, que não tem notas muito boas. Mas isso é, pode ser, sim, porque são de tecnologia, mas a escola nossa hoje aqui ela já tem também é computadores, acesso ao Wi-Fi, então isso aí ajuda bastante. Mas eu acho que essa relação do aluno do campo, é claro que eles perdem muito quando não vem aula, não é? Mas não interfere muito, não (P1, entrevista concedida em 18/12/2024).

Apesar de identificar a falta do acompanhamento familiar como o principal fator causador de um impacto na aprendizagem dos alunos, o P1 disse que os alunos do campo “perdem muito” quando não comparecem às aulas. Mesmo destacando que a infrequência não interfere muito na aprendizagem dos alunos do campo, observou-se um ponto em comum do P1 com os demais entrevistados, que é o fato de ambos concordarem que esses discentes perdem muito conteúdo quando não estão na escola.

Além dos gestores e professores, os responsáveis e os próprios estudantes relataram que a infrequência pode ser prejudicial ao aprendizado. Esse posicionamento pode ser comprovado através das respostas obtidas desses dois segmentos quando perguntados se a infrequência afeta a aprendizagem:

Eu Acredito que o maior impacto é a questão do aprendizado, porque o aluno que falta, que não pega a explicação do professor, ele não vai, não vai conseguir aprender, porque dificulta, né? O aprendizado mesmo (RZR, entrevista concedida em 18/12/2024).

Sim, todo momento que o aluno deixa de frequentar, né, já prejudica. Um dia, um dia já perde um aprendizado, né (RZU, entrevista concedida em 18/12/2024).

A gente que vem da roça perde muita aula...depois tem que correr atrás...as notas ficam baixas...tem que fazer recuperação...muitos colegas acabam perdendo o ano (EZR, entrevista concedida em 19/12/2024).

Dá pra perceber que eles ficam prejudicados porque muitos ficam de recuperação ou com a nota na média...dá pra ver também que eles perdem coisas que às vezes não tem como recuperar...tipo...porque não dá pra fazer de novo pra eles (EZU, entrevista concedida em 19/12/2024).

Os segmentos de responsáveis e estudantes concordam sobre os impactos da infreqüência para a aprendizagem e destacam o fato dos discentes perderem conteúdos e explicações dos professores, o EZU trouxe um ponto importante, que é o fato dos estudantes da zona rural perderem também outras atividades pedagógicas que vão além dos conteúdos de sala aula e que isso também pode prejudicá-los:

Ah...esse ano mesmo teve recreio junino na escola, a gente se divertiu e aprendeu ao mesmo porque teve atividades, brincadeiras educativas... e muitos perderam porque o ônibus quebrou...os jogos interclasse também muitos perderam porque choveu no dia e o ônibus não veio...essas coisas que não dá pra fazer de novo. Ah...e o JEMG...alguns alunos que iam jogar acabaram não indo por causa da distância...moram longe e não tinham como ficar aqui na rua...os jogos foram tarde em Ponte Nova e quando o ônibus chegou aqui não tinha transporte para as comunidades, então só quem tinha parente aqui conseguiu ir jogar (EZU, entrevista concedida em 19/12/2024).

Nesse ponto o EZU considera a importância das interações sociais e outras atividades como fator importante para a aprendizagem, o que pode ser relacionado, em conjunto com as outras respostas obtidas nesse bloco de perguntas, às teorias de Vygtsky e Piaget, que apontam para a importância da interação e do contexto escolar para a aprendizagem.

Na concepção de Vygotsky (1984) o aprendizado é um processo social onde os indivíduos internalizam os saberes através da interação com o outro, ou seja, para

o autor a aprendizagem é mediada por interações com outras pessoas, como pais, professores e colegas. Essas interações sociais e culturais desempenham um papel crucial na formação do pensamento e no aprendizado, o que implica que o ambiente e a frequência de interação podem influenciar diretamente o rendimento escolar.

Para Piaget (1970) a aprendizagem ocorre através da troca de experiências nos contextos sociais. Embora a infrequência escolar não tenha sido citada diretamente, entende-se que o autor corrobora com a visão de Vygotsky, uma vez que se compreende a interação contínua com o ambiente escolar e com os outros alunos e professores como fator fundamental para a construção do conhecimento. Dessa forma, a infrequência escolar pode prejudicar esse processo de troca e aprendizado, impactando negativamente o desenvolvimento intelectual e o rendimento escolar.

O posicionamento dos autores reitera as falas dos entrevistados, que em sua maioria, apontaram a infrequência escolar como um dos principais fatores que afetam a aprendizagem e o rendimento escolar dos estudantes a zona rural da Escola Estadual Padre José Epifânio Gonçalves.

A respeito do rendimento escolar, os entrevistados, exceto P1, apontaram que percebem que o rendimento dos alunos mais faltosos é inferior ao daqueles que frequentam as aulas regularmente, o que também ficou comprovado através do levantamento documental feito para a apresentação das evidências.

Sobre outros fatores que possivelmente possam afetar negativamente o aprendizado na escola pesquisada, o P1 ressaltou que a falta de participação das famílias seria um fator relevante, e a RZU relatou a falta de interesse dos alunos como outro fator que poderia prejudicar a aprendizagem. Outros entrevistados destacaram que os alunos chegam na escola com uma defasagem dos anos anteriores e a fala do P2 traz uma reflexão importante:

O fato, né, dos nossos estudantes terem a maioria dos professores do fundamental 1 aqui da zona urbana, então a questão ainda do... do transporte, da das estradas, né? Porque a estrada é de terra e quando chove eles não conseguem ter esse acesso para ir dar aula pra esses meninos...os do fundamental 1, que estudam nas próprias comunidades, em escolas municipais. Então por isso, a defasagem escolar e ainda é o nosso maior problema, porque muitos chegam no 6º ano ano sem saber ler e escrever direito (P2, entrevista concedida em 18/12/2024).

Com essa fala, P2 aponta um problema semelhante ao objeto de estudo dessa

pesquisa e que de certa forma reitera a hipótese defendida, quando diz que há também dificuldade de acesso dos professores residentes na zona urbana até as comunidades rurais onde lecionam para o Fundamental I, o que acarreta numa defasagem de aprendizagem, uma vez que, em dias mais chuvosos, esses estudantes também perdem aulas porque os professores não conseguem chegar até os locais em que as escolas municipais estão localizadas. E essa defasagem é um ponto abordado pelo entrevistado como um dos outros fatores que prejudicam a aprendizagem na referida escola.

Após a análise do segundo bloco de questionamentos, entende-se que a visão geral dos quatro segmentos escolares confirma a infrequência dos estudantes da zona rural como um fator prejudicial à aprendizagem e rendimento escolar dos mesmos. Outros pontos também foram abordados, mas de forma pontual pelos entrevistados. Dessa forma, reitera-se o posicionamento de que a infrequência dos estudantes da zona rural, que aumenta consideravelmente no período das chuvas, é um fator que prejudica a aprendizagem dos estudantes e precisa ser discutido pela escola para que se encontre formas de compensar esses alunos no que diz respeito aos conteúdos perdidos ao longo do ano letivo.

3.3.3 A garantia de acesso à aprendizagem

Nesta subseção, apresenta-se a análise das entrevistas realizadas com gestores, professores, responsáveis e estudantes, a fim de compreender quais estratégias podem ser adotadas para garantir a aprendizagem dos discentes infrequentes. Através da análise percebeu-se que os principais pontos abordados pelos entrevistados giraram em torno de três práticas-chave: a recomposição da aprendizagem por meio de grupos de WhatsApp, a utilização de exercícios impressos e a alteração no calendário escolar. Porém, entendeu-se também que a prática dos grupos de Whatsapp talvez não seja tão eficaz porque não atenderia a todos os estudantes, uma vez que o acesso à internet não se estende a todos eles. Essas abordagens, em sua maioria, visam minimizar os impactos da falta de frequência escolar, oferecendo alternativas que promovam a continuidade e a recuperação do aprendizado de forma flexível e adaptada às necessidades dos alunos.

Percebeu-se também, ao analisar esse bloco de questões, que a escola implementou os programas de recomposição da aprendizagem da SEE/MG, a saber: o reforço escolar e os agrupamentos intermitentes, porém esses programas não abarcam a questão da infrequência e muitos estudantes acabam perdendo essa oportunidade também por causa da infrequência. Ao serem questionados sobre o posicionamento da escola a respeito de práticas realizadas para minimizar o impacto das faltas na vida escolar dos discentes do campo, que são os que apresentam maior infrequência, os gestores ressaltaram:

Somente para alunos do campo, não. A gente, tem o que volta para recomposição através do governo de projetos de reforço pedagógico, mas assim não consegue abranger todos os alunos, não (G1, entrevista concedida em 18/12/2024).

A escola tem o reforço escolar, o agrupamento e tem também as intervenções feitas com as PEUB's (G2, entrevista concedida em 18/12/2024).

Além dessas colocações o G2 relatou também que alguns professores tentam repetir trabalhos e revisar conteúdos na tentativa de recompor a aprendizagem, mas um ponto interessante a se observar é que não são todos os professores que fazem isso, o que demonstra que não há um trabalho sistematizado implementado pela escola, mas feito intuitivamente pelos professores que se interessam.

Os professores entrevistados ressaltaram a importância de garantir que esses alunos tenham acesso ao conteúdo que perdem nos dias que não conseguem estar na escola, o que se comprova através das seguintes falas:

[...] é nesse período que nós conseguimos perceber que estão faltando é dar material para que eles possam estar estudando em casa, entendeu? Ajudando e conversando com a família para que eles possam estar fazendo atividades em casa. E na aula seguinte, assim que eles retornam, a gente faz o acompanhamento com eles, porque eles estudaram em casa (P1, entrevista concedida em 18/12/2024).

É, Eu Acredito que ajudando esses estudantes terem mais acesso, então eu acredito que através do calendário, eu acho que nós, como nós somos escola do campo, nós deveríamos, em períodos chuvosos, estar de férias, né?
Enquanto é fora desse período, está em sala de aula para que esses estudantes, principalmente da zona rural, eles não se sintam defasado e eles não tenham esse problema de aprendizado (P2, entrevista concedida em 18/12/2024).

Outro ponto importante dessas falas foi a colocação do P2 a respeito da alteração do calendário escolar para melhor atender esses estudantes, o que também foi sugerido pelo G2:

Acredito que teria que ser material impresso, mas mesmo assim é, precisaria de professor, não é? Ele sozinho, acredito que não vão conseguir aprender. Então, assim, infelizmente, o que eu acho que precisaria acontecer é uma mudança de calendário de uma forma que se adaptasse às condições deles (G2, entrevista concedida em 18/12/2024)

Pelas premissas da educação do campo essa ação seria possível, já que a Resolução SEE nº 4.459/2018, que estabelece normas para a organização do calendário escolar nas escolas da rede estadual, especialmente para aquelas localizadas em áreas rurais reconhece as especificidades do contexto rural, como o acesso desigual a recursos e a necessidade de adaptação do calendário escolar às características da vida no campo, que inclui a sazonalidade das atividades agrícolas e as condições de transporte.

A possibilidade de flexibilização do calendário escolar nas escolas do campo visa garantir que os alunos possam conciliar as obrigações escolares com as atividades agrícolas, sem comprometer sua aprendizagem. Dessa forma, as escolas podem ajustar o início e o término do ano letivo, bem como as férias e períodos de recesso, para atender melhor às realidades locais. Além disso, essa diretriz possibilita a inclusão de atividades extraclasse e projetos pedagógicos que respeitem o ritmo e a realidade dos estudantes do campo.

Os responsáveis e estudantes destacaram também a necessidade de recompor a aprendizagem de alguma forma, mas revelaram que não sabiam muito bem qual estratégia funcionaria no contexto da escola:

Então, se a frequência for por causa do transporte ou do acesso à escola em períodos chuvosos, por exemplo, eu tive, já tive essa ideia de montar grupos em que os professores se empenhassem em fazer grupos de estudo, por exemplo. Os alunos do Bonsucesso não participaram essa semana, então vou fazer um grupo a cada 30 minutos que fosse, o professor passasse o conteúdo daquela semana para os alunos online (RZR, entrevista concedida em 18/12/2024).

Tentando, não sei bem como, recuperar o conteúdo perdido (RZU,

entrevista concedida em 18/12/2024).

Dando mais explicação da matéria quando a gente volta pra aula (EZR, entrevista concedida em 19/12/2024).

Não sei...hum...talvez com grupo de estudo...ou grupos de whatsapp (Ezu, entrevista concedida em 19/12/2024).

Percebeu-se, ao analisar as entrevistas, que a escola não apresenta uma proposta de recomposição da aprendizagem aos estudantes do campo e que as ações que acontecem são mais individuais do que coletivas, ou seja, cada professor tenta fazer alguma coisa, mas observou-se que não sabem exatamente o que devem fazer. Ficou clara a necessidade de uma intervenção ao mesmo tempo que se observou uma dificuldade da escola, de modo geral, sobre como agir diante da situação.

Outro ponto abordado foram as possibilidades de se usar a tecnologia para garantir o acesso aos conteúdos perdidos aos estudantes infrequentes. Observou-se que os entrevistados acreditam que a tecnologia seja uma ferramenta interessante, mas que a internet não é acessível a todos os alunos. Foram sugeridos a criação de grupos de whatsapp com as turmas, a criação de grupos de estudos online, mas sempre com o entrave do acesso à internet.

Sobre essa questão, surgiram algumas ideias interessantes, pois alguns entrevistados citaram o laboratório de informática da escola como um espaço que poderia ser mais explorado nesse sentido:

Muitos não têm internet em casa, a escola poderia deixar usar mais o laboratório de informática. Aí poderia dar certo (Ezu, entrevista concedida em 19/12/2024).

Pode...a escola podia deixar a gente usar mais o laboratório de informática...pra ver vídeo aula...fazer pesquisa...porque nem todo mundo tem internet em casa (EZR, entrevista concedida em 19/12/2024).

Apesar de algumas dificuldades acho que no laboratório de informática poderia ser feito alguma coisa para eles (RZU, entrevista concedida em 18/12/2024).

[...] A Padre Epifânio, hoje ela tem esses é, tem computadores, né? Tem internet. Nós temos horários que nós descemos com os alunos para sala de informática. Vou trabalhar com eles, então isso aí contribui muito (P1, entrevista concedida em 18/12/2024).

Através da análise do terceiro bloco de perguntas, entendeu-se que a escola não tem um programa sistematizado que garanta o acesso ao conteúdo aos estudantes infrequentes, mas entende que essa é uma questão que existe e precisa ser resolvida. Como possibilidades para a resolução desse problema foram sugeridos a criação de grupos de whatsapp, que esbarraria na questão de conectividade com a internet e não atenderia todos os estudantes, o uso do laboratório de informática e de materias impressos, e a alteração do calendário escolar.

Considerando o contexto da escola, suas especificidades e os achados da pesquisa documental, do levantamento bibliográfico e da análise dos dados extraídos das entrevistas semiestruturadas, foi elaborado um Plano de Ação Educacional, com o objetivo de apresentar propostas para solucionar o caso de gestão, que será apresentado no próximo capítulo.

4 PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL (PAE): AÇÕES PARA CONTRIBUIR COM A APRENDIZAGEM DOS ESTUDANTES INFREQUENTES DA ESCOLA ESTADUAL PADRE JOSÉ EPIFÂNIO GONÇALVES

Neste capítulo será apresentado um Plano de Ação Educacional (PAE), que visa contribuir com o aprendizado dos estudantes infrequentes e que, por consequência perdem muitos conteúdos e ações escolares ao longo do ano letivo. Importante salientar que a instituição em questão foi reconhecida em 2016, de acordo com a Resolução SEE/MG nº 2.820, de 11 de dezembro de 2015, após atingir mais de cinquenta por cento de alunos matriculados residentes na zona rural, como uma Escola do Campo. O percurso da pesquisa foi pautado em responder como a Escola Estadual Padre José Epifânio Gonçalves pode assegurar o acesso aos conteúdos perdidos aos alunos da zona rural?, tendo como objetivo geral a análise de como a instituição pode garantir a aprendizagem desses estudantes. O objetivo geral foi desdobrado em três objetivos específicos, que constituem cada capítulo desta pesquisa: a descrição da escola e seu contexto de educação do campo, bem como a infrequência dos alunos da zona rural ao longo do período letivo; a análise dos fatores que afetam a aprendizagem dos estudantes desta escola e a proposição de ações que colaborem com a recomposição da aprendizagem desses discentes.

No capítulo 2, através da análise documental, observou-se que a infrequência dos estudantes da zona rural é significativamente maior que a dos discentes da zona urbana. Percebeu-se ainda que o rendimento escolar dos alunos mais faltosos é mais baixo que a dos estudantes com maior frequência. Outro fator que ficou evidente foi que não há, no geral, um conhecimento a respeito da educação do campo e do que significa uma escola do campo. Percebeu-se que a escola trabalha, de modo geral, sem discutir as premissas da educação do campo de forma mais aprofundada e sem procurar uma adequação do currículo e das formas que possam garantir que todos os estudantes tenham acesso aos conteúdos ministrados durante o ano letivo.

No capítulo 3, através da análise das entrevistas semiestruturadas aplicadas para gestores escolares, professores, pai, mãe e/ou responsável e estudantes, confirmou-se que a infrequência é um dos fatores que mais prejudicam o desenvolvimento dos discentes da zona rural. Além disso, as entrevistas possibilitaram verificar que a comunidade escolar desconhece, de modo geral, a

história da própria escola e, que mesmo sabendo que a instituição é uma escola do campo a maioria desconhece as diretrizes da modalidade. O que ficou evidente, nesse ponto, é que a comunidade escolar conhece o motivo que levou a escola a ser reconhecida como uma escola do campo, mas desconhece a maioria das diretrizes da modalidade. Outro fator identificado através das entrevistas foi a falta um trabalho sistematizado pela escola para mitigar os prejuízos causados pela infrequência no que diz respeito ao aprendizado.

Os dados extraídos da pesquisa foram sistematizados e analisados a partir dos pressupostos de Bardin (2011), que propõe o planejamento da análise, a leitura flutuante, a codificação e categorização, a interpretação dos dados, a validação da análise e a elaboração do relatório final. A partir da sistematização e análise dos dados o Quadro 03 foi elaborado para apresentar os principais achados da pesquisa e a ação propositiva para a resolução de cada questão que merece uma intervenção.

Quadro 03 - Dados da pesquisa e ações propositivas

Nº	Dados de pesquisa	Ação propositiva
1	Falta de conhecimento da comunidade escolar a respeito da história da instituição.	- Formação de professores, com convite estendido à comunidade escolar.
2	Pouco conhecimento da comunidade escolar sobre as diretrizes da educação do campo	- Formação de professores, com convite estendido à comunidade escolar.
3	Aspecto que mais prejudica o aprendizado dos estudantes da zona rural: a infrequência, principalmente em períodos de chuva.	- Proposta de alteração do calendário escolar. - Trabalho através de projetos interdisciplinares, que possam ser desenvolvidos tanto na escola, quanto nas comunidades.
4	Sugestão do uso do laboratório de informática como ferramenta para auxiliar na recuperação dos conteúdos perdidos pelos estudantes infrequentes.	- Formação de professores. - Criação de um banco de exercícios e explicações de conteúdos, que possa ser acessado no laboratório de informática.

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Os principais achados da pesquisa foram a falta de conhecimento a respeito da história da escola, o pouco conhecimento sobre as diretrizes da educação do campo, a comprovação do impacto da infrequência na aprendizagem dos estudantes da zona rural e sugestões que minimizem tais impactos. A partir desses dados foi elaborado um plano de ação que possa ser aplicado na escola, com recursos disponíveis na instituição, para que os alunos da zona rural, que apresentam maior infrequência e queda no rendimento escolar, possam recompor a aprendizagem de forma significativa, através de intervenções pautadas na educação do campo e de fácil aplicação pela escola e acesso pelos estudantes. A seguir, as propostas de intervenção serão apresentadas mais detalhadamente.

4.1 PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO

As propostas de intervenção que constituem o PAE proposto foram criadas através da ferramenta 5W2H, que de acordo com Gallegos (2023) é uma ferramenta que auxilia no planejamento e execução de ações de maneira objetiva através de perguntas em inglês representadas por cada uma das letras da sigla: What (O que?), Why (Porque?), Who (Quem?), When (Quando?), Where (Onde?), How (Como?), How much (Quanto?). Após a resposta e sistematização de tais questões é possível estruturar as tarefas e responsabilidades de forma lógica e simples, oferecendo uma visão completa dos aspectos envolvidos na ação, facilitando a análise e as decisões de forma eficiente e eficaz, mantendo o foco nos objetivos.

A seguir será apresentado o Quadro 04, que demonstra as ações e o detalhamento de cada uma das propostas:

Quadro 04 - Proposição das Ações

Nº	What O que?	Why Por que?	Where Onde?	When Quando será feito?	Who Quem?	How Como?	How much Quanto?
1	Formação de professores. Serão 03 formações diferentes, 02 com convite estendido à comunidade escolar, que abordarão temas necessários para a resolução dos problemas encontrados ao longo da pesquisa.	Falta de conhecimento da comunidade escolar a respeito da história da escola e pouco conhecimento sobre as diretrizes da educação do campo. Necessidade do uso de metodologias ativas para auxiliar na criação de um banco de exercícios e explicação de conteúdos.	Na escola.	No segundo semestre de 2025. Cada formação acontecerá em um mês, a primeira em agosto, a segunda em setembro e a terceira em novembro.	Gestores escolares, especialistas em educação básica e equipe da SRE.	Implementação de formações com foco em estudo do PPP e Regimento Escolar, a fim de expandir o conhecimento sobre a história da escola; cursos sobre as diretrizes da educação do campo; cursos sobre o uso de tecnologias da informação que auxiliem na criação de um banco de exercícios e gravação de conteúdos.	1.500,00.
2	Alteração no Calendário Escolar	Necessidade de diminuir a frequência escolar dos estudantes da	Na escola.	No início do ano letivo de 2026.	Equipe gestora da escola e professores, juntamente com as	Ajuste do calendário escolar, considerando o impacto de	Sem custos adicionais.

		zona rural, principalmente em períodos de chuva.			equipes da SRE e da SEE/MG	períodos de chuva e atividades sazonais que podem afetar a presença dos alunos.	
3	Projetos Interdisciplinares	Necessidade de minimizar os impactos da infrequência escolar na aprendizagem dos estudantes.	Na escola e nas comunidades onde os estudantes residem	Nos quatro bimestres do ano letivo de 2026.	Especialistas da Educação Básica, professores e alunos.	Criação de projetos pedagógicos integrados ao contexto da comunidade rural, como o resgate da história da escola, revitalização da horta escolar, agricultura familiar e a cultura da localidade em que os estudantes residem.	1.500,00.
4	Criação de um repositório de atividades.	Necessidade de recompor a aprendizagem através dos conteúdos perdidos durante o período que os estudantes da	Na escola.	No início de cada bimestre, a partir do início letivo de 2026.	Equipe gestora, pedagógica e professores responsáveis pelas disciplinas.	Construção de um repositório de atividades e videoaulas que os alunos possam acessar presencialmente ou online,	Sem custos adicionais.

		zona rural ficam impedidos de frequentar as aulas.				quando não estiverem presentes na escola.	
--	--	--	--	--	--	---	--

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

As propostas de intervenção apresentadas no Quadro 04 estão em consonância com os problemas detectados ao longo da pesquisa e serão discutidas mais detidamente na próxima seção.

4.2 DETALHAMENTO DA PROPOSIÇÃO

Nesta seção serão apresentadas mais detalhadamente as propostas de ações previstas no PAE. Tais ações serão voltadas para a comunidade escolar, que é composta pelos gestores, professores, estudantes e os responsáveis legais pelos discentes. As ações foram planejadas de acordo com as necessidades que foram detectadas no decorrer da pesquisa e visam sanar lacunas que possam afetar de alguma maneira a aprendizagem dos estudantes. No percurso da pesquisa observou-se que quatro ações seriam necessárias para que a escola pudesse atender aos seus estudantes de maneira equânime, promovendo uma aprendizagem significativa.

A primeira ação é a formação de professores, abordando três assuntos específicos e suma importância para a escola, que são a história da escola, desde sua fundação até os dias atuais; o conhecimento a respeito das diretrizes da educação do campo e o uso de tecnologias ativas que possam auxiliar os professores na criação de conteúdos audiovisuais e escritos para auxiliar os alunos infrequentes.

A segunda ação visa a alteração do Calendário Escolar para que as necessidades dos estudantes do campo sejam atendidas e a infrequência diminua, fazendo com eles não percam os conteúdos, nem as atividades interdisciplinares que acontecem na escola ao longo do ano letivo.

A terceira ação é a criação de projetos que atendam as especificidades dos sujeitos do campo e de suas comunidades, de forma que a aprendizagem aconteça de maneira diversificada e com maior participação da comunidade escolar.

A quarta ação é a criação de um repositório com exercícios e explicação de conteúdos que possam ser acessados pelos estudantes no laboratório de informática ou em suas residências, com a finalidade de terem acesso aos

conteúdos perdidos nos dias em que faltaram às aulas, promovendo a recomposição da aprendizagem desses discentes.

A seguir serão apresentadas mais detidamente cada uma das ações propostas e os passos a serem seguidos para que se efetivem.

4.2.1 Formação de professores

Esta subseção propõe uma ação que constitui o ponto de partida para a concretização do objetivo geral desta pesquisa: garantir o acesso à aprendizagem dos estudantes infrequentes da Escola Estadual Padre José Epifânio Gonçalves.

De acordo com Perrenoud (2000), a formação contínua dos professores é essencial para assegurar uma educação de qualidade. Assim, propõe-se que a formação dos docentes dessa instituição de ensino aborde três temas relevantes, para que possam desenvolver um trabalho eficaz que garanta a aprendizagem dos alunos de diversas maneiras.

A primeira formação proposta consiste no estudo da história da escola, que será realizado durante as reuniões do Módulo II, que são encontros pedagógicos estabelecidos pela SEE-MG como parte do cumprimento da carga horária obrigatória dos professores de educação básica da rede estadual de Minas Gerais, a partir do segundo semestre de 2025. Para que esse momento aconteça, é fundamental que a equipe gestora realize um estudo prévio do tema, a partir do PPP e do Regimento Escolar. O segundo passo é a organização do momento de estudo com os professores. Serão utilizadas duas reuniões do mês de agosto, cada uma com quatro horas de duração. É importante que esse ambiente seja acolhedor, com a transmissão das informações de forma clara e objetiva. Nesse sentido, sugere-se que a história da escola seja compartilhada com os professores pelos gestores escolares, que deverão preparar e conduzir a formação. Os dados poderão ser transmitidos por meio de documentos escritos, imagens e depoimentos gravados por membros da comunidade escolar que tenham conhecimento da trajetória da instituição.

Após a apresentação do material, recomenda-se a realização de uma roda de conversa, para que os participantes possam esclarecer dúvidas, comentar e debater sobre a fundação da escola e as transformações que ela

sofreu ao longo do tempo. Em seguida, os gestores deverão orientar os docentes a replicarem as informações adquiridas durante a formação aos estudantes. Cada professor poderá planejar a melhor forma de repassar o conteúdo aos alunos, com base no conhecimento adquirido.

A relevância de tratar desse tema como uma das formações propostas reside no fato de que o entendimento sobre o ambiente escolar e as pessoas envolvidas no processo educacional é crucial para que o trabalho pedagógico seja efetivo, considerando a realidade dos estudantes.

O segundo momento de formação será centrado na educação do campo. Para isso, sugerimos que a gestão busque apoio com a equipe responsável pela educação do campo na Superintendência Regional de Ensino (SRE) de Ponte Nova. Inicialmente, recomenda-se que os gestores entrem em contato com a SRE para aprofundar o conhecimento sobre as diretrizes da educação do campo, por meio de leis e documentos orientadores específicos para essa modalidade. Para essa formação, sugere-se uma palestra conduzida por um representante da SRE, com o objetivo de explicar o surgimento da educação do campo, suas diretrizes e as possibilidades de trabalho com os estudantes da escola.

Caso a parceria com a SRE não seja viabilizada, sugerimos que os gestores busquem outros profissionais, como professores de outras instituições, para realizar a palestra. A atividade poderá ocorrer de forma presencial ou online, conforme as necessidades dos palestrantes e participantes.

Após a palestra, sugere-se que os gestores organizem dois encontros adicionais, durante as reuniões do Módulo II, para discutir questões relacionadas à educação do campo, os sujeitos atendidos pela escola e o currículo específico para essa modalidade.

Acredita-se que, com essa formação, os professores serão capacitados para ajustar suas aulas, levando em consideração as particularidades da educação do campo, além dos desafios enfrentados pela instituição em relação à infrequência dos alunos da zona rural e ao impacto das faltas no aprendizado, como evidenciado pelos dados da pesquisa de campo.

Sugere-se que essas duas primeiras formações sejam abertas a toda comunidade escolar, através de convite realizado pela gestão da escola, uma vez que tratam de temas relevantes não só para os professores, mas também

para outros funcionários da escola, pais, mães e/ou responsáveis, estudantes e membros da sociedade civil.

A terceira formação proposta visa capacitar os professores para o uso de tecnologia da informação na criação de um banco de exercícios e materiais explicativos, com o intuito de garantir que os estudantes infrequentes tenham acesso aos conteúdos trabalhados em sala de aula durante os períodos de ausência. Essa formação é justificada pela necessidade de implementação da última ação deste PAE, que só poderá ser efetivada se os professores possuírem conhecimentos sobre as novas possibilidades tecnológicas.

Para a realização dessa formação, sugere-se que os gestores busquem um profissional da comunidade escolar que possa orientar os professores quanto ao uso de tecnologias da informação. A formação deve ocorrer no laboratório de informática da escola, durante uma reunião de Módulo II, e abordar temas como o uso do Google for Education e a elaboração de videoaulas e exercícios, com o objetivo de criar um repositório que permita aos alunos recuperarem os conteúdos perdidos. Sugere-se a participação dos gestores escolares nessa formação, pois acredita-se que será de suma importância que todos aprendam como utilizar as ferramentas que possam colaborar com a criação de um repositório de conteúdos, que auxilie na recomposição da aprendizagem dos alunos infrequentes.

Acredita-se que a formação dos professores nos temas propostos é essencial para iniciar um trabalho que assegure o acesso à aprendizagem aos estudantes infrequentes. Para que isso seja possível, é necessário que os professores compreendam o ambiente escolar e sua história, conheçam os sujeitos envolvidos e as diretrizes da educação do campo (especificamente no contexto desta escola), além de estarem preparados para utilizar a tecnologia de forma eficaz na recuperação do aprendizado.

Na próxima subseção, será apresentada a proposta de alteração do calendário escolar, alinhada às diretrizes da educação do campo, que pode contribuir para a redução da infrequência dos estudantes da zona rural.

4.2.2 Alteração do calendário escolar

A ação proposta visa o ajuste do calendário escolar, levando em consideração os impactos causados pelos períodos de chuva e outras atividades sazonais que frequentemente afetam a presença dos alunos, especialmente aqueles oriundos da zona rural. Esses períodos são determinantes para a infrequência escolar, uma vez que muitos estudantes, devido às condições climáticas, que prejudicam estradas, precisam se ausentar da escola durante essas épocas. Essa situação compromete o processo de aprendizagem e dificulta a efetivação do ensino para esse grupo de alunos.

Para minimizar esse impacto, sugere-se uma abordagem mais flexível no planejamento do calendário escolar, com o intuito de ajustar os períodos de aula e férias de acordo com os períodos de chuvas na região. O objetivo é garantir que, durante as épocas de maior volume de chuvas, os alunos possam se ausentar sem prejudicar gravemente seu aprendizado. Além disso, essa flexibilidade ajudará a evitar que os estudantes acumulem um número excessivo de faltas, que comprometem a sua continuidade nos estudos.

Essa medida está alinhada com a sugestão de Moura (2015), que defende a importância de se considerar o contexto local no planejamento escolar, além de estar amparada pela Resolução SEE/MG nº 2.820, de 11 de dezembro de 2015, que define as diretrizes da educação do campo em Minas Gerais. Para que o ajuste do calendário seja eficaz, será necessário realizar um levantamento prévio das datas e períodos climáticos mais críticos na região em que a escola está inserida. Isso pode ser feito por meio de consultas à comunidade local, aos pais dos alunos e aos próprios estudantes, para identificar os períodos de maior infrequência.

A partir dessa coleta de dados, a equipe gestora da escola poderá propor mudanças no calendário, como a antecipação ou prorrogação de férias escolares, ajustes nos períodos de avaliação ou até mesmo a realização de aulas alternativas, como atividades online ou materiais de estudo autodidáticos, durante os períodos de ausência dos estudantes. Para a efetivação da antecipação das avaliações do quarto bimestre e a antecipação das férias de dezembro, que é o período mais chuvoso, sugere-se que sejam utilizadas a última semana do recesso de julho e a semana de recesso de outubro como dias letivos, garantindo assim os duzentos dias aos quais os estudantes têm direito.

Dessa forma, os alunos poderão recuperar as aulas perdidas e continuar seu processo de aprendizagem sem maiores prejuízos.

Essa flexibilidade também permitirá que os professores adaptem suas práticas pedagógicas, criando estratégias que possibilitem a recuperação de conteúdos de maneira mais eficaz para os estudantes que ficarem ausentes em determinados períodos. Além disso, a ação também fortalece o vínculo da escola com a comunidade local, mostrando que a instituição está atenta às realidades e necessidades dos seus alunos.

Em resumo, a proposta de ajuste do calendário escolar tem como objetivo garantir a presença contínua dos alunos, respeitando as particularidades locais e as exigências sazonais, assegurando, assim, a continuidade e a qualidade do processo de aprendizagem.

Na subseção seguinte será abordada a proposta de trabalho através projetos pedagógicos interdisciplinares que envolvam temas relevantes para os estudantes e a comunidade escolar, promovendo a integração entre escola e comunidade.

4.2.3 Projetos interdisciplinares

Nesta subseção serão apresentados os projetos interdisciplinares, que têm como objetivo não apenas promover a aprendizagem de conteúdos curriculares, mas também fortalecer o vínculo entre a escola, as famílias e a comunidade local, alinhando-se aos princípios defendidos por Freire (2019), que enfatiza a importância da educação como prática de liberdade, que envolve a construção do conhecimento a partir das experiências e do contexto dos alunos. Nesse sentido, as propostas de projetos a serem implementados na escola buscam integrar diferentes áreas do conhecimento, ao mesmo tempo em que promovem a participação ativa das famílias e da comunidade escolar, no intuito de promover um resgate da história da escola, trabalhar temas relacionados à educação do campo e promover a aprendizagem através da cultura dos estudantes e seus familiares, bem como de outras pessoas da sociedade civil.

Os projetos foram planejados para serem implementados nos quatro bimestres do ano letivo de 2026, um em cada bimestre, conforme será detalhado a seguir.

No primeiro bimestre sugere-se a realização de um projeto de resgate de memórias da escola, uma vez que se observou através da análise dos dados da pesquisa de campo que a comunidade escolar não tem conhecimento sobre a história da escola e entende-se a importância de se conhecer o ambiente e seus sujeitos para a realização de um trabalho pedagógico mais efetivo. O projeto de resgate de memórias busca promover uma reflexão sobre a história da escola e sua inserção na comunidade local, envolvendo as disciplinas de História, Língua Portuguesa e Arte. Os alunos, com o apoio de seus professores e suas famílias, serão incentivados a entrevistar ex-alunos, professores e membros da comunidade, a fim de resgatar relatos, fotografias e documentos que contam a trajetória da escola ao longo dos anos. Além disso, os estudantes criarão uma exposição artística para compartilhar as histórias resgatadas com a comunidade escolar.

Este projeto visa valorizar a história e a memória da escola e da comunidade, além de desenvolver habilidades de pesquisa, comunicação e expressão artística nos estudantes e fortalecer a identidade escolar por meio do resgate coletivo de memórias.

Para o segundo bimestre, propõe-se um projeto relacionado ao contexto da educação do campo, através da revitalização da horta escolar. Esse projeto visa integrar as disciplinas de Ciências, Geografia, Matemática e Artes, além de envolver diretamente as famílias dos alunos. Os estudantes, com o apoio dos professores, irão planejar, cultivar e cuidar da horta, aprendendo sobre o ciclo de vida das plantas, os cuidados necessários para a produção agrícola e a importância da agricultura sustentável. As famílias serão convidadas a participar de oficinas de plantio e manutenção da horta, fortalecendo o vínculo entre a escola e a comunidade local.

Para o terceiro bimestre sugere-se a realização de um projeto voltado à agricultura familiar. Esse projeto será desenvolvido pelos professores das disciplinas de Ciências, Geografia, Matemática e Educação Física, abordando a importância da agricultura familiar para a economia local e para a sustentabilidade. Os alunos, juntamente com as famílias, participarão de visitas guiadas a propriedades agrícolas da região para aprender sobre técnicas de cultivo e produção familiar e, em seguida, aplicar esse conhecimento na própria horta escolar e em suas respectivas comunidades. O projeto inclui também a

realização de uma feira de produtos agrícolas produzidos pelos estudantes e suas famílias, promovendo a troca de saberes e a valorização do trabalho rural. A feira acontecerá na quadra da escola e será aberta à visitação e participação de toda comunidade.

No quarto bimestre propõe-se a realização de uma feira cultural, que será um evento interdisciplinar e envolverá todas as áreas do conhecimento, com foco em Artes, Língua Portuguesa, Ciências, História e Geografia. O projeto promoverá a criação de um evento em que os alunos, junto às suas famílias, terão a oportunidade de compartilhar e celebrar as diversas culturas presentes na comunidade escolar, incluindo exposições de arte, apresentações musicais, peças de teatro e a exposição de produtos típicos. A feira será organizada com a colaboração de toda a comunidade escolar, buscando fortalecer a identidade cultural local e a cooperação entre a escola e as famílias.

Os quatro projetos têm em comum a proposta de envolver ativamente alunos e famílias, criando um ambiente de aprendizado cooperativo e de troca de saberes. O vínculo entre a escola e a comunidade é essencial para a construção de um conhecimento significativo e contextualizado, como enfatiza Freire (1996), que considera a educação como um processo de diálogo constante entre educadores e educandos, onde o conhecimento é construído coletivamente. A integração de temas relevantes para a realidade dos alunos, como agricultura, história local e cultura, possibilita uma aprendizagem mais engajada e conectada com o contexto social e cultural da comunidade escolar.

4.2.4 Repositório de atividades

A infrequência escolar é um desafio constante, especialmente na escola pesquisada, onde os estudantes da zona rural enfrentam dificuldades em acompanhar a frequência das aulas devido a fatores climáticos, principalmente, que os impedem de chegar até a escola todos os dias. Nesse contexto, é essencial criar alternativas que permitam a recuperação dos conteúdos de maneira autônoma, possibilitando que os alunos não percam o ritmo de aprendizado.

A criação de um repositório de atividades e exercícios complementares será uma ferramenta importante para a educação dos alunos infrequentes,

permitindo que acessem materiais de estudo, exercitem os conteúdos já vistos em sala de aula e desenvolvam habilidades de forma independente. Segundo Tardif (2007), a recuperação dos conteúdos perdidos depende, em grande parte, de estratégias que utilizem recursos complementares para apoiar o aprendizado de forma contínua.

O repositório será uma plataforma digital (preferencialmente através do Google for Education, disponibilizado de forma gratuita pela SEE/MG) onde os professores poderão disponibilizar materiais como videoaulas, textos explicativos, apresentações e exercícios complementares. Esse repositório também poderá ser acessado fisicamente, através de mídias como pendrives ou cartões de memória, para alunos sem acesso regular à internet.

O conteúdo será organizado por disciplinas e temas, com uma sequência lógica de atividades que os alunos possam realizar. Cada módulo conterá explicações teóricas, exercícios de fixação, questões para discussão e testes de autoavaliação e será acessível tanto online (através da plataforma Google for Education) quanto presencialmente, através de cópias físicas dos materiais, para atender alunos com dificuldades de acesso à internet. Os professores serão responsáveis por orientar os alunos sobre o uso do repositório e como realizar as atividades de forma autônoma.

Os alunos terão a possibilidade de enviar suas atividades realizadas para os professores, que poderão dar feedbacks sobre os exercícios e acompanhar o seu progresso. Para isso, será criada uma área de comunicação dentro do Google for Education onde os alunos poderão interagir com os docentes.

Na fase inicial, será feito um levantamento das disciplinas e conteúdos que serão priorizados na construção do repositório. Em paralelo, será feito um treinamento com os professores para que compreendam como organizar e alimentar o repositório com materiais complementares.

A equipe gestora da escola será responsável pela divulgação e implementação do uso das funcionalidades do Google for Education. Posteriormente, serão desenvolvidos módulos de conteúdo, com a colaboração dos especialistas de educação básica e professores de cada disciplina. Além disso, materiais físicos serão preparados para os alunos sem acesso à internet.

Após o desenvolvimento e alimentação da plataforma, será realizada uma campanha de divulgação para que os alunos e suas famílias conheçam o

repositório e saibam como utilizá-lo. Sessões de orientação serão feitas para ensinar aos alunos como acessar o conteúdo, realizar as atividades e entregar os exercícios. Essas sessões serão realizadas no laboratório de informática da escola, que também poderá ser utilizado pelos alunos para que possam ter acesso à plataforma durante os intervalos das aulas quando estiverem presentes na escola.

Durante a criação e o uso da plataforma, os professores realizarão reuniões periódicas para avaliar a utilização do repositório, identificar possíveis melhorias e ajustar as atividades conforme as necessidades dos alunos. A cada semestre, será feita uma avaliação global do projeto, considerando a efetividade do repositório no processo de recuperação de conteúdos e na melhoria do desempenho dos alunos.

A construção de um repositório de atividades e exercícios complementares é uma proposta promissora e necessária para garantir a continuidade da aprendizagem dos alunos infrequentes, principalmente daqueles que residem na zona rural. A flexibilidade oferecida pela possibilidade de acesso aos conteúdos trabalhados em dias que os discentes da zona rural precisam se ausentar contribui para a mitigação das dificuldades de acesso à educação, e está alinhada com as necessidades contemporâneas de educação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação foi elaborada com o objetivo de atender aos anseios da pesquisadora no que diz respeito a entender os prejuízos de aprendizagem causados pela infrequência escolar dos estudantes da zona rural da Escola Estadual Padre José Epifânio Gonçalves, principalmente em períodos chuvosos, e a encontrar soluções viáveis para minimizar os impactos causados pelo excessivo número de faltas a esses discentes. Para atingir tal objetivo buscou-se responder como a Escola Estadual Padre José Epifânio pode assegurar o acesso aos conteúdos perdidos aos alunos da zona rural?.

No decorrer da pesquisa observou-se que há uma falta de conhecimento da comunidade escolar a respeito da história da instituição e pouco conhecimento sobre as diretrizes da educação do campo, o que gera uma não identificação com ambiente escolar e uma certa dificuldade em realizar um trabalho pautado nas premissas da educação do campo. A partir dessa constatação foram propostas ações que visam fomentar o conhecimento sobre a escola e as diretrizes da educação do campo, com o objetivo de promover o sentimento de pertencimento e a possibilidade de um planejamento pedagógico que atenda às particularidades dos estudantes da zona rural, promovendo assim a oportunidade de recuperarem os conteúdos perdidos e sanarem possíveis lacunas de aprendizagem.

Comprovou-se também, ao longo da pesquisa, que a infrequência, principalmente em períodos de chuva, se configura como o aspecto que mais prejudica a aprendizagem dos estudantes da zona rural. Na tentativa de minimizar tal impacto, foram feitas proposições que poderão atenuar a infrequência e auxiliar na recomposição da aprendizagem, de acordo com as premissas da educação do campo.

A pesquisa ainda apresentou a possibilidade do uso do laboratório de informática como ferramenta para auxiliar na recuperação dos conteúdos perdidos pelos estudantes infrequentes. A partir dessa sugestão foram propostas ações que buscam potencializar o acesso aos conteúdos perdidos através da tecnologia. Tais ações levaram em consideração os estudantes sem acesso à internet e foram adaptadas para que todos os discentes tenham garantido o direito à aprendizagem.

Diante desse cenário, as propostas de intervenção apresentadas buscaram oferecer soluções viáveis, que possam, de fato, reduzir os impactos causados pelos elevados índices de infrequência, recompor a aprendizagem e promover a inclusão educacional. A implementação de ações que garantam a adaptação do trabalho escolar às necessidades locais, o fortalecimento do vínculo da comunidade com a escola e a capacitação dos professores para lidar com a diversidade de contextos colaboram para a garantia de que os discentes infrequentes tenham acesso às mesmas oportunidades dos que não apresentam muitas faltas.

É importante destacar que a efetividade dessas ações dependerá de um compromisso conjunto entre a escola, os educadores e as famílias. A transformação do cenário educacional dessa escola exige uma abordagem multidisciplinar e a construção de soluções que considerem as especificidades locais. Embora os desafios sejam grandes, é possível avançar no sentido de garantir que todos os alunos, independentemente da comunidade em que residem, tenham acesso a uma educação de qualidade, capaz de promover a equidade e o desenvolvimento integral.

Conclui-se, por fim, que este estudo aponta caminhos para a mitigação dos problemas enfrentados pela instituição no que diz respeito à infrequência dos estudantes da zona rural e os impactos de um elevado número de faltas na aprendizagem deles, reforçando a importância da educação como um direito fundamental de todos os cidadãos.

REFERÊNCIAS

- ANDRÉ, Marli. **O que é um estudo de caso qualitativo em educação?**. Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 22, n. 40, p. 95-103, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://revistas.uneb.br/index.php/faeeba/article/view/7441/4804>. Acesso em: 25 out. 2023.
- ARROYO, Miguel Gonzalez. A escola do campo e a pesquisa do campo: metas. *In*: MOLINA, Mônica Castagna (org.). **Educação do Campo e pesquisa: questões para reflexão**. 1. Ed. – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006. p. 103-116. Disponível em: https://educanp.weebly.com/uploads/1/3/9/9/13997768/educacao_do_campo_e_pesquisa_-_questes_para_reflexo.pdf. Acesso em: 21 out. 2023.
- BATISTA, Ozaias Antônio; EUCLIDES, Maria Simone. **Os sujeitos da educação do campo e a questão do (re)conhecimento**. *In*: SILVA, Alexandre Leite dos Santos;
- BENDINI, Juliana do Nascimento; MEIRELES, Melise Pessoa Araújo; SANTOS, Michelli Ferreira dos (org.). **Educação do Campo: sujeitos, saberes e reflexões**. 1. Ed. Picos: Edufip, 2020. p. 13-24. Disponível em: https://ufpi.br/arquivos_download/arquivos/LIVRO_EDUCA%C3%87%C3%83O_DO_CAMPO_-_ALEXANDRE20200914110244.pdf. Acesso em: 21 out. 2023.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=9394&ano=1996&ato=3f5o3Y61UMJpWT25a>. Acesso em: 20 de jan. 2023.
- BRASIL. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Disponível em: <https://www.fn-de.gov.br/index.php/legislacoes/institucional-leis/item/3345-lei-n-11947-de-16-de-junho-de-2009>. Acesso em: 02 dez. 2022.
- BRASIL. Ministério Público Federal. **Caso Samarco. O Desastre**. Brasília, 2015. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/o-desastre>. Acesso em: 22 jul. 2024
- BRASIL. **Parecer CNE/CEB nº 36/2001, de 04 de dezembro de 2001**. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_PAR_CNECEBN362001.pdf?query=escolas%20do%20campo. Acesso em 20 jan. 2023.
- BRASIL. **Parecer CNE/CP nº 22/2020, de 08 de dezembro de 2020**. Dispõe a respeito das Diretrizes Curriculares da Pedagogia da Alternância na Educação

Básica e na Educação Superior. Disponível em:
https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_PAR_CNECPN222020.pdf?query=diretrizes%20pedagogicas. Acesso em: 30 de ago. 2023.

BRASIL. **Parecer CNE/CEB nº 7/2022, de 09 de novembro de 2022**. Revisão e atualização das normas, tendo em vista a aprovação do novo Ensino Médio. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-nacional-biblioteca-da-escola/apresentacao/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/12888-parecer-e-resolucao-normativos-sobre-educacao-especial>. Acesso em: 30 de ago. 2023.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB 1, de 03 de abril de 2002**. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Disponível em: http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/mn_resolucao_%201_de_3_de_abril_de_2002.pdf. Acesso em: 20 jan. 2023.

BRASIL. **Resolução nº 2, de 28 de abril de 2008**. Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/resolucao_2.pdf. Acesso em: 15 de set. 2023.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 1, de 16 de agosto de 2023**. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares da Pedagogia da Alternância na Educação Básica e na Educação Superior. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/pdf/rcp001_23.pdf. Acesso em: 15 de set. 2023.

CHRISTÓFOLLI, Pedro Ivan. Produção pedagógica dos movimentos sociais e sindicais. *In*: MOLINA, Mônica Castagna (org.). **Educação do Campo e pesquisa: questões para reflexão**. 1. Ed. – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006. p. 94-102. Disponível em: https://educanp.weebly.com/uploads/1/3/9/9/13997768/educacao_do_campo_e_pesquisa_-_questes_para_reflexo.pdf. Acesso em: 21 out. 2023.

DÍAZ, Félix. **O processo de aprendizagem e seus transtornos**. Salvador: EDUFBA, 2011.

ESCOLA ESTADUAL PADRE JOSÉ EPIFÂNIO GONÇALVES. **Ata de Conselho de Classe Final**, 2022g

ESCOLA ESTADUAL PADRE JOSÉ EPIFÂNIO GONÇALVES. **Ata de Conselho de Classe Final**, 2023.

ESCOLA ESTADUAL PADRE JOSÉ EPIFÂNIO GONÇALVES. **Ata 05 de Reunião Administrativa e Pedagógica**, 2022a

ESCOLA ESTADUAL PADRE JOSÉ EPIFÂNIO GONÇALVES. **Ata 10 de Reunião Administrativa e Pedagógica**, 2022b

ESCOLA ESTADUAL PADRE JOSÉ EPIFÂNIO GONÇALVES. **Ata de Ocorrência**, 2022f

ESCOLA ESTADUAL PADRE JOSÉ EPIFÂNIO GONÇALVES. **Boletim Escolar**, 2022c

ESCOLA ESTADUAL PADRE JOSÉ EPIFÂNIO GONÇALVES. **Ficha Individual**, 2022d

ESCOLA ESTADUAL PADRE JOSÉ EPIFÂNIO GONÇALVES. **Projeto Político Pedagógico**. Barra Longa, MG, 2022e.

ESCOLA ESTADUAL PADRE JOSÉ EPIFÂNIO GONÇALVES. **SIMADE**, 2023.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação**. 18. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 67. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

FRANCO, M. L. **A análise de conteúdo como método de investigação qualitativa**. 2. ed. São Paulo: Editora X, 2008.

GALLEGOS, R. A. P. (2023). **Ferramentas de Gestão voltadas para melhoria da qualidade nas empresas**. 1. ed. Rio de Janeiro: Freitas Barros. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/209591/epub/0?code=36W24DoGA6zrLlqhaELYVmetAFkWuSQLiKrtmWYO8R2JbAg4HHeDDndyta4mvOMbU2ghO+yUK7UheHT3ntYVfg>. Acesso em: 30 jan. 2025.

GARDNER, Howard. **Inteligências múltiplas: a teoria na prática**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

GODOY, Vanessa Noll; FERRARI, Ana Josefina. **Aprendizagem na educação do campo**. Universidade Federal do Paraná, 2011. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/bitstream/handle/1884/54421/R%20-%20E%20-%20VANESSA%20NOLL%20GODOY.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 29 ago. 2024.

GOLEMAN, Daniel. **Inteligência emocional**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **População Rural e Urbana**. Disponível em: <https://atlasescolar.ibge.gov.br/brasil/urbanizacao/21912-populacao-rural-e-urbana>. Acesso em: 22 jul. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE METEOROLOGIA – INMET. **Estação Chuvosa em Minas Gerais**. Disponível em: https://portal.inmet.gov.br/uploads/notastecnicas/Nota_tecnica_CEDEC_04_17.pdf. Acesso em: 22 jul. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. **Nível Socioeconômico (INSE)**. Disponível em:

<https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/nivel-socioeconomico>. Acesso em: 21 de jan. 2023.

LIMA, Elmo de Souza. **Educação do campo, currículo e diversidades culturais**. Espaço do Currículo. v.6, n.3, p.608-619, setembro a dezembro de 2013. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/321705792_EDUCACAO_DO_CAMPO_CURRICULO_E_DIVERSIDADES_CULTURAIS. Acesso em: 21 out. 2023.

LÜCK, Heloísa. **A Prática Pedagógica e o Contexto Escolar**. São Paulo: Summus, 2000.

MELO JÚNIOR, A. L. de; MORAIS, R. de. **Estudo de caso como estratégia de investigação qualitativa em educação**. Ensaios Pedagógicos, [S. l.], v. 2, n. 1, p. p.26–33, 2018. Disponível em:

<https://www.ensaiospedagogicos.ufscar.br/index.php/ENP/article/view/59>. Acesso em: 2 set. 2023.

MINAS GERAIS. **Decreto Estadual nº 46.233, de 30 de abril de 2013**. Altera o Decreto no 46.218, de 16 de abril de 2013, que cria a Comissão Permanente de Educação do Campo em Minas Gerais. Minas Gerais: SEE, 2013. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1XMhbuJLxsin4Hi5K84uQN2t4HhsJ_xuX/view. Acesso em: 20 jan. 2023.

MINAS GERAIS. **Diretrizes para a Educação do Campo**. Minas Gerais: SEE, 2016. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1XMhbuJLxsin4Hi5K84uQN2t4HhsJ_xuX/view. Acesso em: 20 jan. 2023.

MINAS GERAIS. **Parecer do Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais nº 885/2015, de 26 de novembro de 2015**. Examina expediente de interesse da Secretaria de Estado da Educação – “Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo de Minas Gerais”. Minas Gerais: SEE, 2015.

Disponível em:

https://drive.google.com/file/d/1XMhbuJLxsin4Hi5K84uQN2t4HhsJ_xuX/view. Acesso em: 20 jan. 2023.

MINAS GERAIS. **Resolução SEE nº 2.031, de 26 de janeiro de 2012**. Cria Grupo de Trabalho Educação do Campo em Minas Gerais. Minas Gerais: SEE, 2012.

Disponível em:

http://crv.educacao.mg.gov.br/aveonline40/banco_objetos_crv/%7B09905D45-5DB0-4B821C95F47B45ADA70%7D_RESOLU%C3%87%C3%83OSEEN%C2%BA202.031.pdf. Acesso em: 20 jan. 2023

MINAS GERAIS. **Resolução SEE nº 2.820, de 11 de dezembro de 2015**. Institui as Diretrizes para a Educação Básica nas escolas do campo de Minas Gerais. Minas Gerais: SEE, 2015.

Disponível em: <https://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/2820-15-r.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2023.

MINAS GERAIS. **Resolução SEE nº 4.692, de 29 de dezembro de 2021**. Dispõe sobre a organização e o funcionamento do ensino nas Escolas Estaduais de Educação Básica de Minas Gerais e dá outras providências. Minas Gerais: SEE, 2021. Disponível em: <https://acervodenoticias.educacao.mg.gov.br/images/documentos/RESOLU%C3%87%C3%83O%20SEE%20N%C2%BA%204.692,%20DE%2029%20DE%20DEZEMBRO%20DE%202021.pdf>. Acesso em 01 dez. 2022.

MINAS GERAIS. **Resolução SEE nº 4.459, de 10 de janeiro de 2018**. Estabelece normas para a organização do calendário escolar das escolas da rede estadual de ensino, com foco nas escolas do campo. Minas Gerais: SEE, 2018. Disponível em: <http://www.sre.mg.gov.br>. Acesso em: 15 jan. 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2017.

MONTESSORI, Maria. **A descoberta da criança**. São Paulo: Victor Civita, 1967.

MOURA, Maria das Graças. **Educação no Campo: Desafios e Possibilidades**. São Paulo: Cortez, 2015.

PEREIRA, Patrícia Barbosa; WERLANG, Jair. **Educação do campo, CTS, Paulo Freire e currículo: pesquisas, confluências e aproximações**. Ciência & Educação. Bauru, v. 27, e21016, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1516-731320210016>. Acesso em: 21 out. 2023.

PERRENOUD, Philippe. **Desenvolvimento profissional e novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

PERRIN, Philippe. **Formação de Professores e Práticas Pedagógicas: Os Caminhos da Formação**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

PIAGET, Jean. **A Psicologia da Criança**. Tradução de M. R. do Amaral. Editora Martins Fontes, 1970.

PIMENTEL, Álamo. Prefácio. *In*: MACEDO, Roberto Sidnei. **Currículo, Diversidade e Equidade: luzes para uma educação intercristica**. Salvador: Edufba, 2007.

PORTAL QEDU. Disponível em: <https://qedu.org.br/escola/31128414-ee-padre-jose-epifanio-goncalves/>. Acesso em 01 dez. 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA LONGA, **Mapa do transporte escolar do município de Barra Longa, MG**, 2020.

RIBEIRO, Sidarta. **O oráculo da noite: a história e a ciência do sono**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SANTOS, Lucíola. A construção do currículo: seleção do conhecimento escolar. *In: Revista Salto para o futuro. Currículo: conhecimento e cultura*. Ano XIX, n. 1, abril, 2009.

SILVA, André Luiz Batista da. **A educação do campo no contexto da luta do movimento social: uma análise histórica das lutas, conquistas e resistências a partir do movimento nacional da educação do campo**. *Rev. Bras. Hist. Educ.*, vol. 20, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/rbhe.v20.2020.e112>. Acesso em: 12 set. 2023.

SILVA, Luziene Francisco da; SILVA, Valcilene Rodrigues da. Os sujeitos da educação do campo e a questão do (re)conhecimento. *In: SILVA, Alexandre Leite dos Santos; BENDINI, Juliana do Nascimento; MEIRELES, Melise Pessoa Araújo; SANTOS, Michelli Ferreira dos (org.). Educação do Campo: sujeitos, saberes e reflexões*. 1. Ed. Picos: Edufip, 2020. p. 63-90. Disponível em: https://ufpi.br/arquivos_download/arquivos/LIVRO_EDUCA%C3%87%C3%83O_DO_CAMPO_-_ALEXANDRE20200914110244.pdf. Acesso em: 21 out. 2023.

SOUZA, Maria Antônia de. **Educação do campo: políticas, práticas pedagógicas e produção científica**. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 29, n. 105, p. 1089-1111, set./dez. 2008.

SKINNER, Burrhus Frederic. **Tecnologia do ensino**. São Paulo: Herder, 1972.

TABILE, Ariete Fröhlich; JACOMETO, Marisa Claudia Durante. **Fatores influenciadores no processo de aprendizagem: um estudo de caso**. *Rev. psicopedag.*, São Paulo, vol.34, n. 103, 2017. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicoped/v34n103/08.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2024.

TARDIF, Maurice. **Saberes Docentes e Formação Profissional**. Petrópolis: Vozes, 2007.

VYGOTSKY, Lev S. **A Formação Social da Mente**. Tradução de M. L. de S. Cavalcanti. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE PERGUNTAS PARA A ENTREVISTA DOS ESTUDANTES

Pretende-se conhecer o perfil dos estudantes, o modo como eles percebem a escola e os fatores que podem gerar impactos em sua aprendizagem e possíveis formas de minimizar tais impactos

PERGUNTAS NORTEADORAS	POSSÍVEIS DESDOBRAMENTOS
BLOCO 1	
Há quanto tempo você estuda nessa escola?	Em qual série você está atualmente? Qual é distância da sua casa até a escola? Quanto tempo você demora para chegar até a escola? Quais são as características mais marcantes da escola para você? Existe alguma diferença dessa escola para outras que vocês conhecem? Quais?
Você conhece a história da Escola Estadual Padre José Epifânio Gonçalves?	Se sim, conte-nos um pouco do que você sabe.
Já ouviu falar que sobre Escola do Campo?	O que você acha que é uma Escola do Campo?
Você sabe que estuda em uma escola do Campo?	Por que você acha que essa é uma Escola do Campo?
BLOCO 2	
Um problema que afeta a escola, é a quantidade de faltas que os alunos da zona rural apresentam durante o	Existe uma diferença significativa de desempenho escolar em relação aos alunos com melhor frequência?

<p>período de chuvas, principalmente. Quais são os impactos da infrequência escolar no desempenho escolar dos alunos da zona rural?</p>	
<p>Quais são outros fatores que possivelmente possam afetar a aprendizagem dos estudantes da escola?</p>	
<p>Você percebe se a escola ou os professores têm estratégias de recuperação de conteúdo para alunos que faltam muito ou têm dificuldades de aprendizagem devido à infrequência?</p>	<p>Se sim, quais são essas estratégias? Como funciona na prática?</p>
<p>BLOCO 3</p>	
<p>De que forma a escola pode agir para minimizar os impactos da infrequência na aprendizagem dos alunos da zona rural de modo a tornar o aprendizado mais relevante para esses alunos?</p>	
<p>A utilização de tecnologias (como plataformas de ensino a distância ou materiais digitais) pode ser uma estratégia eficaz para os alunos infrequentes? Como garantir o acesso e a participação dos alunos no uso dessas tecnologias?</p>	
<p>Que tipo de recursos tecnológicos ou de aprendizagem remota poderiam ser disponibilizados para os alunos da zona rural, levando em consideração</p>	

as limitações de conectividade e infraestrutura?	
Como os professores poderiam usar ferramentas digitais ou impressas para acompanhar os alunos de forma contínua, mesmo nos períodos em que estão ausentes da escola?	
Como os professores podem estabelecer um relacionamento mais próximo com os alunos infrequentes, criando um ambiente que os acolha e incentive a participação?	

APÊNDICE B – ROTEIRO DE PERGUNTAS PARA A ENTREVISTA DOS RESPONSÁVEIS

Pretende-se conhecer o perfil dos pais, mães e/ou responsáveis, o modo como eles percebem a escola e os fatores que podem gerar impactos na aprendizagem dos estudantes, e entender o que eles pensam que possa ser possível fazer para minimizar esses possíveis impactos.

PERGUNTAS NORTEADORAS	POSSÍVEIS DESDOBRAMENTOS
BLOCO 1	
Gostaríamos de conhecer um pouco sobre você. Você poderia se apresentar, por favor?	Você costuma frequentar essa escola? Em qual momento, geralmente, você vem até a escola?
Há quanto tempo seu filho estuda nessa escola?	Em qual série ele está atualmente? Qual é a distância da sua casa até a escola? Quanto tempo o seu filho demora para chegar até a escola?
Quais são as maiores dificuldades que ele enfrenta para chegar à escola?	Essas dificuldades podem afetar o aprendizado deles?
Você conhece a história da Escola Estadual Padre José Epifânio Gonçalves?	Se sim, conte-nos um pouco do que você sabe.
Já ouviu falar que sobre Escola do Campo?	O que você acha que é uma Escola do Campo?
Você sabe que seu filho estuda em uma escola do Campo?	Por que você acha que essa é uma Escola do Campo?
BLOCO 2	

<p>Um problema que afeta a escola, é a quantidade de faltas que os alunos da zona rural apresentam durante o período de chuvas, principalmente. Quais são os impactos da infrequência escolar no desempenho escolar dos alunos da zona rural?</p>	<p>Existe uma diferença significativa de desempenho escolar em relação aos alunos com melhor frequência?</p>
<p>Quais são outros fatores que possivelmente possam afetar a aprendizagem dos estudantes da escola?</p>	
<p>BLOCO 3</p>	
<p>De que forma a escola pode agir para minimizar os impactos da infrequência na aprendizagem dos alunos da zona rural de modo a tornar o aprendizado mais relevante para esses alunos?</p>	
<p>A utilização de tecnologias (como plataformas de ensino a distância ou materiais digitais) pode ser uma estratégia eficaz para os alunos infrequentes? Como garantir o acesso e a participação dos alunos no uso dessas tecnologias?</p>	
<p>Que tipo de recursos tecnológicos ou de aprendizagem remota poderiam ser disponibilizados para os alunos da zona rural, levando em consideração as limitações de conectividade e infraestrutura?</p>	

<p>Como os professores poderiam usar ferramentas digitais ou impressas para acompanhar os alunos de forma contínua, mesmo nos períodos em que estão ausentes da escola?</p>	
<p>Como os professores podem estabelecer um relacionamento mais próximo com os alunos infrequentes, criando um ambiente que os acolha e incentive a participação?</p>	

APÊNDICE C – ROTEIRO DE PERGUNTAS PARA A ENTREVISTA DOS PROFESSORES

Pretende-se conhecer o perfil dos professores, o modo como eles percebem a escola e os fatores que podem gerar impactos na aprendizagem dos estudantes, bem como a forma como agem diante de possíveis desafios enfrentados pela escola no sentido de ofertar as mesmas oportunidades de aprendizagem a todos os estudantes.

PERGUNTAS NORTEADORAS	POSSÍVEIS DESDOBRAMENTOS
<p>Fale um pouco sobre você, qual é a sua formação?</p> <p>Conte um pouco sobre sua trajetória profissional e perspectivas em relação à profissão.</p> <p>Há quanto tempo vocês lecionam nessa escola?</p>	<p>Em qual/ quais turnos vocês lecionam atualmente?</p>
<p>Você conhece a história da Escola Estadual Padre José Epifânio Gonçalves?</p>	<p>Se sim, conte-nos um pouco do que você sabe.</p>
<p>Já ouviu falar sobre Escola do Campo?</p>	<p>O que você acha que é uma Escola do Campo?</p>
<p>Você sabe que essa é uma escola do Campo?</p>	<p>Por que você acha que essa é uma Escola do Campo?</p>
BLOCO 2	
<p>Um problema que afeta a escola, é a quantidade de faltas que os alunos da zona rural apresentam durante o período de chuvas, principalmente. Quais são os impactos da</p>	<p>Existe uma diferença significativa de desempenho escolar em relação aos alunos com melhor frequência?</p>

<p>infrequência escolar no desempenho escolar dos alunos da zona rural?</p>	
<p>Quais são outros fatores que possivelmente possam afetar a aprendizagem dos estudantes da escola?</p>	
<p>BLOCO 3</p>	
<p>De que forma a escola pode agir para minimizar os impactos da infrequência na aprendizagem dos alunos da zona rural de modo a tornar o aprendizado mais relevante para esses alunos?</p>	
<p>A utilização de tecnologias (como plataformas de ensino a distância ou materiais digitais) pode ser uma estratégia eficaz para os alunos infrequentes? Como garantir o acesso e a participação dos alunos no uso dessas tecnologias?</p>	
<p>Que tipo de recursos tecnológicos ou de aprendizagem remota poderiam ser disponibilizados para os alunos da zona rural, levando em consideração as limitações de conectividade e infraestrutura?</p>	
<p>Como os professores poderiam usar ferramentas digitais ou impressas para acompanhar os alunos de forma contínua, mesmo nos períodos em que estão ausentes da escola?</p>	

<p>Como os professores podem estabelecer um relacionamento mais próximo com os alunos infrequentes, criando um ambiente que os acolha e incentive a participação?</p>	
---	--

APÊNDICE D – ROTEIRO DE PERGUNTAS PARA A ENTREVISTA DOS GESTORES

Pretende-se conhecer o perfil dos gestores, o modo como eles percebem a escola e os fatores que podem gerar impactos na aprendizagem dos estudantes, bem como a forma como agem diante de possíveis desafios enfrentados pela escola no sentido de ofertar as mesmas oportunidades de aprendizagem a todos os estudantes.

PERGUNTAS NORTEADORAS	POSSÍVEIS DESDOBRAMENTOS
BLOCO 1	
Fale um pouco sobre você, sua formação, trajetória profissional e perspectivas em relação à profissão. Há quanto tempo vocês estão na gestão desta escola?	Em qual/quais turnos vocês trabalham atualmente? Já trabalharam em outros turnos?
Você conhece a história da Escola Estadual Padre José Epifânio Gonçalves?	Se sim, conte-nos um pouco do que você sabe.
Já ouviu falar que sobre Escola do Campo?	O que você acha que é uma Escola do Campo?
Por que você acha que essa é uma Escola do Campo?	
BLOCO 2	
Um problema que afeta a escola, é a quantidade de faltas que os alunos da zona rural apresentam durante o período de chuvas, principalmente. Em que sentido esses alunos são mais prejudicados?	Você sabe quanto tempo em média esses alunos demoram para chegar até a escola? Como a infrequência afeta a aprendizagem desses alunos?

	Quais as ações da escola no sentido de tentar diminuir os prejuízos desses alunos?
Como vocês agem para minimizar os impactos do grande número de faltas dos alunos da zona rural?	Quais são as ações concretas da escola nesse sentido?
A escola tem algum projeto voltado para esses alunos, no sentido da recomposição da aprendizagem?	Se sim, detalhe esse projeto. Se não, diga o porquê.
Quais são outros fatores que possivelmente possam afetar a aprendizagem dos estudantes da escola?	
BLOCO 3	
Essa escola é uma Escola do Campo. Pensando nisso, como a gestão pode agir diante desses alunos que apresentam muitas faltas durante o ano letivo?	
A utilização de tecnologias (como plataformas de ensino a distância ou materiais digitais) pode ser uma estratégia eficaz para os alunos infrequentes? Como garantir o acesso e a participação dos alunos no uso dessas tecnologias?	
Que tipo de recursos tecnológicos ou de aprendizagem remota poderiam ser disponibilizados para os alunos da zona rural, levando em consideração	

as limitações de conectividade e infraestrutura?	
Como a escola poderia usar ferramentas digitais ou impressas para acompanhar os alunos de forma contínua, mesmo nos períodos em que estão ausentes da escola?	
Como os professores podem estabelecer um relacionamento mais próximo com os alunos infrequentes, criando um ambiente que os acolha e incentive a participação?	

APÊNDICE E – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM OS ESTUDANTES

Identificação: Estudante Zona Rural (EZR) e Estudante Zona Urbana (EZO)

Estudante EZR

Entrevistadora: Bom dia! Estamos recebendo aqui um estudante morados de uma comunidade da zona rural de Barra Longa para uma entrevista que vai ajudar na pesquisa de mestrado em gestão e avaliação da educação pública da Universidade Federal de Juiz de Fora. Como já conversamos, você pode responder do seu jeito e se quiser parar ou não responder alguma coisa é só me avisar. Vamos lá...Há quanto tempo você estuda nessa escola?

EZR: Comecei no 6º ano.

Entrevistadora: Em qual série você está atualmente?

EZR: Passei pro 3º ano agora.

Entrevistadora: Qual é distância da sua casa até a escola?

EZR: É bem longe...acho que dá uns 36 Km.

Entrevistadora: Quanto tempo você demora para chegar até a escola?

EZR: Umas duas horas mais ou menos...a gente sai de casa 5 horas da manhã e chega aqui quase 7.

Entrevistadora: Quais são as características mais marcantes da escola para você?

EZR: Ah...tipo assim...eu gosto daqui...gosto dos professores...aqui é legal, a merenda é gostosa...mas tem uns menino bagunceiro, aí a gente acaba ficando como bagunceiro também. As festas juninas são boas...mas muitas vezes nós não participa por causa do transporte. Tem os jogos

interclasse...tipo...tem muita coisa boa, só que a gente não aproveita muito.

Entrevistadora: Existe alguma diferença dessa escola para outras que você conhece? Quais?

EZR: Só conheço a escola que estudei antes...estudei lá até o 5º ano, aqui é bem maior, tem muito mais coisas, mais professores, alunos, matérias pra estudar...é mais difícil.

Entrevistadora: Você conhece a história da Escola Estadual Padre José Epifânio Gonçalves? Se sim, conte-nos um pouco do que você sabe.

EZR: Não conheço bem, só sei que...o nome é por causa do padre, né? Tem a pintura dele na parede...todo ano tem comemoração por causa dele...mas só sei isso...

Entrevistadora: Já ouviu falar que sobre Escola do Campo?

EZR: Já...uma vez a professora de artes falou isso pra gente na sala.

Entrevistadora: O que você acha que é uma Escola do Campo?

EZR: Ah...tipo assim...acho que tem muito aluno da roça...mais da roça que da rua, eu lembro disso...da professora falando...

Entrevistadora: Você sabe que estuda em uma escola do Campo?

EZR: Sei.

Entrevistadora: Por que você acha que essa é uma Escola do Campo?

EZR: Porque tem muito aluno da roça...que mora longe.

Entrevistadora: Um problema que afeta a escola, é a quantidade de faltas que os alunos da zona rural apresentam durante o período de chuvas, principalmente. Quais são os impactos da infrequência escolar no desempenho escolar dos alunos da zona rural?

EZR: A gente que vem da roça perde muita aula...depois tem que correr atrás...as notas ficam baixas...tem que fazer recuperação...muitos colegas acabam perdendo o ano.

Entrevistadora: Existe uma diferença significativa de desempenho escolar em relação aos alunos com melhor frequência?

EZR: Existe...na minha sala, por exemplo, os alunos da rua têm nota melhor, pode fazer trabalho em grupo...não perde tanta explicação do professor...tem mais facilidade.

Entrevistadora: Quais são outros fatores que possivelmente possam afetar a aprendizagem dos estudantes da escola?

EZR: Não sei...pode ser falta de interesse de alguns que só vem pra escola brincar...

Entrevistadora: Você percebe se a escola ou os professores têm estratégias de recuperação de conteúdo para alunos que faltam muito ou têm dificuldades de aprendizagem devido à infrequência? Se sim, quais são essas estratégias? Como funciona na prática?

EZR: Os professores repetem as provas e os trabalhos...às vezes dão revisão...pedem pra gente estudar em casa...pegar matéria com o colega...isso.

Entrevistadora: De que forma a escola pode agir para minimizar os impactos da

infrequência na aprendizagem dos alunos da zona rural de modo a tornar o aprendizado mais relevante para esses alunos?

EZR: Dando mais explicação da matéria quando a gente volta pra aula. Entrevistadora: A utilização de tecnologias (como plataformas de ensino a distância ou materiais digitais) pode ser uma estratégia eficaz para os alunos infrequentes? Como garantir o acesso e a participação dos alunos no uso dessas tecnologias?

EZR: Pode...a escola podia deixar a gente usar mais o laboratório de informática...pra ver vídeo aula...fazer pesquisa...porque nem todo mundo tem internet em casa.

Entrevistadora: Que tipo de recursos tecnológicos ou de aprendizagem remota poderiam ser disponibilizados para os alunos da zona rural, levando em consideração as limitações de conectividade e infraestrutura?

EZR: Grupos de whatsapp com os professores...eles iam mandando a matéria e a gente que tivesse internet podia ir estudando em casa.

Entrevistadora: Como os professores poderiam usar ferramentas digitais ou impressas para acompanhar os alunos de forma contínua, mesmo nos períodos em que estão ausentes da escola?

EZR: Dando exercício pra gente ir fazendo em casa...corrigindo no grupo de whatsapp e também quando a gente voltasse pra escola.

Entrevistadora: Como os professores podem estabelecer um relacionamento mais próximo com os alunos infrequentes, criando um ambiente que os acolha e incentive a participação?

EZR: Sendo mais próximos da gente...tentando entender que a gente não falta porque quer...e ajudando mais com a matéria.

Entrevistadora: Muito obrigada!

Estudante EZU

Entrevistadora: Bom dia! Estamos recebendo aqui uma estudante, moradora da zona urbana de Barra Longa para uma entrevista que vai ajudar na pesquisa de mestrado em gestão e avaliação da educação pública da Universidade Federal de Juiz de Fora. Como já te adiantei, você pode responder do seu jeito e se quiser parar ou não

responder alguma coisa pode ficar à vontade, é só me avisar. Para começar, gostaria de saber há quanto tempo você estuda nessa escola?

EZU: Bom dia, Carol! Eu estudo aqui desde o 6º ano.

Entrevistadora: Em qual série você está atualmente?

EZU: Estou indo pro 3º ano do ensino médio.

Entrevistadora: Qual é distância da sua casa até a escola?

EZU: Moro praticamente do lado da escola...é bem perto.

Entrevistadora: Quanto tempo você demora para chegar até a escola?

EZU: Uns 2 ou 3 minutos no máximo.

Entrevistadora: Quais são as características mais marcantes da escola para você?

EZU: Eu gosto muito daqui, mas o que eu mais gosto é quando tem atividades diferentes...tipo jogos interclasse, aula de música, desfile de 7 de setembro, feira cultural...essas coisas...a gente aprende mais e de um jeito mais divertido...leve...diferente da sala de aula.

Entrevistadora: Existe alguma diferença dessa escola para outras que você conhece? Quais?

EZU: A escola que eu estudei até o 5º ano era boa também. As outras que conheço são menores que a daqui...não tem tanto espaço pra fazer atividades diferentes...assim...aqui tem um espaço muito bom...um laboratório de informática com internet e nas outras não tem tudo isso.

Entrevistadora: Você conhece a história da Escola Estadual Padre José Epifânio Gonçalves? Se sim, conte-nos um pouco do que você sabe.

EZU: Mais ou menos...só sei que o padre Epifânio é patrono da escola, que ele era muito caridoso e ajudou muito a escola...acho que é por causa disso que tem o nome dele.

Entrevistadora: Já ouviu falar que sobre Escola do Campo?

EZU: Sim, já ouvi...mas não muito.

Entrevistadora: O que você acha que é uma Escola do Campo?

EZU: Humm...acho que tem mais alunos das comunidades do que daqui da rua, né?

Entrevistadora: Você sabe que estuda em uma escola do Campo?

EZU: Já ouvi falar.

Entrevistadora: Por que você acha que essa é uma Escola do Campo?

EZU: Humm...acho que é porque tem muitos alunos das comunidades rurais, uma vez a gente fez um projeto, na pandemia, e lembro de falarem isso...mas...não sei com certeza.

Entrevistadora: Um problema que afeta a escola, é a quantidade de faltas que os alunos da zona rural apresentam durante o período de chuvas, principalmente. Quais são os impactos da infrequência escolar no desempenho escolar dos alunos da zona rural?

EZU: Dá pra perceber que eles ficam prejudicados porque muitos ficam de recuperação ou com a nota na média...dá pra ver também que eles perdem coisas que às vezes não tem como recuperar...tipo...porque não dá pra fazer de novo pra eles.

Entrevistadora: O quê, por exemplo?

EZU: Ah...esse ano mesmo teve recreio junino na escola, a gente se divertiu e aprendeu ao mesmo porque teve atividades, brincadeiras educativas... e muitos perderam porque o ônibus quebrou...os jogos interclasse também muitos perderam porque choveu no dia e o ônibus não veio...essas coisas que não dá pra fazer de novo. Ah...e o JEMG...alguns alunos que iam jogar acabaram não indo por causa da distância...moram longe e não tinham como ficar aqui na rua...os jogos foram tarde em Ponte Nova e quando o ônibus chegou aqui não tinha transporte para as comunidades, então só quem tinha parente aqui conseguiu ir jogar.

Entrevistadora: Existe uma diferença significativa de desempenho escolar em relação aos alunos com melhor frequência?

EZU: Existe sim...os alunos daqui tem notas melhores e acabam pegando a matéria mais rápido porque não perdem a explicação do professor.

Entrevistadora: Quais são outros fatores que possivelmente possam afetar a aprendizagem dos estudantes da escola?

EZU: Talvez o desânimo de alguns alunos...falta de vontade de estudar. Entrevistadora: Você percebe se a escola ou os professores têm estratégias de recuperação de conteúdo para alunos que faltam muito ou têm dificuldades de aprendizagem devido à infrequência? Se sim, quais são essas estratégias? Como funciona na prática?

EZU: Humm...o que eu vejo é que os professores tentam ajudar repetindo provas e trabalhos ou até voltando na matéria...mas é difícil porque os outros alunos que já viram a matéria não tem muita paciência para esperar e acabam bagunçando a sala.

Aí fica difícil pra todo mundo, o professor acaba dando continuidade na matéria e pede pros alunos que faltaram procurarem eles se tiverem alguma dúvida.

Entrevistadora: De que forma a escola pode agir para minimizar os impactos da infrequência na aprendizagem dos alunos da zona rural de modo a tornar o aprendizado mais relevante para esses alunos?

EZU: Não sei...hum...talvez com grupo de estudo...ou grupos de whatsapp.

Entrevistadora: A utilização de tecnologias (como plataformas de ensino a distância ou materiais digitais) pode ser uma estratégia eficaz para os alunos infrequentes? Como garantir o acesso e a participação dos alunos no uso dessas tecnologias?

EZU: Muitos não têm internet em casa, a escola poderia deixar usar mais o laboratório de informática. Aí poderia dar certo.

Entrevistadora: Que tipo de recursos tecnológicos ou de aprendizagem remota poderiam ser disponibilizados para os alunos da zona rural, levando em consideração as limitações de conectividade e infraestrutura?

EZU: Grupos de whatsapp, vídeo aulas, exercícios pra fazer em casa... Entrevistadora: Como os professores poderiam usar ferramentas digitais ou impressas para acompanhar os alunos de forma contínua, mesmo nos períodos em que estão ausentes da escola?

EZU: Eles podiam criar grupos de whatsapp com a turma e passar as atividades...assim eles podiam mandar áudios com explicações e a gente também poderia ajudar. Whatsapp quase todos tem, então seria mais fácil...poucos não tem sinal onde moram.

Entrevistadora: Como os professores podem estabelecer um relacionamento mais próximo com os alunos infrequentes, criando um ambiente que os acolha e incentive a participação?

EZU: Conversando mais e procurando entender o lado do aluno também.

Entrevistadora: Muito obrigada!

APÊNDICE F – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM OS RESPONSÁVEIS

Identificação: Responsável da Zona Rural (RZR) e Responsável da Zona Urbana (RZU)

Entrevista RZR

Entrevistadora: Vamos começar a entrevista com RZR, que é mãe de dois alunos da Escola Estadual Padre José Epifânio Gonçalves, que residem na zona rural do município de Barra Longa. Bom dia! Gostaríamos de conhecer um pouco sobre você. Você poderia se apresentar favor?

RZR: Bom dia! Sou mãe dois estudantes. Um cursando... Agora vai ser o terceiro ano do ensino médio. E outra, o nono ano fundamental.

Entrevistadora: Em qual momento, geralmente, você acompanha a vida escolar de seus filhos aqui dentro da escola.

RZR: Então é, eu costumo procurar sempre a supervisora ou a direção para saber questão de comportamento em sala de aula. E também notas, é... questão de...é... participação em atividades, é... trabalhos. Enfim, a vida escolar deles toda.

Entrevistadora: Há quanto tempo seu filho estuda nessa escola? Seus filhos, né? RZR: É... Felipe tá aqui desde o sexto ano fundamental e vai terminar o terceiro ano. E Rafaela está desde o sexto ano fundamental.

Entrevistadora: E a sua casa, é longe da escola? Qual é a distância da sua casa até a escola?

RZR: 7 km. Não é muito longe quando comparado com outras comunidades.

Entrevistadora: E, seus filhos usam transporte?

RZR: Sim, usam ônibus escolar.

Entrevistadora: Quanto tempo eles demoram para chegar até a escola?

RZR: 20 minutos.

Entrevistadora: Quais são as maiores dificuldades que eles enfrentam para chegar até a escola?

RZR: Bom, somente em períodos chuvosos, né? Que é que tem essa dificuldade, porém onde a gente mora. Até aqui não está, pelo menos esse ano não teve problema o transporte.

Entrevistadora: E essas dificuldades quando acontecem, você acredita que podem afetar o aprendizado deles?

RZR: Com certeza.

Entrevistadora: Em que sentido?

RZR: Perca mesmo de matéria. Fica assim o conteúdo sem explicação do professor. Por mais que eles copiam matéria depois, aí tem dificuldade para aprender.

Entrevistadora: Essa escola que seus filhos estudam, ela tem uma história. Você conhece a história da escola estadual Padre José Epifânio Gonçalves? Se sim, pode nos contar um pouco do que você sabe?

RZR: Então eu sei que quando ela começou, parece que foi um grupo de professor da cidade que é, sim, resolveu montar essa escola e aí até então, acho que tinha até mensalidade, né? Pagava um valor considerável, aí depois não sei se passou por município, depois o estado e aí foram surgindo. Eu sei pouco mesmo da história.

Entrevistadora: E sobre escola do campo, você já ouviu falar alguma coisa sobre escola do campo?

RZR: Muito.

Entrevistadora: Você sabe então que essa escola é uma escola do campo?

RZR: Sim.

Entrevistadora: Por que que você acha que essa escola é uma escola do campo?

RZR: Porque é uma escola que o maior número de alunos é da zona rural, né? E porque nossa cidade é do interior, bem do interior, né?

Entrevistadora: Um problema que afeta essa escola é a quantidade de faltas que os alunos da zona rural apresentam durante o período de chuvas, principalmente. Quais são os impactos da infrequência escolar no desempenho dos alunos da zona rural?

RZR: Eu acredito que o maior impacto é a questão do aprendizado, porque o aluno que falta, que não pega a explicação do professor, ele não vai, não vai conseguir aprender, porque dificulta, né? O aprendizado mesmo.

Entrevistadora: Você acha que existe uma diferença significativa de desempenho escolar em relação aos alunos que têm melhor frequência?

RZR: Com certeza.

Entrevistadora: Você consegue perceber outros fatores que possivelmente possam afetar a aprendizagem dos estudantes dessa escola de um modo geral?

RZR: Outras coisas da escola, olha, a meu ver...Não, eu não acho que falta alguma coisa nessa escola especificamente. Nessa escola especificamente, eu acho que não. Eu não acho que falta é alguma coisa assim, por exemplo, de infraestrutura, de professores. Acho que não. Acho que o maior impacto mesmo seria esse.

Entrevistadora: Pensando nisso, você acha que a escola pode agir de alguma forma para minimizar esses impactos e tornar esse aprendizado mais relevante para os alunos infrequentes?

RZR: Então, se a frequência for por causa do transporte ou do acesso à escola em períodos chuvosos, por exemplo, eu tive, já tive essa ideia de montar grupos em que os professores se empenhassem em fazer grupos de estudo, por exemplo. Os alunos do Bonsucesso não participaram essa semana, então vou fazer um grupo a cada 30 minutos que fosse, o professor passasse o conteúdo daquela semana para os alunos online.

Entrevistadora: A utilização de tecnologias como plataformas de ensino a distância, materiais digitais pode ser uma estratégia eficaz pelos alunos infrequentes. Existe alguma forma de garantir o acesso e a participação desses alunos no uso dessas tecnologias?

RZR: Então, é a internet. Hoje em dia, acho que ela já atingiu quase todas as zonas rurais daqui, mas não significa que todos tenham acesso, então, mas eu acredito que vamos colocar 70%. Tem claro que vai ter uma margem de alunos que vão ficar ainda pra gente.

Entrevistadora: E que tipo de recursos tecnológicos ou de aprendizagem remota e poderiam ser disponibilizados para os alunos da zona rural, levando em consideração as limitações de conectividade de infraestrutura.

RZR: Então aí é complicado. Falei, se tiver internet, todo mundo tem acesso, mas alguns não terão. E aí a possibilidade seria isso, de fazer grupos de estudos online com a participação dos professores.

Entrevistadora: Como os professores poderiam usar ferramentas digitais ou impressas para acompanhar os alunos de forma contínua, mesmo nos períodos em que eles estão ausentes da escola?

RZR: Criar grupos de estudo online para poder acompanhar o desempenho desses alunos, para poder garantir que esses alunos tenham acesso aos conteúdos.

Eu acho que seria só através disso e disponibilizado o material impresso para que eles estudassem em casa e desse o retorno pro professor, mas seria limitado também.

Entrevistadora: Como os professores podem estabelecer um relacionamento mais próximo com os alunos infrequentes, criando um ambiente que usa colcha e incentive a participação?

RZR: Também seria online, com os formulários do google, grupos de whatsapp, seria uma forma diferente e atraente.

Entrevistadora: Muito obrigada!

Entrevista RZU

Entrevistadora: Bom dia, estamos recebendo aqui a mãe uma estudante da escola estadual Padre José Epifânio Gonçalves, que vai nos conceder uma entrevista para o mestrado de gestão e avaliação da educação pública da Universidade Federal de Juiz de Fora. É, gostaríamos de conhecer um pouco sobre você. Você poderia se apresentar, por favor?

RZU: Bom dia, tenho 40 anos e sou mãe de uma estudante daqui.

Entrevistadora: Você costuma acompanhar a vida escolar da sua filha? Em que momento geralmente você faz isso? Como Faz?

RZU: Sim, sempre quando encontro com os professores, ou em alguma dificuldade também que ela possa ter eu entro em contato com os professores e sempre tenho esse retorno.

Entrevistadora: Quanto tempo sua filha estuda nessa escola?

RZU: Há 2 anos.

Entrevistadora: Atualmente, ela está em qual série?

RZU: Passou pra oitava.

Entrevistadora: Sua casa é muito longe da escola?

RZU: Não. É bem perto.

Entrevistadora: Quanto tempo ela demora para chegar até a escola?

RZU: De 5 a 10 minutos, porque vem devagar com as colegas...às vezes para chamar alguma coleguinha...

Entrevistadora: Você mora na zona rural ou na zona urbana?

RZU: Urbana.

Entrevistadora: Quais são as maiores dificuldades que ela enfrenta para chegar até a escola?

RZU: Não tem dificuldades.

Entrevistadora: Você conhece a história da escola estadual Padre José Epifânio Gonçalves? Se sim, conte-nos um pouco do que você sabe, por favor.

RZU: Eu estudei nessa escola, né? Hoje a minha filha estuda e assim, sobre a história mesmo da escola, não conheço.

Entrevistadora: Já ouviu falar sobre escola do campo?

RZU: Sim, que a maioria dos alunos da nossa escola é, pertence, né, a zona rural.

Entrevistadora: Então você acha que essa escola é uma escola do campo?

RZU: Por isso, sim.

Entrevistadora: Então é de seu conhecimento de que a sua filha mesmo morando na zona urbana, estuda em uma escola do campo?

RZU: Sim.

Entrevistadora: Um problema que afeta a escola, é a quantidade de faltas que os alunos da zona rural apresentam durante o período de chuvas, principalmente. Quais são os impactos da infrequência escolar no desempenho desses alunos? Você acha que os alunos que faltam muito sofrem impactos com relação à aprendizagem?

RZU: Sim, todo momento que o aluno deixa de frequentar, né, já prejudica. Um dia, um dia já perde um aprendizado, né?

Entrevistadora: Você acredita que possa existir uma diferença significativa no desempenho escolar em relação aos alunos com melhor frequência?

RZU: Sim.

Entrevistadora: Quais são os outros fatores que possivelmente podem afetar a aprendizagem dos estudantes na escola?

RZU: A falta de interesse dos próprios alunos em relação às atividades feitas na sala, de levar para casa, de fazer em casa, do retorno dessas atividades para o professor.

Entrevistadora: De que forma a escola pode agir para minimizar os impactos da infrequência na aprendizagem dos alunos da zona rural, de modo a tornar o aprendizado mais relevante para esses alunos?

RZU: Tentando, não sei bem como, recuperar o conteúdo perdido. Entrevistadora:

A recomposição de aprendizagem, a utilização de tecnologias como plataforma de ensino a distância, materiais digitais pode ser uma estratégia eficaz para os alunos infrequentes. Como garantir o acesso e a participação dos alunos no uso dessas tecnologias?

RZU: Apesar de algumas dificuldades acho que no laboratório de informática poderia ser feito alguma coisa para eles.

Entrevistadora: Que tipo de recursos tecnológicos e aprendizagem remota poderiam ser disponibilizados para os alunos da zona rural, levando em consideração as limitações de conectividade e infraestrutura?

RZU: Grupos de WhatsApp, vídeo aula, exercícios impressos.

Entrevistadora: Como os professores poderiam usar ferramentas digitais ou impressas para acompanhar os alunos de forma contínua, mesmo nos períodos em que estão ausentes da escola?

RZU: Contatos pelo WhatsApp... busca ativa...exercícios pra fazer em casa...

Entrevistadora: Como os professores podem estabelecer um relacionamento mais próximo com os alunos infrequentes, criando um ambiente que os acolha e incentive a participação?

RZU: Acolhimento no momento em que eles retornam.

Entrevistadora: Muito obrigada!

APÊNDICE G – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM OS PROFESSORES

Identificação: Professor 1 (P1) e Professor 2 (P2)

Entrevista P1

Entrevistadora: Estamos recebendo aqui o professor P1, da Escola Estadual Padre José Epifânio Gonçalves, que vai nos conceder uma entrevista pro mestrado em gestão e avaliação da educação pública da Universidade Federal de Juiz de Fora. Bom dia! Para começar, fale um pouco sobre você. Qual é sua formação, sua trajetória profissional, perspectivas em relação à profissão?

P1: Sou formado em química na Uniube e em história pela FAVAP. E agora eu estou terminando a faculdade de direito. Já venho atuando aqui há 25 anos, entendeu? E sou de Dom Silvério, vim para Barra Longa com 10 anos.

Entrevistadora: Qual o conteúdo você leciona hoje?

P1: Hoje leciono história, né? Mas já trabalhei em química, sociologia, filosofia, matemática, hoje história.

Entrevistadora: E em qual turno você leciona atualmente?

P1: No turno da manhã.

Entrevistadora: Você conhece um pouco da história da Escola Estadual Padre José Epifânio Gonçalves?

P1: Ah Carol, conheço assim pouco, não é? Sei que é uma escola do campo que atende 27 povoados hoje, não é? E uma parte dos alunos que estudam são do centro da cidade, mas a maior parte dos alunos, eles vem da zona rural e sei que a escola nossa, que tem como patrono Padre Epifânio porque foi ele que deu início aqui à escola.

Entrevistadora: E o que que você acha que é uma escola do campo?

P1: É uma escola que tem de atender aos alunos que vem da zona rural através de transporte, entendeu? É basicamente, são alunos que vêm até mesmo da nossa região. Hoje aqui nós temos regiões quilombolas e escola também atende esses alunos.

Entrevistadora: Um problema que afeta a escola é a quantidade de faltas que os alunos da zona rural apresentam durante o ano letivo, durante o ano letivo, no período

de chuva, principalmente. Quais são os impactos da infrequência escolar no desempenho desses alunos da zona rural?

P1: Pô, cara, quando a gente fecha o ano letivo, que a gente fecha o diário, o DED, você consegue perceber que essa quantidade é falta de alunos. É devido ao transporte, mas a questão mesmo é, porque como nossa é uma escola do campo no período de novembro, dezembro, que é o período que chove mais, eles não tem estrada, são muitos que não conseguem chegar aqui por causa de estrada, entendeu? É a distância que eles estão da escola até a casa deles. E a maioria é só um estradas que hoje não tem, não são calçadas, não é?

Entrevistadora: Existe uma diferença significativa de desempenho escolar em relação aos alunos com melhor frequência?

P1: O Carol, eu assim é. Não acredito muito nessa questão, não. Eu acho que isso vem de cada aluno da família, né? Acompanhamento familiar sabe porque nós temos muita alunos que são do campo, não é que tem um desempenho ótimo, entendeu? Mas tem notas boas. Como tem muitos alunos aqui dentro da zona urbana, que não tem notas muito boas. Mas isso é, pode ser, sim, porque são de tecnologia, mas a escola nossa hoje aqui ela já tem também é computadores, acesso ao Wi-Fi, então isso aí ajuda bastante. Mas eu acho que essa relação do aluno do campo, é claro que eles pedem muito quando não vem aula, não é? Mas não interfere muito, não.

Entrevistadora: Você consegue perceber outros fatores que possam afetar a aprendizagem dos estudantes nessa escola?

P1: A gente percebe a falta da família, hoje ela está deixando a desejar um pouco não acompanha os alunos até mesmo em casa, sabia? Relação com o comportamento deles nas escolas. Eu acho que é mais questão familiar, é o núcleo familiar.

Entrevistadora: De que forma a escola pode agir para minimizar os impactos da infrequência na aprendizagem dos alunos da zona rural? De modo a garantir um aprendizado mais relevante para esses alunos?

P1: Olha o que a gente tem de fazer aqui, Carol, é nesse período que nós conseguimos perceber que estão faltando é dá material para eles possam estar estudando em casa, entendeu? Ajudando e conversando com a família para que eles possam estar fazendo atividades em casa. E na aula seguinte, assim que eles retornam, a gente faz o acompanhamento com eles, porque eles estudaram em casa.

Entrevistadora: Você acha que a utilização de tecnologias como plataformas de ensino a distância, materiais digitais pode ser uma estratégia eficaz para os alunos infrequentes, como que a escola pode garantir esse acesso e a participação dos alunos no uso dessas tecnologias?

P1: O Carol isso aí tende ajudar muito, sim. Esse uso por meio de computadores, celulares, mas aí a gente que muitas vezes na zona rural eles não têm acesso à internet. Então isso aí pode dificultar um pouco.

Entrevistadora: Quando eles retornam à escola, tem alguma forma de fazer com que eles tenham acesso às plataformas digitais?

P1: Sim, sim, sim. A Padre Epifânio, hoje ela tem esses é, tem computadores, né? Tem internet. Nós temos horários que nós descemos com os alunos para sala de informática. Vou trabalhar com eles, então isso aí contribui muito.

Entrevistadora: E que tipo de recursos tecnológicos ou de aprendizagem remota poderiam ser disponibilizados para os alunos da zona rural, levando em consideração as limitações de conectividade e infraestrutura?

P1: Aí já é, igual te falei, já é mais complicado, né? Porque a maioria desses alunos eles não têm é internet em casa. O que que pode ser feito, que nós fazemos muito, é que quando você cria um grupo de alunos, através do WhatsApp, esses alunos baixam vídeos nos celulares deles. Aí eles podem assistir esses vídeos em casa.

Entrevistadora: Como os professores poderiam usar?

P1: É, mas aí é essa questão. Isso é mais complicado por causa da internet. Então o que eu faço é isso. Eu peço eles que baixam vídeos nos celulares e assiste em casa. Aí na aula seguinte a gente vai acompanhar com eles. os vídeos que eles assistirem em casa.

Entrevistadora: E como os professores podem estabelecer um relacionamento mais próximo com os alunos infrequentes, criando um ambiente que usa a colher e incentiva a participação.

P1: Essa pergunta ela é mais complicada, Carol, porque o que que acontece é que hoje nós temos a escola com uma diversidade de cultura danada, não é, mas a gente faz palestra com eles, é sobre... é... É mais complicada essa resposta, caramba.

Entrevistadora: É a questão do acolhimento mesmo, o que eu quero saber é como acolher esses alunos? Os alunos que são, que vem, da zona rural e que muitas vezes não se percebem como pertencentes a escola. Assim, tem alguma forma de

tratamento para que eles se sintam acolhidos, como por exemplo, revisão de matéria, etc...

P1: Eu vou te falar a gente trabalhar com eles o conteúdo do livro didático e tenta trabalhar também um pouco da história deles deixando eles traçarem as suas histórias, para que a gente também possa ter um conhecimento da região deles. Acho que é isso.

Entrevistadora: Muito obrigada!

Entrevista P2

Entrevistadora: Bom dia, estamos recebendo aqui a professora P2 para nos conceder uma entrevista para o mestrado em gestão e avaliação da educação pública da Universidade Federal de Juiz de Fora. Bom dia! Você poderia falar um pouquinho sobre a sua formação, sobre sua trajetória, perspectiva em relação em relação à profissão, por favor.

P2: Bom dia! Eu sou formada em filosofia na UFOP, em biologia também e pedagogia. Eu atuo como professora e é uma área que eu gosto muito, que eu me identifico bastante.

Entrevistadora: Há quanto tempo você leciona nessa escola?

P2: Desde 2005 que eu leciono com ciências. E a partir de 2006, também com filosofia.

Entrevistadora: Em qual turno você atua, leciona atualmente?

P2: No turno da manhã e à tarde.

Entrevistadora: Você conhece um pouco da história da Escola Estadual Padre José Epifânio Gonçalves?

P2: Conheço bem pouco, mas é o nome da escola, né? Foi por conta de um padre é que veio para nossa cidade de Barra Longa. Ele era de Ouro Preto e era um padre é muito humano, muito íntegro, gostava muito de brincar, principalmente com as crianças. E ele acabou vivendo, não é? Até perder a vida aqui em Barra Longa mesmo e foi muito atuante, né? Na nossa, na nossa cidade.

Entrevistadora: Você já ouviu falar sobre escola do campo? P2:

Sim, já ouvi falar na escola do campo. É uma escola que prioriza, né? Principalmente os meninos da zona rural. E nós aqui de Barra Longa, nossa escola é uma escola do

campo, justamente porque nós temos uma demanda muito grande de estudante, que é da zona rural.

Entrevistadora: Um problema que afeta a escola é a quantidade de faltas que os alunos da zona rural apresentam durante o período de chuvas, principalmente. Quais são os impactos da infrequência escolar no desempenho desses alunos da zona rural?

P2: É, infelizmente a maioria dos nossos estudantes são da zona rural e principalmente nos dias chuvosos, esses estudantes, eles perdem muito, perdem prova porque não tem acesso, né? As estradas ficam muito ruim e muitos eles até, coitados, eles tentam vim de moto é de moto, de carro, de algum outro transporte, um pouco a cavalo, mas é muito, muito difícil para eles. E eles perdem demais, perdem muitas aulas, né? Ficam bastante prejudicados. Às vezes é um momento que a gente prepara aí um trabalho de uma forma mais dinâmica na escola e eles acabam perdendo tudo porque não conseguem, não tem acesso, né?

Entrevistadora: Existe uma diferença significativa de desempenho escolar em relação aos alunos com melhor frequência?

P2: Sim, é o que mais, né? Quanto mais o aluno vem aula, mas ele aprende, um dia que eles pedem de aula é significa muito. É muito impactante na vida deles, né? Então, eles perdem muito. Infelizmente, os nossos estudantes aqui de Barra Longa, principalmente da zona rural, eles ficam muito defasados na carga horária, no aprendizado, porque é por motivos de estrada mesmo. Eles não conseguem chegar às escolas.

Entrevistadora: Quais são os outros fatores que possivelmente podem afetar a aprendizagem dos estudantes na escola?

P2: O fato, né, dos nossos estudantes terem a maioria dos professores do fundamental 1 aqui da zona urbana, então a questão ainda do... do transporte, da das estradas, né? Porque a estrada é de Terra e quando chove eles não conseguem ter esse acesso para ir dar aula pra esses meninos...os do fundamental 1, que estudam nas próprias comunidades, em escolas municipais. Então por isso, a defasagem escolar e ainda é o nosso maior problema, porque muitos chegam no 6º ano ano sem saber ler e escrever direito.

Entrevistadora: De que forma a escola pode agir para minimizar os impactos da infrequência na aprendizagem dos alunos da zona rural, de modo a tornar o aprendizado mais relevante para esses alunos?

P2: É, Eu Acredito que ajudando esses estudantes terem mais acesso, então eu acredito que através do calendário, eu acho que nós, como nós somos escola do campo, nós deveríamos, em períodos chuvosos, estar de férias, né? Enquanto é fora desse período, está em sala de aula para que esses estudantes, principalmente da zona rural, eles não se sintam defasado e eles não tenham esse problema de aprendizado.

Entrevistadora: A utilização de tecnologias como plataformas de ensino a distância e materiais digitais podem ser uma estratégia eficaz para os alunos infrequentes, como garantir o acesso e a participação dos alunos no uso dessas tecnologias.

P2: É a utilização de tecnologias, é um dos recursos muito eficazes. É, os alunos adoram, gostam muito, aprendem bastante. Então eu acredito que é um dos recursos que tem maior eficácia, né?

Entrevistadora: Que tipo de recursos tecnológicos ou de aprendizagem remota poderiam ser disponibilizados para os alunos da zona rural, levando em consideração as limitações de conectividade e infraestrutura?

P2: É, grupos de WhatsApp, porque eles se interagem, né? De uma comunidade a outra, se sentem mais participativo através dos jogos interativos vídeo aulas, banco de questões. Isso faz com que os meninos, eles interagem, aprendem muito, muito, muito.

Entrevistadora: E como os professores poderiam usar ferramentas digitais ou impressas para acompanhar os alunos de forma contínua, mesmo nos períodos em que estão ausentes da escola?

P2: É, Eu Acredito que através, né, dessa plataforma, dessa utilização mesmo de tecnologia, onde os professores vão continuar tendo é contato com esses estudantes. O aluno entre outros estudantes, então há essa interatividade.

Essa participação é virtual. Ela se faz muito eficaz, muito importante.

Entrevistadora: Como os professores podem estabelecer um relacionamento mais próximo com os alunos infrequentes, criando um ambiente que os acolha e incentive a participação?

P2: O professor, ele ajuda muito nessa questão da busca ativa. Ele tem contato com outros estudantes, eles é que fazem esse intermédio, buscando sanar essa falta desses estudantes trazendo eles de volta pra escola.

Entrevistadora: Muito obrigada!

APÊNDICE H – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM OS GESTORES

Identificação: Gestor 1 (G1) e Gestor 2 (G2)

Entrevista G1

Entrevistadora: Bom dia, estamos aqui com G1 e vamos fazer algumas perguntas para ela sobre a escola. É...fale um pouco sobre você, sua formação, trajetória profissional e perspectivas em relação à profissão, por favor!

G1: Bom dia, eu sou formada em ciências biológicas. É, nesse ano eu estou na gestão.

Entrevistadora: Você está nesse ano, mas já esteve em algum outro momento, em algum cargo de gestão?

G1: Primeira vez que eu tô na área de gestão.

Entrevistadora: É, você trabalha em qual turno?

G1: Eu trabalho de 7 até 1 da tarde, né? Um pouco manhã e um pedaço da tarde.

Entrevistadora: Já trabalhou em outro turno aqui na escola?

G1: Como professora, sim, já trabalhei à noite.

Entrevistadora: Você conhece a história dessa escola?

G1: Conheço pouco dela.

Entrevistadora: Você pode contar pra gente um pouquinho do que você conhece?

G1: O que eu já ouvi falar que foi um padre, né? Tanto é que a gente carrega o nome do Padre José Epifânio Gonçalves, que com o intuito de ajudar algumas pessoas criou a escola e que traziam pessoas nem para ensinar o que ele sabia. E aí, ao decorrer dos anos, é que recebeu o nome dele, instituiu a escola.

Entrevistadora: Você já ouviu falar sobre escola do campo?

G1: Já.

Entrevistadora: Porque você acha que essa escola daqui é uma escola do campo?

G1: Eu acredito que seja reconhecida como escola do campo, porque temos muitos alunos que vem da zona rural.

Entrevistadora: Em que sentido você acredita que esses alunos são mais prejudicados?

G1: De aprendizagem, né? Como eles faltam, eles deixam as vezes de pegar o conteúdo porque os professores continuam ensinando.

Entrevistadora: Você sabe quanto tempo em média, alguns desses alunos demoram para chegar até a escola?

G1: Alguns alunos moram próximos, né? Alguns minutos, mas tem alunos que demoram em torno de 2 horas para chegar.

Entrevistadora: Como a infrequência afeta a aprendizagem desses alunos?

G1: Afeta porque perdem muitos conteúdos e explicação dos professores. E assim eles deixam de aprender.

Entrevistadora: Como vocês agem para minimizar os impactos do grande número de faltas dos alunos da zona rural?

G1: Quando é período chuvoso, né? A gente consegue justificar pelo motivo do transporte e normalmente os professores repetem, enviam as atividades como se fossem recuperações, né? Pra recuperar aquele conteúdo. Na verdade, não só em nota, mas o conteúdo.

Entrevistadora: A escola tem algum projeto voltado para esses alunos especificamente no sentido da recomposição da aprendizagem?

G1: Somente para alunos do campo, não. A gente, tem o que volta para recomposição através do governo de projetos de é de reforço pedagógico, mas assim não consegue abranger todos os alunos, não.

Entrevistadora: Essa escola é uma escola do campo. Pensando nisso, como você acha que a gestão pode agir diante desses alunos que apresentam muitas faltas durante o ano letivo?

G1: Acho que a gente tem que conhecer, né? As leis da escola do campo, que eu acho que isso ainda é pouco divulgado e inclusive não deu tempo de correr atrás de tudo isso, mas eu acho que a gente tem que começar é buscando sobre as leis e possibilidades.

Entrevistadora: A utilização de tecnologias como plataformas de ensino a distância ou materiais digitais pode ser uma estratégia eficaz para garantir a aprendizagem pelos alunos infrequentes. Como garantir o acesso e a participação desses alunos no uso dessas tecnologias?

G1: Eu acho complicado porque onde a maioria mora não tem um bom funcionamento de internet. Eu acho que eles não tem esses recursos. Eu não acredito que plataforma digital resolveria o problema.

Entrevistadora: E que tipo de recursos tecnológicos ou de aprendizagem remota poderiam ser disponibilizados para os alunos da zona rural, levando em consideração as limitações de conectividade e infraestrutura?

G1: Acredito que teria que ser material impresso, mas mesmo assim é, precisaria de professor, não é? Ele sozinho, acredito que não vão conseguir aprender. Então, assim, infelizmente, o que eu acho que precisaria acontecer é uma mudança de calendário de uma forma que se adaptasse às condições deles.

Entrevistadora: Existe alguma forma da escola usar ferramentas digitais ou impressas para acompanhar os alunos de forma contínua, mesmo nos períodos em que estão ausentes da escola?

G1: Impresso sim, né? O governo disponibiliza, nunca fomos até então e que eu conheço aqui, a gente nunca foi proibido de imprimir, mas é o que eu disse, sem professor, continua uma defasagem muito grande. Ele, o professor, é o papel principal para fazer esse ensino acontecer.

Entrevistadora: Como os professores podem estabelecer um relacionamento mais próximo com os alunos infrequentes, criando um ambiente que os acolha e incentiva a participação.

G1: Bom seria se talvez conseguíssemos ir até as localidades, mas não tem como, não é? Não tem uma forma legal de se fazer isso, então o que os professores fazem e nós, quanto escola fazemos, é quando eles retornam do período chuvoso, quando os ônibus retornam, é tentar acolher. É voltar na matéria. Às vezes não é possível ver tudo o que deveria ter sido visto no ano lá no calendário, né? No livro didático, mas a gente tenta ver o máximo que é possível. De acordo com a nossa realidade.

Entrevistadora: Existem outros fatores que possivelmente possam afetar a aprendizagem dos estudantes nessa escola.

G1: Existe uma defasagem, é de aprendizagem. Muitos alunos chegam hoje pra gente ainda com muita dificuldade de leitura, escrita, mas temos aí alguns projetos, né? Para tentar minimizar esse efeito.

Entrevistadora: Muito obrigada!

Entrevista G2

Entrevistadora: Bom dia! Eu vou entrevistar você agora para o mestrado em gestão e avaliação da educação pública pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Muito obrigada pela participação. A gente vai seguir aqui um roteiro de perguntas, que é o roteiro de entrevista dos gestores escolares. É, eu queria que você começasse falando um pouquinho sobre sua formação, sua trajetória profissional e suas perspectivas em relação à sua profissão, por favor!

G2: É. Bom dia, Carolina, eu que agradeço o convite para essa entrevista. Eu comecei na área de educação em 1999. Eu formei em pedagogia, tenho pós-graduação em supervisão, psicopedagogia, educação especial, e trabalho na escola Padre José Epifânio desde 2015. E já trabalhei também na Claudionor Lopes anteriormente em 2011, então são 15 anos de serviço na supervisão.

Entrevistadora: É há quanto tempo você está na gestão dessa escola como especialista?

G2: Desde 2015.

Entrevistadora: Em qual turno você trabalha atualmente?

G2: Eu trabalho no turno da manhã.

Entrevistadora: Já trabalhou em outro turno?

G2: Já, já sim... trabalhei no turno da tarde e da noite.

Entrevistadora: Você conhece a história da Escola Estadual Padre José Epifânio Gonçalves? Se conhece você, poderia contar um pouquinho dessa história pra gente?

G2: Conheço sim, né? É a escola, é uma escola, é estadual, né? E ela também é uma escola do campo. Que atende o do sexto ao ensino médio, EJA é educação profissionalizante. Educação especial.

Entrevistadora: A nossa próxima pergunta seria exatamente sobre escola do campo, por que que essa escola é uma escola do campo?

G2: Então é nosso...Nossos estudantes... é... a maioria deles. É, vem da zona rural, então mais ou menos 80% dos nossos estudantes eles residem na zona rural.

Entrevistadora: Um problema que afeta a escola é a quantidade de faltas que os alunos da zona rural apresentam durante o período de chuvas, principalmente. Em que sentido você acha que esses alunos são mais prejudicados?

G2: É na frequência, não é? Eles...Eles estão ali quase sem acesso às estradas. Então eles são prejudicados na frequência e na aprendizagem, os professores recompõem

aprendizagem, mas talvez não seria o suficiente para que eles é absorvam aquele conteúdo, aquela matéria que foi dada aqui no dia que eles perderam.

Entrevistadora: Você sabe quanto tempo em média, esses alunos demoram para chegar até a escola?

G2: Alguns levam de 1 a 2 horas para chegar à escola.

Entrevistadora: Como a infrequência afeta a aprendizagem desses alunos?

G2: É, é... como eu falei, é o aluno não estando presente ele...Ele não, não absorve aquela aprendizagem que foi ministrada naquele dia, então é mais difícil eles, é... absorverem.

Entrevistadora: Quais as ações da escola no sentido de tentar diminuir os prejuízos desses alunos?

G2: Fazer a recomposição de aprendizagem, fazer uma revisão da matéria não é? É colocar ali os alunos, é que não perderam as aulas para um trabalho conjunto com outros que não estão frequentes para poder minimizar essa defasagem da aprendizagem. Alguns professores fazem isso.

Entrevistadora: Essas, então, são as ações concretas que a escola faz neste sentido?

G2: Com esses alunos, sim.

Entrevistadora: E a escola tem algum outro projeto pautado para esses alunos no sentido de recomposição de aprendizagem?

G2: A escola tem o reforço escolar, o reagrupamento e tem também as intervenções feitas com as PEUB's.

Entrevistadora: Quais outros fatores que possivelmente possam afetar a aprendizagem dos estudantes da escola?

G2: É a questão da... da... daqueles alunos que precisam de uma atenção maior...É alguma deficiência, algum distúrbio que não tem laudo. E também alguns estudantes com habilidades não consolidadas para a idade lá na base, que vem com essas dificuldades até os anos finais, né? Do ensino fundamental até aí até o ensino médio.

Entrevistadora: Essa escola é uma escola do campo. Pensando nisso, como a gestão pode agir diante desses alunos que apresentam muitas faltas durante o ano letivo?

G2: É fazendo a recomposição, não é? E quando tem muitas faltas ali no final do ano faz uma reclassificação por falta, né? Porque esses alunos não podem ser, nã, devem ser prejudicado por causa de um transporte, por causa do tempo chuvoso, não é?

Entrevistadora: A utilização de tecnologias como plataformas de ensino a distância ou materiais digitais pode ser uma estratégia eficaz para os alunos infrequentes. Como a escola pode garantir o acesso e a participação dos alunos do uso dessa tecnologia?

G2: Os alunos...é na maioria deles tem é sempre um celular, mas talvez não tenha uma internet em casa, né? Porque talvez esse trabalho dessa ... dessa recomposição dessa da aprendizagem poderia ser feita em casa, mas é muitos deles não internet em casa, não é? E aqui na escola o professor pode trabalhar de uma forma que atenda essa esses alunos, né? Com as tecnologia assistentes, no laboratório de informática.

Entrevistadora: Que tipo de recursos tecnológicos ou de aprendizagem remota poderiam ser disponibilizados para os alunos da zona rural, levando em consideração as limitações de conectividade e infraestrutura?

G2: É, muitos professores aqui utilizam através do de grupos de WhatsApp, não é? Enfim, uma... é alguma atividade. Então, eu acho que, é assim, o acesso a comunicação mais próxima deles é o WhatsApp.

Entrevistadora: Como a escola poderia usar ferramentas digitais ou impressas para acompanhar os alunos de forma contínua, mesmo nos períodos em que estão ausentes na escola?

G2: É como eu falei, né? Através do dos grupos de WhatsApp enviando é atividades, né? E trabalhos para seus alunos infrequentes.

Entrevistadora: Como os professores podem estabelecer um relacionamento mais próximo com os alunos infrequentes, criando um ambiente que os apoio e incentive a participação?

G2: É os professores podem fazer um acolhimento porque talvez muitos passam um tempo, um período chuvoso, por exemplo, maior de uma semana, aí quando eles retornam às escolas, eles precisam de mais atenção nessa questão da aprendizagem.

Entrevistadora: Muito obrigada!